



Sara Raquel Marques Carvalho

SNC: Uma viragem na profissão do TOC em Portugal?

Orientadora: Prof. Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues

Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sara Raquel Marques Carvalho

SNC: Uma viragem na profissão do TOC em Portugal?

Relatório de Estágio de Mestrado em Contabilidade e Finanças,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para
obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues

Coimbra, fevereiro de 2013

Agradecimentos

O presente relatório de estágio representa o culminar de uma importante caminhada, pelo que dedico este trabalho a todas as pessoas que me acompanharam durante este percurso e contribuíram para a realização do mesmo.

À Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, minha orientadora de estágio da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, por todo o seu apoio, dedicação e disponibilidade.

A todos os membros da Basilconta pela oportunidade, pelos ensinamentos, pela compreensão, preocupação e sobretudo por toda a amizade com que me presentearam.

Um agradecimento especial aos docentes Doutor Claudino Ferreira, Doutora Elisabete Ramos e Doutora Susana Jorge, bem como a alguns colegas de mestrado pelo precioso contributo concedido na construção e retificação do questionário.

A todos os meus colegas de mestrado pelos bons momentos passados e, em especial, à Sara Freire por toda a ajuda e amizade.

Aos meus pais e irmã, que sempre me apoiaram e encorajaram nesta importante caminhada.

Ao meu namorado pelo apoio incessante, mas acima de tudo por estar sempre ao meu lado.

Termino com um agradecimento especial à Professora Doutora Liliana Pimentel por toda a sua colaboração.

RESUMO

O dia 1 de janeiro de 2010 marca o início da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O SNC, aplicável à generalidade dos agentes económicos, teve na sua génese a necessidade de harmonização contabilística, com vista alcançar a tão desejada comparabilidade, compreensão e credibilidade da informação, tanto a nível internacional, como nacional.

O SNC acarretou alterações significativas relativamente ao Plano Oficial de Contabilidade (POC), exigindo por parte dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) um grande esforço de mudança de mentalidades, adaptação e atualização de conhecimentos, todavia conferiu-lhes, igualmente, uma oportunidade ímpar para se afirmarem enquanto profissionais criadores de valor.

O presente trabalho apresenta como objetivo central verificar, na perspetiva dos TOC, os eventuais impactos da adoção do SNC na profissão do TOC em Portugal.

O instrumento de recolha dos dados utilizado foi o inquérito por questionário e teve como destinatários os TOC que participaram nas “reuniões livres das quartas-feiras” promovidas pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), que decorreram nas delegações abertas da zona centro do país, no dia 14 de março de 2012. A análise estatística usada incidiu, inicialmente, sobre a análise descritiva univariada e, posteriormente, sobre a análise bivariada e inferencial dos dados.

Os principais resultados permitiram concluir que, independentemente das características dos inquiridos, a maioria dos TOC, se pudesse optar continuava com o POC, não adotando o SNC. Contudo, a diferença de proporção de respostas no que respeita à preferência pelo POC relativamente ao SNC não é estatisticamente significativa. Verificámos, também, que o SNC exerceu um impacto positivo no perfil dos TOC. Segundo a nossa amostra, atualmente, a maioria dos TOC da nossa amostra possui um maior conhecimento da entidade em que presta serviços e uma maior preocupação na forma como interagem com as entidades clientes, exceto os que pertencem à faixa etária [24-34]. Todavia, cerca de 67% não sente que a sua função profissional se tornou mais

reconhecida pela entidade em que presta serviços. Constatou-se, igualmente, que a profissão de TOC tornou-se mais exigente, pelo que a esmagadora maioria dos TOC (80,8%) afirma ter maiores necessidades de ações de formação e ter que recorrer a mais meios para o esclarecimento de dúvidas profissionais.

Palavras-chave: Harmonização contabilística; Sistema de Normalização Contabilística; Técnicos Oficiais de Contas; Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas; Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas.

ABSTRACT

The January 1, 2010 marks the beginning of the new accounting standard model called the Sistema de Normalização Contabilística (SNC). The SNC, applicable to most economic agents, had its genesis in the need of accounting harmonization in order to achieve desired internationally and nationally comparability, understanding and credibility of information.

The SNC caused significant changes in relation to the Plano Oficial de Contabilidade (POC), demanding to Técnicos Oficiais de Contas (TOC) a great effort to change mentalities, adaptation and updating of knowledge, but gave them also a unique opportunity to affirm themselves as professionals create value.

The core objective of this paper is checking, in perspective of the TOC, if the implementation of the SNC caused impacts on the profession of TOC in Portugal. The data collection instrument used was a questionnaire survey and was selected TOC who participated in the "Wednesdays, free meetings" promoted by the Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), which took place in the offices in center area of the country, on 14 march 2012. The statistical analysis focused initially on univariate descriptive analysis, and later on bivariate and inferential analysis data.

The main results show that regardless of the characteristics of respondents, most TOC, if could opt continue with POC, not adopting the SNC. However, the difference in the proportion of responses as regards the preferred for POC relative to SNC is not statistically significant. We noted also that the SNC had a positive impact on the profile of TOC. In our sample, currently, most TOC, has a greater knowledge of the entity providing services and a greater focus on how organizations interact with customers, except those who belong to the age group [24-34]. However, about 67% do not fell that professional role has become more recognized by the entity that they provides services. It also found that the profession of TOC has become more demanding, so the overwhelming majority of TOC (80, 8%) claims to have the greatest need of training activities and have to use further means to clarify professionals questions.

Keywords: Accounting harmonization; Sistema de Normalização Contabilística; Técnicos Oficiais de Contas; Status of the Order of Professionals Accountants; Accounting profession's code of ethics.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AEA** – Associação Empresarial de Águeda
- ACE** - Agrupamentos complementares de empresas
- AEIE** – Agrupamentos europeus de interesse económico
- APECA** – Associação Portuguesa das Entidades de Contabilidade e Administração
- APOTEC** – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade
- BADF** - Bases para as Demonstrações Financeiras
- CAE** - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
- CC** - Código de contas
- CDTOC** - Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CIVA** - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- CIRC** - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- CNC** – Comissão de Normalização Contabilística
- CTA** - Módulo de contabilidade
- DF's** – Demonstrações Financeiras
- EC** - Estrutura Conceptual
- EIRL** - Estabelecimento individual de responsabilidade limitada
- EOTOC** - Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas
- ESTG** - Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria
- EUA** – Estados Unidos da América
- FIFO** - *First in, first out*
- IAS** – *International Accounting Standard*
- IASB** – *International Accounting Standards Board*
- IASC** – International Accounting Standards Committee
- IES** - Informação Empresarial Simplificada
- IFRS** - *International Financial Reporting Standards*
- INE** – Instituto Nacional de Estatística

ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
ISCTE – Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
LIFO - *Last in, first out*
MDF - Modelos das demonstrações financeiras
NCRF - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro
NCRF-PE - Norma contabilística e de relato financeiro para as pequenas entidades
NI – Normas Internacionais
NIC – Norma(s) internacional(is) de contabilidade
NC-ME - Normalização Contabilística para as Microentidades
OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
PEC – Pagamento Especial por Conta
PC – Pagamento(s) por Conta
POC – Plano Oficial de Contabilidade
PWC – *PricewaterhouseCoopers*
ROC – Revisor Oficial de Contas
SIG - *Software* Integrado de Gestão
SITOC – Sistema de Informação do Técnico Oficial de Contas
SNC - Sistema de Normalização Contabilística
SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação
TOC – Técnico(s) Oficial(is) de Contas
UBI – Universidade da Beira Interior
UE – União Europeia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Informação contabilística normalmente solicitada por parte do gerente/administrador	57
Tabela 2 Iniciativa de facultar os Balancetes mensais ao(s) gerente(s) ou membros do Conselho de Administração	58
Tabela 3 Iniciativa de facultar outra informação financeira, que não apenas os balancetes mensais, ao(s) gerente(s) ou membros do Conselho de Administração mesmo quando não solicitados	59
Tabela 4 Importância da informação contabilística para o gerente/administrador	60
Tabela 5 Princípio(s) que lhe merece(m) maior importância para o exercício da profissão enquanto profissional	62
Tabela 6 Comportamento menos ético por parte dos colegas de profissão	65
Tabela 7 Contributo dos sistemas de informação, em particular dos <i>softwares</i> de gestão e de contabilidade, na adoção do SNC	69
Tabela 8 Contributo do SNC para o aumento da partilha de conhecimentos e interajuda entre as várias áreas profissionais, nomeadamente, gestão, direito e outras áreas afins	70
Tabela 9 Área(s) de conhecimento(s) que se revela(m) particularmente importantes na preparação de informação financeira útil para a tomada de decisões pós-SNC	71
Tabela 10 Grau de significância das novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico	71
Tabela 11 Áreas em que os TOC sentem mais dificuldades	72
Tabela 12 Meios a que recorrem quando surgem dúvidas profissionais	73
Tabela 13 Preocupação dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC	74
Tabela 14 Grau de concordância com as preocupações	75
Tabela 15 Grau de concordância assinalado relativamente às preocupações referidas na tabela anterior	76
Tabela 16 Outras novas exigências que o SNC trouxe aos TOC	78

Tabela 17 Elementos das Demonstrações Financeiras com maior o risco de subjetividade na opinião dos TOC	81
Tabela 18 Grau de concordância com as afirmações	82
Tabela 19 Utentes com os quais se agravou a conflitualidade.....	84
Tabela 20 Meios utilizados para fazer a atualização e reorientação dos conhecimentos exigidos pelo novo enquadramento	85
Tabela 21 Grau de importância com cada um dos meios escolhidos.....	86
Tabela 22 Principais ações de formação frequentadas.....	87
Tabela 23 Áreas para reforço da formação	88
Tabela 24 Ciclos de estudo para reforço da formação	89
Tabela 25 Frequência de consulta do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas – frequências e teste de aderência do qui-quadrado	94
Tabela 26 Opção de escolha entre o POC e o SNC – frequências e teste da binomial.....	97
Tabela 27 Reconhecimento da figura do TOC pela entidade em que presta serviços – frequências e teste de aderência do qui-quadrado	100
Tabela 28 Novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico – frequências e teste de aderência do qui-quadrado	104
Tabela 29 Preocupação dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC – frequências e teste de aderência do qui-quadrado	108
Tabela 30 A adoção do SNC e o melhor conhecimento da atividade da entidade em que os TOC prestam os seus serviços – frequências e teste de aderência do qui-quadrado.....	111
Tabela 31 SNC por assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta ou não uma maior subjetividade por parte dos TOC – frequências e teste de aderência do qui-quadrado.....	114
Tabela 32 SNC e o incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras – frequências e teste de aderência do qui-quadrado	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Diferenças na terminologia contabilística entre o POC e o SNC.....	31
Figura 2 Normativos mais utilizados pelas Microentidades	53
Figura 3 Normativos mais utilizados pelas Pequenas Empresas	54
Figura 4 Normativos mais utilizados pelas Médias Empresas	54
Figura 5 Normativos mais utilizados pelas Grandes Empresas.....	55
Figura 6 Impacto dos contínuos avanços tecnológicos, nomeadamente os <i>softwares</i> de gestão e de contabilidade, na profissão do TOC.....	55
Figura 7 Reconhecimento da importância do trabalho do TOC nas entidades em que presta serviços.....	56
Figura 8 Frequência da solicitação da informação contabilística por parte do gerente/administrador da(s) entidade(s) para quem presta serviços	58
Figura 9 Relevância da informação prestada pela contabilidade pós-SNC para o apoio à tomada de decisões	61
Figura 10 Frequência de consulta do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas	62
Figura 11 "A revisão do EOTOC operada pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, resultante da necessidade de adequação da profissão às novas realidades subjacentes à profissão, atribui ao TOC demasiadas responsabilidades"	63
Figura 12 Preparação dos TOC para as novas exigências normativas	64
Figura 13 Frequência de comportamentos menos éticos por parte dos seus colegas de profissão.....	65
Figura 14 Escolha entre o SNC e o POC	66
Figura 15 Razões, assinaladas pelos inquiridos, para a escolha do POC	66
Figura 16 Razões, assinaladas pelos inquiridos, para a escolha do SNC	67
Figura 17 Reconhecimento da figura do TOC pela entidade em que presta serviços	67
Figura 18 Satisfação dos principais utilizadores das demonstrações financeiras com a qualidade do relato financeiro pós-SNC.....	68

Figura 19 Consciência TOC quanto à sua importância para a estrutura empresarial	69
Figura 20 Consciência TOC quanto à sua importância para o bom funcionamento da economia.....	69
Figura 21 SNC e a necessidade de recorrer a mais meios para o esclarecimento de dúvidas	74
Figura 22 SNC e a obrigação dos TOC conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os serviços	77
Figura 23 Grau de concordância com a seguinte afirmação: "Atualmente, quando prepara as Demonstrações Financeiras, atende mais às necessidades dos utentes das Demonstrações Financeiras do que o anterior enquadramento contabilístico (POC)"	79
Figura 24 SNC e o seu contributo para uma maior internacionalização da profissão	79
Figura 25 SNC e a exigência de maior subjetividade por parte dos TOC	80
Figura 26 SNC e o incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras	83
Figura 27 Reduzido tempo de aplicação do SNC e os possíveis conflitos dos seus clientes com os utilizadores das suas DF's	84
Figura 28 SNC e as necessidades de ações de formação	85
Figura 29 Conhecimento da formação oferecida pelas instituições de ensino público (Universidades e Institutos Politécnicos) aos eventuais interessados, nomeadamente aos TOC	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.1. Contexto da investigação.....	1
1.2. Justificação do tema	4
1.3. Objetivos da investigação.....	4
1.4. Metodologia.....	5
1.5. Estrutura da dissertação	5
CAPÍTULO I O ESTÁGIO	7
1. Identificação da entidade de acolhimento.....	7
1.1. Breve apresentação	7
1.2. Recursos e organização interna	8
2. Descrição das atividades desenvolvidas na entidade de acolhimento	8
2.1. Receção e organização dos documentos contabilísticos.....	8
2.2. Classificação contabilística e lançamento dos documentos no sistema informático.....	10
2.3. Práticas de Controlo Interno	11
2.4. Obrigações Fiscais	12
2.5. Operações de fim de período	12
3. Análise Crítica do Estágio	13
CAPÍTULO II ENQUADRAMENTO TEÓRICO E NORMATIVO	15
1. A contabilidade como sistema de informação para os diversos utentes/utilizadores das demonstrações financeiras.....	15
2. A adoção do SNC como resultado da necessidade de harmonização contabilística	21

3. O Sistema de Normalização Contabilística e o seu eventual impacto na profissão do TOC	25
4. Responsabilidade profissional dos TOC.....	38
CAPÍTULO III METODOLOGIA	43
CAPÍTULO IV ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
1. Análise descritiva univariada	51
2. Análise bivariada e Inferencial dos dados.....	90
CONCLUSÃO	119
LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
APÊNDICES E ANEXO	132
Apêndice I Questionário	132
Apêndice II Análise descritiva univariada	148
Apêndice III Análise bivariada e inferencial dos dados	169
Anexo I Reconciliação Bancária.....	226

INTRODUÇÃO

1.1. Contexto da investigação

A contabilidade é “[...] uma ciência de natureza económica cujo objeto é a realidade económica passada, presente e futura de qualquer unidade económica” (Nabais e Nabais, 2010: 24).

O conceito e o modo de entender a contabilidade têm evoluindo ao longo da sua existência, acompanhando as constantes transformações sociais e tecnológicas e implicando cada vez mais um conhecimento multidisciplinar mais aprofundado.

Para a gestão da empresa, independentemente da atividade exercida, é primordial a obtenção de informações contabilísticas céleres e seguras que possibilitem o apoio à tomada de decisão. Perante este cenário o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), bem como dos *softwares* de gestão e de contabilidade assumem um papel preponderante. Entre outros aspetos, as tecnologias possibilitam, por um lado, a obtenção da informação *just in time* e, por outro, funcionam como um incentivo à modernização das entidades e como mecanismos facilitadores de um vasto leque oportunidades de negócio/parcerias. No que concerne aos *softwares* de gestão e de contabilidade, estes revolucionaram o modo de fazer a contabilidade, possibilitando às entidades deixarem de fazer a contabilidade circunscrita às práticas tradicionais. As tecnologias e os *softwares* de gestão e de contabilidade não exercem apenas impacto nas entidades, mas também junto dos TOC. Os referidos *softwares* são vistos como um meio facilitador da alteração do modo como desempenham a sua função, direcionando-os em uma intensa busca de conhecimentos e no desenvolvimento de competências em áreas do conhecimento muito abrangentes.

Ao longo das últimas décadas temos assistido a mudanças significativas na economia mundial em resultado da crescente globalização económico-financeira, muito influenciada pelos constantes avanços tecnológicos e por uma maior abertura das entidades ao exterior. Perante este cenário tornou-se imperioso a adoção de normas contabilísticas internacionalmente aceites, de forma a eliminar as divergências existentes entre os países ao nível do relato económico-financeiro.

A União Europeia (UE) pretendeu ver assegurada a sua integral pertença a esse objetivo geral pelo que veio a publicar em 2002 o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) na UE, em relação a cada período financeiro com início em ou após 1 de janeiro de 2005, impondo que as sociedades cujos valores mobiliários estivessem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro, elaborassem as suas contas consolidadas em conformidade com as NIC, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O mesmo regulamento estabelece que os Estados-Membros podem permitir ou exigir que as contas individuais das sociedades, bem como as contas consolidadas de sociedades cujos valores mobiliários não estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, sejam também elaboradas em conformidade com as mesmas NIC. As normas, emitidas pelo IASB, visam atingir uma maior comparabilidade, transparência e qualidade do relato financeiro e, conseqüentemente, aumentar a confiança dos destinatários das demonstrações financeiras na informação prestada.

Neste sentido, Portugal, não pretendendo ficar à margem do processo de harmonização contabilística geral, e porque o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 só era de aplicação obrigatória às entidades cujos valores mobiliários estivessem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro, o Governo, através da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (Entidade responsável pela emissão de normativos contabilísticos em Portugal), veio apresentar, em julho de 2007, um projeto intitulado “Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, o qual, criado em 15 de janeiro de 2003, deu origem, com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, à criação de um novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC), revogando simultaneamente o nosso anterior sistema normativo contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade (POC), em vigor desde 1977.

A entrada em vigor do SNC, a 1 de janeiro de 2010, trouxe alterações substanciais relativamente ao POC, nomeadamente no que se refere aos conceitos e definições como também do ponto de vista operacional, modificando o modo de entender e elaborar a

contabilidade. O que exigiu por parte dos profissionais de contabilidade, um grande esforço de mudança de mentalidades, adaptação e atualização de conhecimentos, mas ao mesmo tempo conferiu-lhes a oportunidade de se afirmarem enquanto profissionais criadores de valor.

O desafio do SNC [...] trouxe à contabilidade e aos seus profissionais uma nova meta e uma realidade em que eles passaram, de forma bem distinta, a ser parte ativa nas decisões contabilísticas. Uma realidade que exige uma nova atitude dos profissionais na qual impera um substancial conhecimento dos valores contabilísticos emergentes das normas do SNC que, para serem devidamente aplicadas, exigem um conhecimento profundo do negócio que a contabilidade expressa (Azevedo, 2011b: 46).

Esta realidade requer, por parte dos TOC uma maior dedicação às entidades que prestam serviços, podendo levar, em alguns casos, à redução dos seus clientes (Azevedo, 2010: 11), de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados em cada um deles, assim como terem um papel mais interventivo no processo de tomada de decisões técnicas e, por conseguinte contribuir de forma positiva para que a entidade elabore a sua informação financeira com uma maior qualidade, permitindo-lhe que esta seja mais útil para a tomada de decisões dos vários destinatários da informação financeira.

Contrariamente ao que acontecia com o anterior normativo, POC, o SNC por assentar mais em princípios do que em regras explícitas, acarreta

O aumento da intervenção dos preparadores (por exemplo, órgão de gestão, Técnico Oficial de Contas) na definição das práticas contabilísticas e nos juízos de valor sobre os factos patrimoniais, o que se traduz numa maior subjetividade na decisão e, por conseguinte, uma maior responsabilidade técnica e profissional (Guimarães, 2010b: 37-38).

Deste modo, o SNC pressupõe que os TOC deixem de exercer o trabalho de uma forma mecanizada e passem a adotar uma postura mais crítica.

No exercício da sua profissão, o TOC deve ter consciência do seu papel, ser responsável e exercer a sua profissão de acordo com a ética e deontologia profissional, de modo a evitar o surgimento de tentações que possam colocar em causa a fiabilidade e veracidade da informação contabilística prestada por cada um dos seus clientes. Segundo o n.º 1 do artigo 52.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC) “os Técnicos Oficiais de Contas têm o dever de contribuir para o prestígio da profissão,

desempenhando consciente e diligentemente as suas funções e evitando qualquer atuação contrária à dignidade da mesma”.

A recente revisão EOTOC pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro revela o impacto do SNC na profissão. Esta alteração trouxe aos Técnicos Oficiais de Contas um alargamento de funções e maiores responsabilidades. Segundo Azevedo (2009c: 13) “O SNC é uma das transformações mais relevantes operadas na profissão. Não apenas pelas alterações técnicas [...], mas sim pela enorme abertura que representa para os profissionais executarem a Contabilidade”.

1.2. Justificação do tema

O presente trabalho debruça-se sobre um tema sobre o qual se desconhece estudos empíricos anteriores, fator que constituiu uma das grandes motivações pelas quais se considerou importante a presente abordagem. Outros motivos que estiveram subjacentes à escolha do tema estão relacionados, por um lado, com o intuito de verificar se as várias opiniões de agentes/intervenientes relacionados com a área contabilística, que apontam para a necessidade de profundas mudanças no profissional de contabilidade, decorrentes da adoção do SNC, se efetivamente se confirmam e são assumidamente reconhecidas por estes profissionais e, por outro, e não menos importante, o desejo de conhecer mais intrinsecamente o atual perfil profissional dos TOC, nomeadamente: Quem são? Como exercem a sua profissão? Quem são os seus principais clientes? Consideram que o seu trabalho é reconhecido pelos seus mandantes? Que relevância atribuem ao Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (CDTOC)? Quais são as suas principais preocupações técnicas? Que necessidades sentem? Que mudanças lhe foram impostas pelo atual SNC? Que meios privilegiam para esclarecerem dúvidas e atualizarem conhecimentos?

1.3. Objetivos da investigação

O principal objetivo deste trabalho é analisar e avaliar, a partir da perspetiva dos TOC, os eventuais impactos da adoção do SNC na profissão do TOC em Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2010, data da entrada em vigor do novo normativo contabilístico – o SNC.

De ressaltar que o presente trabalho também aborda algumas das atividades desenvolvidas durante o estágio curricular realizado num gabinete de contabilidade, Basilconta – Contabilidade e Fiscalidade, Lda., sob a orientação do Sr. António Basílio Simões Dinis. O estágio teve início no dia 26 de setembro de 2011 e término a 30 de março de 2012.

No decorrer do estágio foi-me proposto o desafio de desenvolver este trabalho, com a pretensão de averiguar como os TOC acolheram e encaram o SNC.

1.4. Metodologia

Para dar cumprimento aos objetivos propostos, os primeiros procedimentos metodológicos tiveram início com o processo de pesquisa e revisão bibliográfica, os quais sustentaram a construção do inquérito por questionário, como instrumento de recolha de dados. Posteriormente, o questionário intitulado: “SNC: Uma Viragem na profissão do TOC em Portugal” foi aplicado aos Técnicos Oficiais de Contas com inscrição ativa na Ordem que participaram nas denominadas “reuniões livres das quartas-feiras”¹ da OTOC, decorridas nas delegações da zona centro do país no dia 14 de março de 2012.

Os dados recolhidos foram objeto de tratamento estatístico através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 19.0 para *Windows*.

O universo é constituído por 241 TOC. Como metodologia adotada para o tratamento dos dados foi utilizada, inicialmente, a análise descritiva univariada e posteriormente a análise bivariada e inferencial dos dados.

1.5. Estrutura da dissertação

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos: O Estágio (Capítulo I); Enquadramento teórico e normativo (Capítulo II); Metodologia (Capítulo III); Apresentação e análise dos resultados (Capítulo IV).

No Capítulo I, o Estágio, iniciamos com uma pequena apresentação da entidade de acolhimento, a sociedade Basilconta, Lda., dos seus recursos humanos e do modo como

¹As “reuniões livres das quartas-feiras” apresentam como principal propósito o esclarecimento de dúvidas profissionais dos TOC.

está organizada. De seguida descrevemos sumariamente algumas das atividades desenvolvidas ao longo do período de estágio.

No enquadramento teórico e normativo, que constitui o Capítulo II, começamos por abordar a contabilidade enquanto sistema de informação para os diversos utentes/utilizadores, onde expomos algumas das modificações ao nível da prestação de contas das entidades, assim como realçamos a importância da informação contabilística para os vários utentes das demonstrações financeiras. No ponto dois debruçamo-nos sobre a adoção do SNC como produto da necessidade de harmonização contabilística, onde pretendemos expor as principais motivações que desencadearam o seu aparecimento. De seguida, abordamos o ponto central do trabalho, o Sistema de Normalização Contabilística e o seu eventual impacto na profissão do TOC. Neste ponto procuramos analisar as principais alterações derivadas da adoção do SNC, assim como, as principais exigências com as quais os TOC se depararam. Terminamos com uma abordagem ao aumento da responsabilidade profissional dos TOC, fruto da recente revisão ao EOTOC.

No Capítulo III, debruçamo-nos sobre a metodologia, onde começamos por fazer um enquadramento metodológico do trabalho a desenvolver, expomos os objetivos, o instrumento de recolha de dados utilizado, as técnicas estatísticas usadas para o tratamento dos dados, assim como a caracterização da amostra.

No Capítulo IV, procede-se à apresentação e análise dos resultados do questionário. Por fim apresentamos as principais conclusões e contribuições do trabalho, bem como algumas limitações e sugestões de investigação futura nesta área.

CAPÍTULO I | O ESTÁGIO

O presente capítulo proporciona, por um lado, uma breve apresentação da entidade de acolhimento, dos seus recursos humanos e organização interna e, por outro, uma descrição das atividades realizadas no decorrer do estágio curricular, integrado no Mestrado em Contabilidade e Finanças.

O estágio foi realizado num gabinete de contabilidade situado na Avenida Fernão Magalhães em Coimbra e decorreu entre o dia 26 de setembro e 30 de março de 2012.

O estágio teve um duplo objetivo, em primeiro conhecer mais profundamente todo o trabalho desenvolvido dentro de um gabinete de contabilidade e, em segundo beneficiar do contacto com a realidade empresarial.

1. Identificação da entidade de acolhimento

1.1. | Breve apresentação

A Basilconta – Contabilidade e Fiscalidade, Lda. (doravante designada de Basilconta) é uma sociedade por quotas que detém um capital social de 5.000,00€, dividido de forma não equitativa pelos dois sócios: 75% da participação pertence ao sócio António Basílio Simões Dinis e 25% pertence à sócia Ana Paula Gonçalves dos Santos. A entidade iniciou a sua atividade a 1 de março de 1994 e encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra sob o número 503177636. A Basilconta possui como objeto a atividade de contabilidade e consultoria fiscal, CAE (Rev. 3) 69200. O seu primeiro escritório situava-se na Rua Simões de Castro, nº 170, 2º andar, sala C. Atualmente, localiza-se na Avenida Fernão Magalhães, nº 153, 3º andar, sala 9, em Coimbra.

A Basilconta enquadra-se no conceito de microentidade e adota o regime alternativo ao SNC: a normalização contabilística para as Microentidades (NC-ME). Segundo o artigo 4.º da Lei nº 35/2010, de 2 de Setembro, consideram-se microentidades as entidades que à data do balanço não ultrapassem dois dos três limites:

- Total do Balanço: 500 000€;
- Volume de negócios líquido: 500 000€;
- Número médio de empregados durante o exercício: 5

A entidade possui uma carteira de clientes composta por cerca de 50 entidades das mais diversas áreas de negócio. A maioria das entidades clientes são microentidades e utilizam a NC-ME, à exceção de quatro, que por ultrapassarem os limites ou por opção, utilizam a norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

1.2. | Recursos e organização interna

Os recursos humanos da entidade são compostos por quatro elementos: os dois sócios, António Basílio Simões Dinis, membro da OTOC n° 20556, e Ana Paula Gonçalves dos Santos e mais dois colaboradores, Sandra Santos e João Madeira. Cada colaborador é responsável pela contabilidade do seu conjunto de entidades clientes.

O *software* utilizado pela entidade é o *Software* Integrado de Gestão (SIG) (doravante designado SIG), o GIM.32 para a gestão do imobilizado e o GRB.32 para as entidades que não estão obrigadas a possuir contabilidade organizada.

A entidade possui quatro computadores de secretária ligados em rede a partir de um servidor, de modo a permitir que a informação esteja sempre acessível a qualquer um dos colaboradores. Para além dos *softwares*, a entidade utiliza também as ferramentas do *office*, nomeadamente o *word* para a redação de documentos e do *excel* para a construção de mapas e tabelas importantes no auxílio e suporte à informação contabilística.

2. Descrição das atividades desenvolvidas na entidade de acolhimento

Ao longo do período de estágio tive a oportunidade de efetuar e acompanhar a realização de diversos procedimentos contabilísticos, assim como ter acesso a documentação de formações e revistas da especialidade.

Nos seguintes pontos pretende-se fazer uma apresentação sumária das atividades desenvolvidas ao longo do estágio.

2.1. | Receção e organização dos documentos contabilísticos

O processo contabilístico tem como base os documentos, os quais são os elementos-chave da Contabilidade, uma vez são eles que comprovam que uma determinada operação foi efetivamente realizada (Borges *et al.*, 2010: 86). Na Basilconta aquando da receção dos documentos é feita uma primeira triagem aos mesmos, de modo a separar os

documentos importantes para a contabilidade da entidade, dos que possam dizer respeito a despesas pessoais e/ou não relacionados com a atividade. Os documentos relevantes para a contabilidade são, ainda objeto de uma nova análise, atendendo à sua forma legal, com a finalidade de verificar se cumprem os requisitos exigidos pelos n.ºs 5, 6 e 7 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Após a separação dos documentos relevantes para a contabilidade, os mesmos são cuidadosamente divididos de acordo com o tipo de documentação e por meses. Posteriormente, procede-se ao arquivo dos documentos nos respetivos diários, por ordem cronológica decrescente. Os diários utilizados pela Basilconta encontram-se ajustados a cada tipo de entidade cliente. Sendo que a maioria dos clientes utiliza o diário de Caixa, Vendas, Compras e Operações Diversas. De seguida, faremos uma breve descrição dos referidos diários.

O diário de **Caixa** contempla todos os documentos comprovativos das transações realizadas pela entidade, cujo pagamento e/ou recebimento implicou a movimentação da caixa. Os recebimentos de clientes são normalmente incluídos neste diário, o que não configura um bom procedimento de controlo interno. O correto seria depositar os recebimentos de clientes no banco, pois, um princípio básico de controlo interno, na área dos meios financeiros líquidos, é não efetuar pagamentos com as quantias recebidas (Costa, 2010: 338).

O diário de **Compras** compreende os documentos relacionadas com a atividade da entidade, nomeadamente as faturas de compras de mercadorias ou de matérias-primas, subsidiárias e de consumo a crédito, as notas de crédito, notas de débito dos fornecedores.

O diário de **Vendas** inclui os documentos relacionados com a movimentação da conta 21 Clientes (Faturas de vendas e/ou prestação de serviços, notas de crédito, notas de débito), à exceção dos recebimentos que, como foi referido anteriormente são incluídos no diário de caixa.

O diário de **Operações Diversas** engloba todos os documentos suportados por cheque e que não se enquadram nos outros diários. Consideram-se incluídos neste diário o processamento de salários, as regularizações e outras correções do período.

Os documentos que não são objetos de contabilização, como por exemplo as declarações de início de atividade, as escrituras e outros documentos legais são colocados no dossier “Documentos Oficiais”. No Dossier Fiscal estão incluídos os documentos relacionados com o fecho de contas, como a modelo 22, a Informação Empresarial Simplificada (IES), os novos mapas de modelo oficial, como a modelo 30 – Mapa de provisões, perdas por imparidade em créditos e ajustamentos em inventários, a modelo 31 – Mapa de mais-valias e menos-valias, assim como a modelo 32 – mapas de depreciação e amortização, os quais foram estabelecidos pela Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de Fevereiro, a qual revogou a Portaria n.º 359/2000, de 20 de Junho.

Salienta-se que o arquivo é obrigatório para todos os sujeitos passivos:

Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes todos os livros, registos e respetivos documentos de suporte, incluindo, quando a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à análise, programação e execução dos tratamentos (n.º 1 do artigo 52.º do CIVA).

O n.º 4 do artigo 123.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) também alerta para a mesma obrigatoriedade.

2.2. | Classificação contabilística e lançamento dos documentos no sistema informático

Posteriormente à receção, respetiva organização e arquivo é necessário classificar os documentos contabilísticos. Esta tarefa assume extrema importância no processo contabilístico e exige bastante rigor e conhecimento da atividade económica da entidade em questão. Na Basilconta a classificação dos documentos contabilísticos é feita em conformidade com as normas vigentes e os princípios contabilísticos, e em cada documento são colocadas as contas a movimentar, a débito e a crédito, de acordo com o tipo de documento em causa e atendendo ao Código de Contas² previsto no SNC.

Após esta tarefa estar concluída, procede-se ao lançamento dos documentos contabilísticos no módulo de contabilidade (CTA) do SIG, adaptado à atividade da

² De acordo com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, o Código de Contas traduz-se numa estrutura codificada e uniforme de contas, que visa acautelar as necessidades dos distintos utentes, privados e públicos, e alimentar o desenvolvimento de plataformas e bases de dados particulares e oficiais.

empresa em questão, respeitando a ordem cronológica e numérica. A par do lançamento no programa, em cada documento anteriormente classificado, é atribuído um número, interno, o qual deve corresponder ao número de lançamento do respetivo documento no programa.

Na Basilconta nenhum lançamento é efetuado em violação ao estipulado pela alínea a) do n.º 4 do artigo 123.º do CIRC, isto é, todos os lançamentos têm como suporte documentos justificativos, datados e possíveis de ser apresentados a qualquer altura.

Posteriormente, procede-se ao lançamento do(s) documento(s). Para tal, é introduzido no programa o número da conta, seguido da data (utiliza-se sempre o último dia do mês), o diário, o número do documento, a descrição do documento e, por fim, a importância. Antes de se proceder à gravação do lançamento, era sempre verificada se a igualdade entre o débito e o crédito estava satisfeita.

2.3.1 Práticas de Controlo Interno

O controlo interno é um processo perfeitamente moldável em conformidade com a entidade e as alterações que nela se possam verificar, com a finalidade de salvaguardar os seus interesses e responsabilidades, bem como reduzir os riscos decorrentes da sua atividade operacional.

As práticas de controlo interno eficazes são imprescindíveis para entidades dado que proporcionam uma maior credibilidade à informação contabilística e possibilitam agir adequadamente perante eventuais divergências.

As reconciliações bancárias e a conferência dos balancetes das contas correntes de clientes e de fornecedores constituíram práticas de controlo interno realizadas por mim na Basilconta.

A realização das reconciliações bancárias constituiu uma prática bastante comum durante o estágio (Anexo I). Este procedimento de controlo interno assume particular relevância uma vez que a maior parte dos documentos chegavam ao gabinete sem mencionar o modo de pagamento/recebimento, o que implicava que a pessoa que classificava os documentos credita-se/debita-se a conta 11 Caixa. Figurando este procedimento uma prática deficiente, é importante que, ao invés de tal prática, se averigue,

antes de se proceder ao reconhecimento dos factos patrimoniais, o modo como o pagamento foi efetuado.

Na Basilconta, as reconciliações bancárias das entidades clientes são feitas com uma periodicidade mensal e existe uma grande preocupação em evitar que os movimentos sem correspondência transitem para o mês seguinte.

2.4. | Obrigações Fiscais

Numa fase subsequente do estágio, a par da realização das práticas anteriormente enunciadas, foi-me solicitado que efetuasse o apuramento manual do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), bem como o preenchimento da declaração periódica de IVA.

Para além destes procedimentos, calculei manualmente o valor dos pagamentos por conta (PC), assim como do valor do pagamento especial por conta (PEC) e acompanhei o preenchimento da Modelo 10 (referente às retenções na fonte e aos rendimentos sujeitos a imposto, auferidos pelos sujeitos passivos de IRS e IRC residentes no território nacional).

Relativamente ao apuramento do IVA, apesar de, na entidade de acolhimento, o apuramento ser processado automaticamente pelo *software* informático, antes do envio da declaração periódica de IVA é feita, através de uma folha em *excel*, uma conferência de todos os documentos contabilísticos relativos ao período do imposto (mensal ou trimestral).

2.5. | Operações de fim de período

A fase terminal do estágio, consistiu no acompanhamento e observação de alguns dos procedimentos contabilísticos e fiscais relativos às operações de fim de período, como sendo: conferência de saldos inclusos no balancete reportado à data de 30 de dezembro, reconhecimento dos acréscimos e diferimentos, cálculo das depreciações (veículos ligeiros de mercadorias), preenchimento da modelo 22, assim como, lançamentos de regularização e apuramento de resultados.

Relativamente às depreciações, as entidades clientes da Basilconta, com as quais tive a oportunidade de trabalhar, utilizavam o método da linha reta como método de depreciação. Na Basilconta, as fotocópias das faturas relativas à aquisição de ativos fixos tangíveis são arquivadas, ao longo do período, numa pasta onde constam todos os bens

sujeitos a depreciação. No programa Gimo.32 – gestão de Imobilizado são criadas, no final do ano, fichas individuais para cada um dos novos ativos fixos tangíveis. Este *software*, por estar devidamente parametrizado, efetua automaticamente o cálculo das depreciações. Todavia, para o cálculo manual das depreciações é utilizada a seguinte fórmula: (valor de aquisição do ativo fixo - valor residual³) / anos de vida útil. Após a impressão do Mapa de depreciações e amortizações (modelo 32) era verificado se os valores inscritos nos mapas correspondiam aos que constavam nas contas da classe 4 Investimentos.

3. Análise Crítica do Estágio

O estágio curricular constituiu um importante veículo de aplicação e aquisição de conhecimentos, bem como de desenvolvimento de competências e sensibilidades, nomeadamente no que concerne à importância da implementação das práticas de controlo interno. Possibilitou, igualmente, uma maior familiarização com as obrigações contabilísticas e fiscais das entidades.

As tarefas desempenhadas na entidade de acolhimento foram sobretudo tarefas relacionadas com a receção, organização, classificação e respetivo lançamento dos documentos, reconciliação bancária, reconciliação das contas correntes de clientes e fornecedores. No entanto, também tive a oportunidade de realizar e acompanhar outras tarefas de carácter mais pontual, das quais destaco o cálculo de impostos, o processamento de salários, o preenchimento da Modelo 10 e algumas operações de fecho de contas. O acompanhamento das operações de fecho de contas foi de extrema importância, dado que permitiram pela primeira vez conhecer de perto, e não com base em situações hipotéticas, como as mesmas se processam. Considero que o estágio deveria ter durado mais alguns meses, de modo a poder realizar e acompanhar o maior número de tarefas distintas possíveis ou, pelo contrário, ter começado mais tarde, de modo a evitar operações mais rotineiras no início. Todavia, os membros da entidade de acolhimento demonstraram sempre grande preocupação para que acompanhasse as tarefas que estavam fora do âmbito das que me tinham sido incumbidas de realizar.

³ Valor atribuído ao ativo fixo no fim da vida útil

A realização do estágio constituiu, sem dúvida, uma experiência muito gratificante e enriquecedora.

CAPÍTULO II | ENQUADRAMENTO TEÓRICO E NORMATIVO

O segundo capítulo do trabalho, dedicado ao enquadramento teórico e normativo, encontra-se dividido em quatro pontos: a contabilidade como sistema de informação para os diversos utentes/utilizadores das demonstrações financeiras; SNC como resultado da necessidade de harmonização contabilística; o SNC e o seu eventual impacto na profissão do TOC e, por fim, a responsabilidade profissional dos TOC. A opção pela abordagem dos citados pontos está intimamente ligada ao desejo de conhecer mais intrinsecamente o atual perfil do TOC, bem como o eventual impacto na profissão, nos mais diversos níveis.

1. A contabilidade como sistema de informação para os diversos utentes/utilizadores das demonstrações financeiras

Neste primeiro ponto pretendemos destacar as principais alterações ao nível da prestação de contas das entidades decorrentes da adoção do SNC, assim como a importância do fornecimento de informações contabilísticas úteis e em tempo oportuno aos diversos utentes das demonstrações financeiras.

As modificações ao nível das prestações de contas causaram impacto não só nas entidades, mas também nos TOC, dado que o TOC, como um dos órgãos vitais de uma entidade, auxilia na produção e interpretação dos dados produzidos pela contabilidade, de forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e refletir a realidade da entidade.

Conhecida internacionalmente como linguagem de negócios (Paul, 2007: 2), a contabilidade é simultaneamente fruto e influência do contexto em que está inserida (Napier, 2006).

Atualmente, a contabilidade é interpretada como um sistema de informação fundamental para apoio à gestão e à tomada de decisões dos restantes intervenientes que interagem com a entidade, sejam eles os seus titulares de capital, os seus devedores, os seus credores, o Estado, os seus trabalhadores e a sociedade em geral.

De acordo com Scorte *et al.*, (2009) as informações fornecidas pela contabilidade, através das demonstrações financeiras, conduzem à raiz dos problemas, auxiliando a entidade tanto a reparar as eventuais anomalias como a erradicar as causas.

A mudança do modelo POC para o modelo SNC trouxe algumas modificações ao nível da prestação de contas das entidades. Entre as quais, se destaca a existência de uma estrutura conceptual, baseada na estrutura conceptual do IASB, que apesar de não ser uma Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF), constitui-se como referência teórica para a preparação e divulgação das informações contabilísticas-financeiras das entidades.

A Estrutura Conceptual (doravante designada de EC) faz referência ao objetivo das demonstrações financeiras; às características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras; aos utilizadores das demonstrações financeiras; à definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras e aos conceitos de capital e de manutenção de capital (§ 5 da EC).

As demonstrações financeiras resultam de um processo sequencial de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das transações e outros acontecimentos e apresentam como objetivo proporcionar informação sobre a posição financeira, desempenho, bem como das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas (§ 12 da EC).

As demonstrações financeiras constituem o reflexo do modo como o órgão de gestão geriu os recursos que lhe foram confiados. De modo a concretizar este objetivo as demonstrações financeiras devem facultar informação sobre os seguintes elementos: ativos; passivos; capital próprio; rendimentos (réditos e ganhos); gastos (gastos e perdas); outras alterações no capital próprio; e fluxos de caixa.

Podemos interpretar as demonstrações financeiras como o veículo de transmissão da informação aos diversos utentes e, estes, por sua vez utilizam a informação para satisfazer as suas coincidentes e, por vezes, divergentes necessidades de informação. As demonstrações financeiras devem proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada.

O parágrafo 1 da EC do SNC menciona que todos os utentes tomam decisões económicas, nomeadamente para: decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio; avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão; avaliar a capacidade de a entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus

empregados; avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade; determinar as políticas fiscais; determinar os lucros e dividendos distribuíveis; preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional; ou regular as atividades das entidades (§ 1 da EC).

Consideram-se utentes das demonstrações financeiras os investidores atuais e potenciais, os empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governo e seus departamentos e o público (§ 9 da EC).

O órgão de gestão apesar de não constar no elenco dos utentes das demonstrações financeiras, que figuram no parágrafo 9 da EC, a sua necessidade da informação contida nas demonstrações financeiras está patente no parágrafo 11 da EC. O órgão de gestão tem interesse na informação, mesmo que tenha acesso a informação adicional de gestão e financeira, para que o ajude na assunção das suas responsabilidades de planeamento, de tomada de decisões e de controlo.

De acordo com Scorte *et al.*, (2009) o órgão de gestão, a partir das informações fornecidas pela contabilidade, contidas nas demonstrações financeiras, baseia as suas decisões e estratégias de curto e longo prazo, as quais são necessárias para alcançar o objetivo pretendido.

Rodrigues (2012: 10) destaca dois exemplos dos benefícios da existência da informação contabilística para os gestor/proprietário, em primeiro lugar, a possibilidade da análise tempestiva da evolução dos negócios e em segundo, por constituir um aglomerado de informação, que pode ser traduzido em indicadores importantes para a entidade, os quais poderão orientar o gestor/proprietário da entidade.

Hall (2010) no seu estudo sobre o modo como os gerentes utilizam as informações contabilísticas procurou compreender como e quais razões que levam os gerentes a utilizar essas informações nas suas entidades na presença de outras fontes de informação. O autor verificou que para além dos gerentes usarem as informações contabilísticas para situações específicas de tomada de decisão, essas informações são igualmente usadas para desenvolverem o conhecimento do seu ambiente de trabalho. Verificou ainda que as informações são apenas uma parte de um amplo conjunto por eles utilizado para desempenhar a sua função. Enquanto uns gerentes interagem com as informações, outros

privilegiam as formas de comunicação verbal. Os gerentes apesar de reconhecerem a relevância da utilização das informações contabilísticas, apenas uma pequena parte dessas informações é utilizada. Para o autor, a informação contabilística pode funcionar como uma forma de facilitar a comunicação entre os gestores com diferentes experiência e exigências de informação.

Como refere Carrapiço (2009: 35), atualmente os empresários portugueses, principalmente os das micro e pequenas entidades desvalorizam a importância de conhecer e saber compreender as informações patentes nas demonstrações financeiras. O autor destaca que cabe aos TOC demonstrar aos seus clientes a importância que a informação contabilística assume para a tomada de decisão atempada.

A informação contabilística-financeira para ser útil para os diversos utentes da informação contabilística é imprescindível que as informações proporcionadas pelas demonstrações financeiras sejam credíveis, de modo a que os utentes possam retirar conclusões adequadas e seguras.

O SNC estabelece que para a informação provinda das demonstrações financeiras seja útil para os utentes tem que conter as seguintes características qualitativas: compreensibilidade (§ 25 da EC), relevância (§ 26 a 30 da EC), fiabilidade (§ 31 a 38 da EC) e comparabilidade (§ 39 a 42 da EC).

Neste sentido, a informação fornecida pelas demonstrações financeiras para ser útil deve ser facilmente compreensível pelos utentes. Esta característica pressupõe que os utentes cumpram determinados requisitos: “[...] tenham um razoável conhecimento das atividades empresarias e económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência” (§ 25 da EC). O legislador contabilístico para evitar que os preparadores deixem de divulgar a informação com o argumento de se tratar de informações sobre matérias complexas e, com tal, não serem facilmente compreendidas pelos diversos utentes, refere

[...] as matérias complexas, a incluir nas demonstrações financeiras dada a sua relevância para a tomada de decisões dos utentes, não deve ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes (§ 25 da EC).

Relativamente à relevância, considera-se que uma informação é relevante quando for capaz de influenciar as decisões económicas dos utentes, no âmbito da tomada de decisões, ao auxiliá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas (§ 26 da EC). Dado a relevância da informação ser afetada pela materialidade, é necessário avaliar a materialidade da informação, isto é, analisar se a omissão ou inexatidão da informação influencia as decisões económicas dos utentes com base nas demonstrações financeiras (§ 30 da EC).

No que concerne à fiabilidade, esta característica da informação afigura-se como fundamental para garantir que a informação contida nas demonstrações financeiras se encontra isenta de erros materiais e de preconceitos e os utentes possam dela depender ao representar fidedignamente o que deseja representar, ou pode razoavelmente esperar que represente (§ 31 da EC). Para garantir que a informação seja fiável é necessário que cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos: representação fidedigna (§ 33 e 34 da EC); substância sobre a forma (§ 35 da EC); neutralidade (§ 36 da EC); prudência (§ 37 da EC) e plenitude (§ 38 da EC).

Como última característica principal da informação temos a comparabilidade. Esta característica assegura que os utentes possam comparar não só as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo, com o intuito de identificar tendências na sua posição financeira, no seu desempenho, como também as de diferentes entidades com vista a avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações da sua posição financeira (§ 39 da EC).

Todavia, salienta-se que a EC prevê que a informação relevante e fiável possa ser afetada por três tipos de constrangimentos: tempestividade (§ 43 da EC), equilíbrio entre o benefício e o custo (§ 44 da EC), e, por fim, o equilíbrio entre as características qualitativas (§ 45 da EC). A informação contabilística pode perder a sua relevância se existir uma demora indevida na divulgação da informação, como tal, para facultar a informação em uma base tempestiva, a informação deve ser relatada em tempo oportuno, em detrimento da sua divulgação num período posterior e com a máxima de fiabilidade (§ 43 da EC). Segundo Costa (2010: 43) a utilização das estimativas contabilísticas afiguram-se como mecanismo de resolução da aparente incompatibilidade entre tempestividade e a

fiabilidade. No que concerne ao equilíbrio entre o benefício e o custo é preciso, por vezes, apelar ao julgamento profissional, na medida em que necessário ponderar se os custos a incorrer com a divulgação da informação não excedem os benefícios de a proporcionar aos utentes (§ 43 da EC).

De acordo com Heidhues e Patel (2009) o julgamento profissional é influenciado pela cultura e tradição da prática contabilística, bem como pelos objetivos de negócio e os objetivos pessoais dos gerentes e profissionais de contabilidade.

Como último constrangimento temos o equilíbrio entre as características qualitativas. Este equilíbrio é muitas vezes necessário para que se verifique um alinhamento entre as características e o objetivo das demonstrações financeiras. Neste tipo de constrangimento, para avaliar a importância relativa das características, é frequente o apelo aos juízos de valor profissional (§ 45 da EC).

De acordo com Joshi *et. al.*, (2008) está a tornar-se uma prática comum o relato financeiro disponível na *internet*, permitindo aos investidores, de qualquer país, o fácil acesso a informações financeiras das entidades, independentemente do seu país de origem. Para os autores a globalização dos mercados de capitais, as evoluções tecnológicas e a *internet* acarretam uma nova dimensão para a necessidade de relatórios financeiros comparáveis e transparentes.

Atendendo ao que foi exposto, podemos concluir que o uso compilado das principais características qualitativas da informação (compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade), assim como a aplicação de normas contabilísticas apropriadas, por parte do órgão de gestão, resulta, normalmente, em demonstrações financeiras que proporcionam, o que é habitualmente interpretado como uma imagem verdadeira e apropriada (§ 46 da EC). O órgão de gestão, aquando da preparação das suas demonstrações financeiras, não só deve garantir a verificação das “condições” anteriormente mencionadas, como também preparar as demonstrações financeiras de forma a ir ao encontro das necessidades comuns da maior parte dos utentes e, por conseguinte, transformar a informação contida nas demonstrações financeiras útil na tomada de decisões económicas do vasto leque de utentes.

De forma a garantir a regularidade das demonstrações financeiras e dissuadir os órgãos de gestão de eventuais tentativas de distorção das demonstrações financeiras individuais ou consolidadas, o SNC introduziu pela primeira vez em Portugal o regime contraordenacional com abrangência a todas as entidades que sejam obrigadas a aplicar o SNC. O referido regime sancionatório encontra-se previsto no artigo 14.º “Ilícitos de mera ordenação social” do Decreto-Lei n.º 158 /2009, de 13 de Julho. Segundo Rodrigues (2010: 132) “[...] funcionará como um mecanismo de *enforcement* na prestação de contas, particularmente no que respeita à sua vertente de elaboração e divulgação”. Em Portugal a entidade responsável pela aplicação e controlo do *enforcement* é Comissão de Normalização Contabilística.

No ponto seguinte debruçamo-nos sobre os principais fatores que levaram à adoção do SNC.

2. A adoção do SNC como resultado da necessidade de harmonização contabilística

Perante entidades em constante mutação e sem conhecer barreiras fronteiriças, a harmonização contabilística tornou-se uma necessidade. No presente ponto pretendemos evidenciar as principais motivações que desencadearam a adoção do SNC.

No decorrer do século XX, com especial enfoque a partir da década de 70, as constantes alterações na realidade empresarial, como consequência da crescente internacionalização das entidades e da globalização dos mercados, conduziu a que os diversos agentes económicos sentissem necessidade de aspetos conceptuais (conceitos, características qualitativas, procedimentos contabilísticos e da definição, reconhecimento e mensuração dos elementos através dos quais se elaboram as demonstrações financeiras) de aplicação generalizada entre os diversos países, de modo a proporcionar a transparência, a compreensão e comparabilidade entre os vários relatos financeiros. Neste sentido, começaram a surgir tentativas de harmonização das normas e das políticas contabilísticas entre os países com vista a eliminar os obstáculos à prestação de contas, nomeadamente em termos de comparabilidade da informação (Paul, 2007: 5).

Segundo Rodrigues (2009: 12) “[...] não é aceitável a existência de diferentes contabilidades com diferentes resultados, consoante o país onde estamos”.

Rodrigues (2010: 111) aponta como principais vantagens da harmonização contabilística:

A diminuição do custo de elaboração e apresentação da informação para as entidades multinacionais; a facilidade de análise, mais clara interpretação e compreensão da informação elaborada em diferentes países; a eliminação de uma das principais barreiras à livre circulação de capitais a nível internacional; e, a simplificação do trabalho das multinacionais de auditoria e das autoridades fiscais.

Em Portugal, o “primeiro passo” para a harmonização contabilística foi dado em 1977, com a institucionalização da CNC e com publicação do primeiro POC, através do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro. Este sistema normativo era de aplicação obrigatória para as seguintes entidades:

- Sociedades nacionais e estrangeiras abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;
- Entidades individuais reguladas pelo Código Comercial;
- Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- Entidades públicas;
- Cooperativas;
- Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse público;
- Outras entidades que, por legislação específica, já se encontravam sujeitas à sua adoção ou viessem a estar.

As instituições de crédito e seguros não estavam sujeitas à aplicação do POC, uma vez que beneficiavam de planos de contabilidade específicos.

O POC/77 esteve em vigor durante treze anos, todavia com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), a 1 de janeiro de 1986, foi necessário proceder à sua revisão, de modo a transpor para o normativo interno as Diretivas Comunitárias. Neste sentido, é então publicado, em novembro de 1989, uma nova versão do POC através do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro. Este Decreto veio transpor para o normativo interno a Diretiva 78/660/CEE, apelidada de 4ª Diretiva, a qual

[...] tinha como objetivo básico atingir algum grau de harmonização na preparação, apresentação, auditoria e publicidade das contas anuais das sociedades de responsabilidade limitada, excluindo bancos e companhias de seguros (Costa e Alves, 2005: 87).

Mais tarde, em 1991, o POC sofre novamente outra grande alteração com a transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva 83/349/CEE, designada de 7ª Diretiva, através do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. A partir deste ano, a Comissão de Normalização Contabilística optou pela emissão de Diretrizes Contabilísticas em vez de reformular o POC. As Diretrizes Contabilísticas funcionaram como meio de aproximação do sistema contabilístico nacional às normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Committee* (IASC) e tinham como intuito a constante atualização e complementaridade do POC, bem como o aumento do nível de comparabilidade da informação contabilística (Barroca, 2011).

Apesar de todos os esforços empreendidos na direção da harmonização, permaneciam as dificuldades da comparabilidade da informação contabilística não só a nível nacional, como internacional. Na tentativa de fazer frente a esta situação é aprovado em 19 de julho de 2002, o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho, o qual determinava a obrigatoriedade de, a partir de 1 de janeiro de 2005, todas as entidades com valores negociados num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro, elaborassem as suas contas consolidadas em sintonia com as NIC. Nesta sequência, é aprovado em Portugal o Decreto-Lei n.º 35/2005 de 17 de Fevereiro, resultante da transposição para o ordenamento jurídico nacional da Diretiva n.º 2003/51/CE 18 de Junho de 2002 do Parlamento e do Conselho, a qual altera as Diretivas n.º 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do Conselho “[...] relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros” (Jornal Oficial n.º L 178 de 17/7/2003). O referido decreto tinha como pretensão alterar o POC, de modo a suprimir ou minorar as diferenças existentes entre o normativo contabilístico vigente em Portugal e as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS).

Todavia, mesmo com as profundas alterações que foram feitas ao POC, ao longo das suas três décadas de vigência, a constatação da desarmonização sentida em Portugal

(dupla contabilidade, no caso das entidades com valores negociados) e das “[...] bastantes lacunas perante as crescentes necessidades de informação e relato financeiro” (Gomes e Pires, 2011: XX) desencadeou a inevitável substituição do POC por um novo normativo contabilístico: o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O POC cumpriu uma missão muito importante em Portugal, porque veio harmonizar comportamentos, entendimentos; veio também, criar alguma organização no pensamento contabilístico e, acima de tudo, veio facilitar o acesso à organização e à informação contabilística [...] Azevedo (2009a: 5).

Num estudo realizado por Alves e Antunes (2010: 33) sobre o processo de harmonização contabilística em Portugal e na Polónia, as autoras referiram que a necessidade de implementação do referido processo prende-se, fundamentalmente, à falta de padrão em termos de práticas contabilísticas, patente nos diversos países da Europa. Salientam, também, que quanto maior forem as semelhanças entre os países, maior é o grau de harmonização. Da análise dos resultados obtidos puderam concluir que o processo de harmonização contabilística, apesar de ser fulcral para o desenvolvimento da economia global, ainda não se encontra finalizado. Relativamente aos países em estudo apuraram que os mesmos apesar de estarem a seguir na direção correta, ainda têm um longo percurso pela frente.

Na opinião de Hall (2010) a existência de uma linguagem contabilística comum facilita a comunicação entre gestores com diferentes formações, experiências e conhecimentos.

Pelo que foi anteriormente exposto, podemos concluir que o SNC teve como principal força motriz a necessidade de compreensibilidade e comparabilidade do relato financeiro tanto a nível internacional, como nacional.

No ponto seguinte fazemos uma abordagem ao SNC e ao seu eventual impacto na profissão do TOC.

3. O Sistema de Normalização Contabilística e o seu eventual impacto na profissão do TOC

No presente ponto procuramos explorar quais foram as alterações introduzidas através da adoção do SNC, assim como os desafios e exigências requeridos aos TOC.

Em 15 de janeiro de 2003 a Comissão de Normalização Contabilística apresentou ao Governo um projeto intitulado “Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”. Anos mais tarde, este projeto deu origem, através da publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, à criação de um novo modelo de normalização contabilística designado Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Para Farinha (2009: 39) este é “um sistema que nos coloca ao mesmo nível do que se pratica na Europa e no mundo”. O novo sistema contabilístico constitui uma adaptação das normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB e assegura a “[...] compatibilidade com as Diretivas Contabilísticas Comunitárias (a 4ª e a 7ª Diretivas)” (Borges *et al.*, 2010: 166).

O Sistema de Normalização Contabilística revogou o Plano Oficial de Contabilidade e legislação complementar e tem em consideração as diferentes necessidades de relato financeiro, sem descuidar as entidades de menor dimensão. O SNC permite a intercomunicabilidade tanto horizontal como vertical com as normas internacionais de contabilidade, o que significa que é possível comparar as demonstrações financeiras de entidades portuguesas com as das entidades de outros países que já tenham acolhido as normas internacionais de contabilidade (Borges *et al.*, 2010; Rodrigues, 2010).

Com o SNC passa a vigorar em Portugal três modelos de relato:

1. Normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia, aplicáveis às entidades com valores mobiliários admitidos a negociação num mercado regulamentado;
2. Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), “[...] adaptadas a partir das normas internacionais de contabilidade adotadas pela UE” (Borges *et al.*, 2010: 166), aplicáveis à generalidade das entidades do setor não financeiro

que não façam parte dos grupos económicos com entidades com valores admitidos à cotação;

3. Norma contabilística e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE), aplicável às entidades de menor dimensão e, por sua vez com menores necessidades de relato, desde que não ultrapassem dois dos três limites: total do balanço líquido: 1 500 000€; total de rendimentos: 3 000 000€ e o número médio de trabalhadores durante o período: 50.

De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho, o Sistema de Normalização Contabilística aplica-se às seguintes entidades:

- a) Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;
- b) Entidades individuais reguladas pelo Código Civil;
- c) Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada (EIRL);
- d) Entidades públicas;
- e) Cooperativas;
- f) Agrupamentos complementares de empresas (ACE) e agrupamentos europeus de interesse económico (AEIE).

Como exceção à sua aplicação estão as entidades do setor segurador e bancário, por terem planos de contabilidade específicos e as pessoas que exerçam a título individual qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, desde não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios superior a 150 000€ (artigo 10.º do Decreto Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho).

O Sistema de Normalização Contabilística é composto pelos seguintes alicerces: estrutura conceptual (EC); bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF); os modelos das demonstrações financeiras (MDF); o código de contas (CC); as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) e Normas Interpretativas (NI).

A mudança do POC para o SNC resultou numa verdadeira transformação na contabilidade em Portugal. Segundo a PWC (2009) através do SNC pretendia-se atingir os seguintes objetivos: prestar informações úteis aos destinatários das informações contabilísticas para a tomada de decisão; alcançar a transparência e a comparabilidade das

demonstrações financeiras a nível internacional; facultar às entidades uma qualidade de relato financeiro superior à do anterior normativo.

Iatridis (2010) refere que a implementação das IFRS, geralmente, aumenta a qualidade da informação contabilística e reduz o âmbito da aplicação da contabilidade criativa. O autor considera que o aumento da divulgação e qualidade da informação contabilística reduz a assimetria de informação e a manipulação de resultados e, conseqüentemente, aumenta a eficiência do mercado de capitais, assim como ajuda os investidores nas tomadas de decisão informadas e imparciais.

Por outro lado, os resultados do estudo de Houqe *et al.* (2010) sugerem que a adoção das IFRS por si só não leva a maiores ganhos da qualidade contabilística. Todavia, averiguaram que a qualidade da informação contabilística melhora com a proteção dos investidores.

Dask *et al.* (2008) corroboram os resultados de Iatridis (2010) e Houqe *et al.* (2010) ao afirmarem que mesmo que a qualidade dos relatos financeiros das entidades não melhore com a adoção das normas internacionais de contabilidade, é possível que a informação financeira se torne mais útil para os investidores e reduza a assimetria de informação, uma vez que a informação divulgada é muito mais detalhada e transparente.

Na opinião de Rodrigues (2010: 36) a mudança para o novo normativo contabilístico constituiu mais um desafio para a profissão de Técnico Oficial de Contas e exigiu por parte destes profissionais grande preparação. Efetivamente, perante a mudança do POC para o SNC, os TOC depararam-se com várias exigências, nomeadamente com uma necessidade muito acentuada de uma reciclagem de conhecimentos, longos períodos de preparação, esforço adicional de adaptação à nova realidade contabilística, necessidade de adequação dos sistemas informáticos, frequência de ações de formação, entre outros.

Para Guerreiro, *et al.*, (2012) o SNC exigiu o desenvolvimento da estrutura cognitiva dos profissionais de contabilidade e dos órgãos de gestão e veio anunciar uma mudança cultural dos TOC.

As alterações provenientes da adoção do SNC fizeram-se sentir a diversos níveis.

Ao nível dos modelos das demonstrações financeiras, o balanço passa a ser apresentado através de um modelo vertical, aplicável tanto às entidades individuais como

consolidadas. Os ativos e passivos são agregados em correntes e não correntes e substituem as anteriores classificações Imobilizado/Circulante/Dívidas a Terceiros - Médio e Longo prazo/ Dívidas a Terceiros - Curto prazo. As quantias do ativo figuram no balanço numa só coluna pelo valor líquido, excluem-se as colunas do “ativo bruto” e das “amortizações e provisões acumuladas”, no entanto é introduzida uma nova coluna designada “Notas” que possibilita fazer alusão ao número da respetiva nota do Anexo. No balanço passam a figurar em linhas separadas as propriedades de investimento, os ativos biológicos e ativos não correntes detidos para venda. A Demonstração dos Resultados por Naturezas, tal como acontece no balanço, possui o mesmo modelo para demonstração individual ou consolidada e apresenta uma nova coluna designada “Notas” que permite fazer referência ao número da respetiva nota do Anexo. A ordem de apresentação dos rendimentos e gastos modificou-se e passou a evidenciar-se o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), o resultado antes de impostos e o resultado líquido. Por outro lado, é inserido um novo item correspondente à parte do resultado líquido relacionado com as atividades descontinuidades. Relativamente à elaboração da Demonstrações dos Fluxos de Caixa deixa de ser possível optar pela utilização do método ou indireto e passa a ser obrigatório a utilização do método direto. O Anexo deixa de estar apenas interligado com o Balanço e com a demonstração dos resultados, mas também com todas as outras demonstrações financeiras. O número de divulgações passa a ser substancialmente superior uma vez que as NCRF requerem divulgações mais extensas.

Com o SNC o relato financeiro afasta-se da perspetiva jurídica do património e atribui uma maior importância à perspetiva económica. Neste sentido a característica qualitativa substância sob a forma (anteriormente considerada como princípio contabilístico) ganha maior ênfase (§ 35 da EC).

Ao nível dos inventários (“existências” no POC), deixa de ser possível utilizar a fórmula de custeio “*Last in, first out*” (LIFO), o que implicou que, em alguns casos, as entidades alterassem a sua fórmula para “*First in, first out*” (FIFO) ou custo médio ponderado. De acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho todas as entidades que apliquem o SNC ou as normas internacionais de contabilidade adotadas

pela UE ficam obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente, desde que não ultrapassem durante dois períodos consecutivos os limites definidos no n.º 2 do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais (vendas líquidas e outros rendimentos: 3.000.000€; total do balanço: 1.500.00€ e número médio de empregados no período: 50). De acordo com Guimarães (2011b: 253) a adoção do sistema de inventário permanente configura uma boa prática de controlo interno, por parte das entidades, na área dos inventários. Ainda no âmbito dos inventários, o SNC prevê que em circunstâncias limitadas (como, por exemplo, a aquisição ou produção de ativos que necessitem de um período de tempo significativo até ficarem prontos para a sua utilização ou venda) os custos de empréstimos obtidos sejam englobados no custo dos inventários (§ 17 da NCRF 18).

Ao nível das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o SNC ao invés do que acontecia no POC aborda com clareza os critérios para a constituição das provisões, define o conceito de passivos contingentes e ativos contingentes e estabelece as condições que ambos necessitam de cumprir para serem divulgados no Anexo. Outra alteração relaciona-se com a impossibilidade de classificar qualquer rubrica como extraordinária.

Em relação aos ativos fixos tangíveis, não é mais permitida a revalorização de ativos fixos tangíveis tendo por base os coeficientes de desvalorização monetária. O custo inicial pode incluir custos de desmantelamento e renovação do equipamento ou restauração do local, a mensuração subsequente pode ser pelo modelo do custo (sem revalorizações) ou através do modelo de justo valor (com revalorizações regulares), é identificado um conjunto de requisitos para o suporte do período de vida útil de um ativo. As depreciações por componente constituem uma novidade face ao anterior normativo contabilístico.

Ao nível dos ativos intangíveis, passa a não se poder incluir como ativo intangível despesas de instalação, arranque e expansão e deixa também de ser possível capitalizar dispêndios com formação e publicidade. Estas despesas passam a ser consideradas como gastos. Deixa, igualmente, de ser possível capitalizar determinados ativos intangíveis gerados internamente como, por exemplo, as marcas e goodwill. Os subsídios referentes aos ativos fixos tangíveis e intangíveis são contabilizados no capital próprio em vez de ser nos proveitos diferidos.

Relativamente à imparidade de ativos, sempre que se verifiquem indícios que determinados ativos, como por exemplo os ativos fixos tangíveis e intangíveis ou instrumentos financeiros, estão em imparidade, é obrigatório realizar testes de imparidade, de acordo com os termos e condições estabelecidos pela NCRF 12. Guimarães (2011a: 116) no que respeita às perdas por imparidade em dívidas a receber, destaca que tanto os órgãos de gestão como os TOC, no âmbito das suas responsabilidades pela regularidade técnica, previstas no artigo 6.º do EOTOC passarão a utilizar as regras contabilísticas do SNC, ao invés do critério fiscal. Segundo o autor, esta mudança conceptual e de procedimentos irá desencadear assentos contabilísticos.

Ao nível das propriedades de investimento, os ganhos ou perdas resultantes da opção pelo método do justo valor no reconhecimento de propriedades de investimento são incluídos no resultado líquido.

O SNC introduz o conceito de ativos biológicos, os quais devem ser mensurados ao seu justo valor, deduzidos dos encargos estimados no ponto de venda.

Relativamente às políticas, estimativas e erros, ao contrário do que se verificava no POC, as alterações de políticas contabilísticas e os erros têm aplicação retrospectiva⁴ e as alterações de estimativas contabilísticas têm aplicação prospetiva. Constitui um exemplo de alteração nas políticas contabilísticas a utilização do método da revalorização ao invés do modelo do custo no reconhecimento dos ativos fixos tangíveis.

Ao nível das concentrações de atividades empresariais, o método de contabilização a utilizar passa a ser somente o método da compra. O goodwill deixa de ser amortizado e passa a estar sujeito a testes de anuais de imparidade.

No que concerne aos instrumentos financeiros, o SNC define o conceito e os critérios para o reconhecimento, mensuração e desreconhecimento.

Encontram-se previstos no SNC os investimentos financeiros que são mensurados ao custo ou custo amortizado deduzido das perdas por imparidade e os que, por outro lado,

⁴ A aplicação retrospectiva pressupõe que na preparação das demonstrações financeiras sejam refletidas os efeitos resultariam se se tivesse aplicado a nova política desde o primeiro acontecimento que fez despoletar a transação.

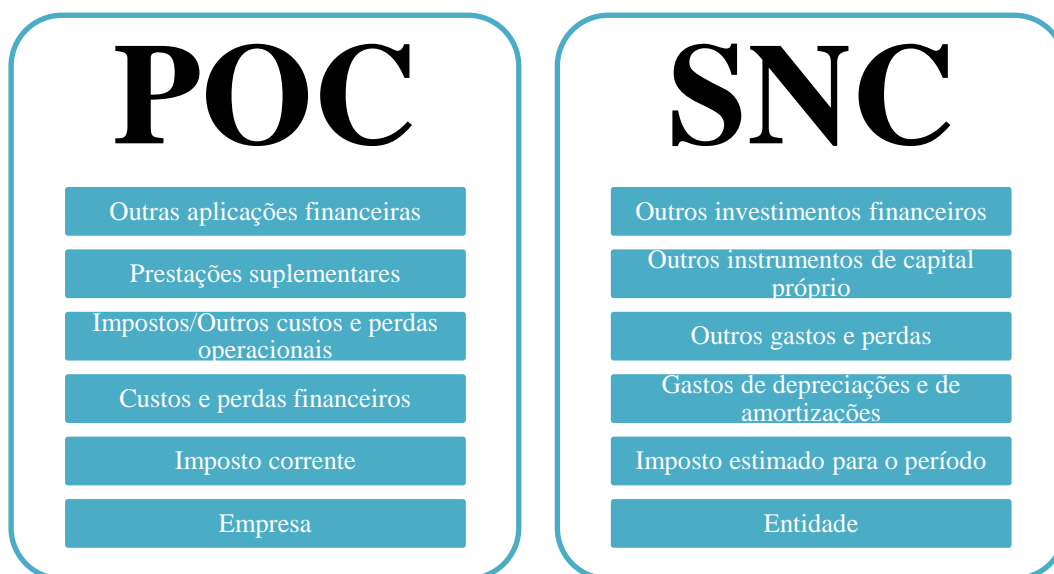
são mensurados ao justo valor, em que as variações são reconhecidas na demonstração de resultados.

Ao nível dos contratos de construção passa a não ser possível a adoção do método da obra acabada previsto pela Diretriz Contabilística n.º 3 – Tratamento contabilístico dos contratos de construção. O citado método dá lugar ao método da percentagem de acabamento, quando o final da obra possa ser estimado com fiabilidade. Caso contrário reconhecem-se os réditos até ao momento em que seja provável recuperar os custos incorridos. As perdas expectáveis devem ser reconhecidas como gastos.

Outra alteração significativa e considerada como uma das principais dificuldades na transição do modelo POC para o SNC está relacionada com as modificações ao nível do código de contas, nomeadamente a agregação de contas; alteração na ordem de algumas subcontas (como por exemplo a conta 312 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo que no POC correspondia à conta 316); criação de novas contas (veja-se o caso da conta 2612 Faturas em receção e conferência que não figurava no POC); e alterações na terminologia.

A nova terminologia aproxima-se da utilizada nas normas internacionais de contabilidade, procurando evitar, deste modo, o surgimento de diversas interpretações. Nos quadros seguintes encontram-se evidenciadas as principais alterações ao nível da terminologia contabilística.

Figura 1 | Diferenças na terminologia contabilística entre o POC e o SNC



POC

Disponibilidades

Terceiros

Existências

Imobilizações

Custos e perdas

Proveitos e ganhos

Provisões (ativo)

Imobilizado incorpóreo

Imobilizado corpóreo

Registo

Reintegração e amortização

Reposições de provisões (ativo)

Valor atual

Valorização/Valorimetria

Subsídios ou subvenções não destinadas
à exploração

SNC

Meios financeiros líquidos

Contas a receber e a pagar

Inventários ou ativos biológicos

Investimentos

Gastos

Rendimentos

Perdas por imparidade

Ativo intangível

Ativo fixo tangível

Reconhecimento

Depreciação e amortização

Reversões de ajustamento

Valor presente

Mensuração

Subsídios ou subvenções relacionadas
com ativos

POC

Resultado líquido do exercício

Outros ajustamentos do ativo

Títulos negociáveis

Instrumentos Derivados

Outras aplicações de tesouraria

Empréstimos obtidos

Outros devedores e credores

Fornecedores de imobilizado

Acréscimos e diferimentos

Custos diferidos

Acréscimos de custos

Benefícios de reforma a liquidar

Proveitos diferidos

Subsídios para investimentos

Regularização de existências

Imobilizações em curso

SNC

Resultado líquido do período

Perdas por imparidade

Outros instrumentos financeiros

Derivados

Outros ativos e passivos financeiros

Financiamentos obtidos

Outras contas a receber e a pagar

Fornecedores de investimento

Diferimentos

Gastos a reconhecer

Credores por acréscimos de gastos

Benefícios pós-emprego

Rendimentos a reconhecer

Subsídios e doações

Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos

Investimentos em curso

Fonte: Adaptado do código de contas do POC e do SNC

Os novos conceitos, princípios, métodos e técnicas introduzidas pelo novo normativo contabilístico requerem do TOC competências multidisciplinares, designadamente ao nível das TIC, bem como em outras áreas científicas, veja-se a título de exemplo, a matemática financeira, finanças empresariais e da estatística (Gomes e Pires, 2011: XXX). Neste sentido, Carmona e Trombetta (2008) pronunciam-se ao afirmar que as normas baseadas em princípios, ao serem mais flexíveis, envolvem grandes mudanças nos conhecimentos adquiridos pelos profissionais da contabilidade e, conseqüentemente, um efeito permanente na formação educacional e nas qualificações dos profissionais. Para os autores, as normas internacionais de contabilidade implicam que os contabilistas possuam sólidos conhecimentos em economia e gestão. Cruz (2011: 56) alarga a necessidades de competências ao nível da matemática, direito e língua inglesa. Na mesma tendência manifestou-se Azevedo (2010: 12), ao referir que “É essencial criar nos profissionais a ideia que eles têm que evoluir no patamar de conhecimentos”.

Constitui-se como a principal mudança do novo normativo contabilístico o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas, ao contrário do anterior normativo. Para Antão (2009: 8) “A forma de pensar em ambiente POC não é a mesma de pensar em ambiente SNC.” A este respeito acrescenta que é relativamente fácil aprender regras, mas o mesmo não acontece quando o que está em causa são princípios. Para o autor é necessário mudar a forma de pensar, o que apenas se consegue com um estudo mais aprofundado e com o tempo. Na opinião de Shortridge e Smith (2009) os profissionais de contabilidade ao invés de se concentrarem na aplicação de uma regra, necessitam de compreender a substância económica do facto patrimonial, para que seja fielmente apresentado nas demonstrações financeiras.

Para Rodrigues (2010: 36) a utilização, por parte dos profissionais, de normas contabilísticas mais completas, baseadas em princípios de aplicação comuns a vários países conduzirá à internacionalização da profissão.

No estudo realizado por Carmona e Trombetta (2008) sobre as implicações dos sistemas contabilísticos baseados em princípios, os autores, consideram que as normas internacionais de contabilidade ganharam aceitação global e foram implementadas em países com diferentes culturas, em grande parte devido à sua natureza estar assente em

princípios. Os autores são da opinião que os sistemas baseados em regras reduzem significativamente a incerteza dos contabilistas, acabando por desencadear uma aplicação mecanicista das regras estabelecidas. Por este motivo, os autores consideram que a adoção das normas internacionais de contabilidade acarreta uma nova mentalidade, uma vez que os contabilistas deixam de ter uma orientação detalhada da sua aplicação.

Nesta linha de pensamento manifestou-se Farinha (2009: 40) ao afirmar que como as NCRF não explicam a forma de movimentação das contas no que tange ao débito e ao crédito, apenas estabelecem princípios contabilísticos orientadores, estamos perante “[...] um sistema que nos vai obrigar a pensar e a tomar decisões em função do nosso próprio julgamento”. Esta realidade conduz a que o processo de reconhecimento e mensuração deixe de ser um processo mecanicista (Pires e Rodrigues, 2008) e passe a exigir um maior julgamento profissional dos preparadores das demonstrações financeiras sobre os factos patrimoniais, uma vez que não existem soluções únicas, mas sim princípios contabilísticos orientadores (Brás, 2010; Guimarães, 2010a). Silva (1933: 98) já em 1933 destacava a importância de um guarda-livros possuir como atributo o “Espírito de iniciativa – Respeitar a experiência mas combater a rotina. Andar em dia com os progressos da técnica. Procurar a melhor maneira de fazer uma coisa sem dar excessiva importância ao facto de a mesma coisa se ter feito sempre de certo modo”.

Segundo Azevedo (2009b: 16) a mudança de atitude do profissional constitui-se como grande desafio do SNC. O bastonário da OTOC salientou que um profissional que tinha por hábito aplicar o que as normas estabeleciam, “[...] que estava «mecanizado» para fazer a contabilidade pelos papéis, [...]” depara-se agora com “[...] um sistema que o obriga enquadrar as situações e a tomar as necessárias decisões contabilísticas [...]”, implicando que tenha uma visão mais intrínseca do negócio do(s) seu(s) cliente(s). Esta opinião é partilhada por Carmona e Trombetta (2008), de acordo com estes autores as normas internacionais de contabilidade implicam um conhecimento global sobre a situação financeira e do negócio dos seus clientes, antes de definirem o tratamento contabilístico mais adequado a algumas operações mais complexas.

As Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA), nomeadamente a DRA 310 Conhecimento do negócio e a DRA 320 Materialidade de revisão/auditoria podem

constituir-se como importantes auxiliares para os TOC, na medida em que preconizam um referencial sobre procedimentos e orientações necessários para a obtenção do conhecimento do negócio do cliente (o mercado onde opera, a estrutura societária, a natureza do negócio, os produtos e serviços transacionados, as práticas utilizadas) e, deste modo, o habilita a fazer um melhor enquadramento e julgamento profissional, bem como ter uma perceção mais precisa das necessidades de informação financeira dos utentes das demonstrações financeiras, importante para a deliberação da materialidade da informação (Costa, 2010: 208).

Atendendo que grande parte do nosso tecido empresarial ser constituído por micro e PME, e por a maioria dos empresários não possuir conhecimentos técnicos em contabilidade, é o TOC que “[...] acaba por assumir os juízos de valor e definir as políticas contabilísticas da empresa [...]” (Guimarães, 2010b: 39). Deste modo, os TOC passam a ter maior participação na definição e decisão das práticas contabilísticas e do relato financeiro, assim como nos juízos de valor sobre os fatos patrimoniais, o que se traduz numa maior subjetividade na decisão e, conseqüentemente, num reforço das suas responsabilidades (Azevedo, 2009a; Guimarães, 2010b; Rodrigues, 2010). Marques (2012: 37) é da opinião que a subjetividade é compensada pela existência de regras quantitativas, designadamente o método da linha reta a ser utilizado nas amortizações dos ativos intangíveis ou a explanação das partes relacionadas.

O TOC deve ter a preocupação de descrever minuciosamente, do ponto de vista técnico, as práticas contabilísticas usadas, para se salvaguardar de eventuais contraordenações patentes no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Guimarães, 2010b: 43).

É relevante realçar que já em 1933 o Professor Gonçalves da Silva reconhecia a necessidade de os guardas-livros fazerem uma descrição pormenorizada dos factos que observam, executarem os trabalhos com rigor, serem extremamente dedicados aos seus clientes, bem como possuam uma “Disciplina firme no contacto e nas relações constantes com os seus subordinados e com os seus clientes”.

Na tentativa de ultrapassar a questão da subjetividade, o Anexo exige às entidades um acréscimo do número de divulgações obrigatórias no que tange, por exemplo, às

políticas contabilísticas, estimativas, risco e rendibilidade das entidades, colocando, deste modo, ao dispor dos utentes das demonstrações financeiras um conjunto de informações adicionais mais alargado e rico para poderem efetuarem as suas análises (Correia, 2009). Franco e Silva (2010: 30) consideram que esta obrigatoriedade implicará, ao longo do período de relato, que se façam anotações, bem como o levantamento de dados, para que posteriormente se possa utilizar essas informações na construção das demonstrações financeiras. Com o SNC o Anexo ganhou maior projeção no conjunto completo das demonstrações financeiras e tem como objetivo servir de elo de ligação com as restantes demonstrações financeiras, bem como complementá-las.

A Comissão de Normalização Contabilística, no ano de 2011, lançou o “Observatório CNC 2011”, cujos resultados foram divulgados a 15 de dezembro do citado ano. O “Observatório CNC 2011” consiste num inquérito por questionário destinado a todas as entidades que apliquem o SNC e tem objetivo avaliar a evolução da implementação dos normativos contabilísticos. Das 947 respostas recebidas, 640 foram oriundas dos TOC, o que perfaz uma percentagem de 68%. Os resultados alcançados com o estudo, revelam que 56% das pessoas que responderam ao inquérito por questionário afirmam ter dificuldades na elaboração do Anexo e 65% pretende que se façam mais melhoramentos. No que toca à qualidade da informação financeira prestada, 78% dos respondentes são da opinião que houve melhorias na qualidade da informação financeira.

Em suma, podemos concluir que perante as diversas modificações introduzidas com adoção do SNC, as quais se fizeram sentir nos mais diversos níveis, exige-se um profissional cada vez mais qualificado, que não seja avesso a mudanças, esteja em permanente atualização, compreenda a realidade empresarial do(s) seu(s) cliente(s) e, acima de tudo, apresente uma nova forma de perceber e pensar a contabilidade (Barros, 2009: 340; Brás, 2010: 16).

O próximo e último ponto do enquadramento teórico e normativo aborda a responsabilidade profissional do TOC.

4. Responsabilidade profissional dos TOC

Enquanto profissão de interesse público, o TOC, no exercício da sua profissão, deve pautar o seu comportamento em sintonia com os princípios estipulados no seu Código Deontológico e ter consciência da importância do seu papel enquanto profissional, de modo a contribuir para a valorização da classe profissional a que pertence.

A adoção do SNC causou um impacto direto na necessidade de revisão do EOTOC, a qual veio reforçar as responsabilidades técnicas do TOC. Neste último ponto procuramos, por um lado sensibilizar para a necessidade do TOC possuir um comportamento de acordo com os valores éticos, e, por outro, fazer uma abordagem ao reforço de responsabilidades do TOC na sequência da revisão do EOTOC.

Em 2002, na tentativa de travar os sucessivos escândalos, o Governo Federal dos Estados Unidos da América (EUA), aprovou, em julho do citado ano, o Sarbanes-Oxley Act, Lei SOX, que apresentava como objetivo primordial repor a confiança dos investidores. Pretendia implementar regras restritivas como intuito de garantir uma maior transparência nos resultados, maior independência aos órgãos de auditoria e a introdução de medidas punitivas de modo a combater as fraudes. O grande número de escândalos contabilísticos veio provar a necessidade de fazer algo mais em termos de ética (Armstrong *et al.*, 2003).

Na opinião de Kraemer (2001) a profissão contabilística é possivelmente a que mais apela ao comportamento ético dos profissionais, uma vez que são as informações produzidas pela contabilidade que, ao serem fornecidas aos vários utentes, os ajudarão no apoio à tomada de decisão. Segundo a autora, o dever de qualquer profissional é de conhecer profundamente a sua profissão, nos seus variados níveis: técnico, direitos, bem como ao nível das regras de conduta moral. Acrescenta, ainda, que o profissional tem que ter precaução com os atos que pratica de modo a não prejudicar os seus colegas de profissão e deve pautar os seus comportamentos com moralidade e respeito. “Os colegas de profissão, esperam deste uma atuação que não afete a dignidade da profissão e seja solidário para com os outros profissionais, sendo como classe ou indivíduos” (Kraemer, 2001: 45).

No exercício da sua profissão, os TOC devem reger-se sobre a observância do disposto no seu Código Deontológico. O CDTOC, atualmente em vigor, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, o qual veio substituir o aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro. De acordo com Santos (2000: 55) “O Código Deontológico dos TOC constitui um instrumento de valorização e dignificação profissionais, complementando as regras constantes do Estatuto”. Na perspetiva de Azevedo (2001: 24) o CDTOC e o EOTOC são como uma «*Bíblia*» e salienta que é importante conhece-los intrinsecamente, defendendo que só deste modo é possível cumprir e ter consciência do incumprimento das normas estatutárias. A recente revisão do EOTOC está intimamente ligada à aprovação do SNC, facto que é facilmente comprovado pelo estipulado no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro

A universalidade da profissão, bem como as alterações de enorme profundidade introduzidas no universo contabilístico com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a complexidade das matérias que lhes são inerentes [...] aconselham à criação de mecanismos que possibilitem uma congregação de energias destes profissionais no sentido de permitir a especialização nas diversas áreas de conhecimento exigíveis para um pleno e cabal desempenho da função de técnico oficial de contas.

Em resultado da revisão do EOTOC as funções e responsabilidades técnicas dos TOC foram amplificadas. É introduzida uma nova alínea, alínea d), que atribui aos TOC a responsabilidade pela supervisão dos atos declarativos para a Segurança Social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários. Através da atribuição desta função, os TOC passam a deter a responsabilidade de garantir que, tanto as retenções efetuadas em sede de IRS, como os descontos para a Segurança Social são os adequados e estão isentos de erros ou omissões. Destaca-se que esta responsabilidade não pressupõe que sejam os TOC a processar os salários, os TOC apenas têm a função de supervisionar os atos declarativos/fiscais inerentes ao processamento de salários, bem como informar a entidade empregadora das obrigações legais (Guimarães, 2010b: 41). Todavia, se o TOC considerar conveniente, pode contratualizar com o cliente executar este tipo de serviços.

Relativamente a citada alínea, a Associação Portuguesa de Entidades de Contabilidade e Administração (APECA), no dossier por ela elaborado com sugestões à Proposta de Lei n.º 276/X (4.º), defendeu que esta responsabilidade iria levar à criação de

tensões dispensáveis e poderia colocar em causa alguns postos de trabalho das pessoas que realizavam este tipo de serviços. Para a APECA, a referida responsabilidade deveria estar a cargo dos técnicos de recursos humanos. Dois outros argumentos por ela defendidos dizem respeito, em primeiro lugar ao facto de o TOC, na maioria dos casos não trabalhar nas entidades, não conhecer a respetiva composição salarial, ficando limitado à informação dos valores salariais facultada pelos empresários e, em segundo, consideram que os TOC não têm formação suficiente para supervisionar o processamento dos salários.

Outras funções que constituem uma novidade face ao anterior EOTOC são as funções de consultoria nas áreas de contabilidade, fiscalidade e da Segurança Social, bem como de intervenção na fase graciosa do procedimento tributário em representação do sujeito passivo, cuja contabilidade esteja como responsável e desde que as questões em causa se encontrem enquadradas no âmbito das suas competências profissionais (alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 6.º do EOTOC). A este propósito Nunes (2010: 22) destaca que a intervenção do TOC no procedimento gracioso tributário requer a existência de uma procuração.

O novo EOTOC também veio esclarecer, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, o conceito de regularidade técnica. Por regularidade técnica entenda-se a elaboração da contabilidade, de acordo com os normativos aplicáveis e tendo com base os dados facultados pela entidade para a qual o TOC presta serviços, bem como os pareceres do profissional na esfera contabilística, tendo como intuito a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da realidade patrimonial da entidade, assim como o envio para as entidades públicas competentes da informação contabilística e fiscal (n.º 3 do artigo 6.º do EOTOC).

A expressão «bem como o envio para as entidades públicas...», reforça as responsabilidades (competências e funções) do TOC no âmbito da regularidade fiscal prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do EOTOC, nomeadamente junto da administração tributária (por exemplo declarações fiscais) e da Segurança Social (Guimarães, 2010b: 42).

Para além das responsabilidades estipuladas pelo artigo 6.º do EOTOC compete, igualmente, aos TOC cumprir os deveres gerais (artigo 52.º), o que pressupõe que o TOC contribua para o prestígio e dignificação da profissão e apenas aceite prestar serviços a

uma entidade quando se considere profissionalmente apto para tal; deveres para com as entidades a quem prestam serviços (artigo 54.º), é imperioso que no executar do seu trabalho o TOC se isente de qualquer ato que possa colocar em causa a entidade cliente, assim como assegure o sigilo profissional; para com a Administração Fiscal (artigo 55.º), o TOC tem o dever de colaborar com as entidades públicas e deve privar-se da prática de qualquer ato ilícito, como por sendo a falsificação ou a ocultação de documentos; deveres para com os colegas de profissão (artigo 56.º), deveres esses que pressupõem a lealdade e ajuda mútua entre colegas; o TOC possui, ainda, deveres para com a Ordem (artigo 57.º), nomeadamente garantir a manutenção de uma conduta apropriada e, conseqüentemente, contribua para a dignificação da Instituição.

Pelo exposto, somos levados a concluir que a adoção do SNC teve um impacto direto na necessidade de revisão do EOTOC. O Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro foi o diploma responsável pela revisão do EOTOC e o qual veio alargar as funções dos TOC e, conseqüentemente desencadear uma maior responsabilidade técnica e profissional dos TOC face a Estatuto cada vez mais exigente. Todavia, na opinião de Guimarães (2010b: 40) “uma profissão é tanto mais reconhecida quanto maiores forem as suas responsabilidades”. O autor acrescenta ainda que “Uma profissão afirma-se pelas competentes responsabilidades técnicas e sociais, no contexto de interesse público”. A profissão de TOC constitui-se como uma profissão de interesse público. Dellaportas & Devenport (2007) esclarecem o que significa servir o interesse público em contabilidade. Segundo os autores servir o interesse público pressupõe uma busca incessante do cumprimento dos princípios deontológicos (como por exemplo, o princípio da integridade, independência, competência e confidencialidade) de modo a beneficiar todos os interessados que dependem direta ou indiretamente dos serviços prestados pelos profissionais. Para os autores, apenas quando os padrões profissionais e de conduta ética são observados, o interesse público é servido.

Na opinião de Guimarães (2010b: 42), o reforço das responsabilidades dos TOC, em consequência da alteração ao EOTOC veio desencadear que o interesse público ligado à profissão de TOC saísse mais fortalecido e reconhecido pela sociedade, em especial pelos empresários.

Na Parte III abordamos a metodologia utilizada no presente trabalho e procedemos à caracterização dos inquiridos.

CAPÍTULO III | METODOLOGIA

No presente capítulo expõe-se a metodologia utilizada para levar a cabo o estudo empírico, apresentam-se os objetivos geral e específicos, os procedimentos adotados na recolha de dados, as variáveis, as técnicas de tratamento dos dados, bem como o perfil dos inquiridos.

A metodologia de investigação patente neste trabalho assume, numa primeira fase, uma natureza exploratória, uma vez que busca obter dados que ajudem a compreender a atual realidade vivida pelos TOC no exercício da sua profissão, bem como amplificar o conhecimento sobre a classe profissional. Neste sentido, procedeu-se à revisão bibliográfica, nomeadamente em artigos de revistas científicas, livros, revistas profissionais e outros trabalhos científicos, a qual permitiu clarificar conceitos e obter uma maior familiaridade e conhecimento sobre os temas abordados. Possibilitou, ainda, a construção de um questionário estruturado, sem ter por base nenhum tipo de questionário já existente, que foi utilizado como instrumento de recolha de dados (Apêndice I).

Numa segunda fase, o estudo assume uma natureza descritiva na medida em que se pretende descrever os atuais desafios enfrentados pelos TOC no exercício da sua profissão. Para o prosseguimento do estudo empírico foi aplicado um inquérito por questionário estruturado, direcionado à população alvo previamente selecionada. A pesquisa insere-se, por isso, no paradigma quantitativo.

O objetivo central deste trabalho é verificar, na perspetiva dos TOC, que constituem a população a inquirir, os eventuais impactos da adoção do SNC na profissão do TOC em Portugal. Especificamente, pretende-se caracterizar o TOC na era do SNC, perceber se o SNC pode ter contribuído para uma mudança de perfil do TOC e de que forma se vê projetado na sociedade e nos seus clientes enquanto profissional; averiguar se os TOC consideram, por um lado, que a informação prestada pela contabilidade após a adoção do SNC passou a ser mais relevante para a tomada de decisões e, por outro, se consideram que o objetivo da comparabilidade das demonstrações financeiras foi atingido; avaliar a relevância atribuída pelos TOC ao seu Código Deontológico; perceber que novas exigências trouxe o SNC aos TOC; verificar se houve alteração na forma como se

relacionam os seus clientes após a adoção o SNC, e, por outro lado, analisar se o SNC trouxe dificuldades de adaptação por parte da classe profissional, procurando entender de que formas essas eventuais dificuldades técnicas, sentidas com a aplicação de um novo normativo contabilístico mais exigente do ponto de vista da sua aplicabilidade, foram ultrapassadas.

Como população alvo para este estudo e destinatários do questionário foram selecionados os Técnicos Oficiais de Contas que participaram nas “reuniões livres das quartas-feiras” promovidas pela OTOC, que decorreram nas delegações abertas da zona centro do País, no dia 14 de março de 2012. O processo da amostragem utilizado foi probabilístico, uma vez que cada membro da população teve a mesma probabilidade de fazer parte da amostra, em função de participar ou não nessas reuniões livres. A OTOC dispõe de dezasseis delegações abertas em Portugal, das quais doze situam-se no território continental, que se repartem da seguinte forma: seis na zona centro (Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco e Viseu), três na zona norte (Braga, Porto e Vila Real) e três na zona sul (Faro, Lisboa e Setúbal). Nas ilhas existem quatro delegações abertas (Angra do Heroísmo, Funchal, Horta e Ponta Delgada).

Como instrumento de recolha de dados elegemos o inquérito por questionário, por considerarmos este instrumento o mais adequado para interrogar a população alvo em estudo, dada a sua dimensão.

No que se refere aos problemas metodológicos, derivados da investigação por questionário, a presente investigação apresenta vantagens e desvantagens. Quanto às vantagens, a opção por esta metodologia permitiu inquirir em simultâneo membros geograficamente dispersos, assim como obter um número satisfatório de respostas de forma célere. A sua principal desvantagem está relacionada com uma eventual situação de equívoco por parte do inquirido, decorrente de uma incorreta interpretação e a impossibilidade do seu esclarecimento. Na tentativa de contornar esta possibilidade, aquando da elaboração do questionário foram levados em consideração alguns aspetos, nomeadamente o vocabulário utilizado, a necessidade de organizar o questionário em secções, bem como apresentar as questões obedecendo a uma lógica, de modo a facilitar ao inquirido a compreensão dos objetivos do questionário. Adicionalmente o questionário foi

ainda sujeito a um pré-teste junto de pequeno grupo de docentes e colegas de curso, alguns deles também eles membros da OTOC, com a pretensão de avaliar a consistência do instrumento, nomeadamente em termos de compreensibilidade, pertinência das questões e adequação das escalas utilizadas. Após o pré-teste e tendo em conta os feedbacks de três docentes, um deles *expert* na elaboração de inquéritos por questionário, e algumas colegas de curso, foram realizadas alterações na formulação e ordem de algumas questões.

O questionário intitulado “SNC: Uma viragem na profissão do TOC em Portugal?” encontra-se estruturado em cinco partes: Parte I- Informação sobre o inquirido; Parte II- O TOC e as relações com os clientes; Parte III- Ética e Deontologia Profissional; Parte IV- O TOC e a relação com os colegas; e, por fim, a Parte V - O SNC e a profissão do TOC. À exceção da quinta parte, que aborda a problemática central da investigação, as restantes partes contemplam um número reduzido de questões, tendo em vista fornecer uma visão mais intrínseca do atual TOC.

A Parte I inclui um conjunto de onze questões (1 à 11), de caracterização biográfica e profissional, cujas respostas pretendem caracterizar a amostra em estudo.

A Parte II é composta por oito questões (12-19) relacionadas com a relações do TOC com os clientes, em que se pretende aferir a qualidade e a quantidade de informação solicitada pelos clientes aos profissionais.

A Parte III, composta por três questões (20-22), cujas respostas possibilitam identificar qual a relevância concedida pelos TOC ao seu Código Deontológico e averiguar se consideram que a revisão do EOTOC acarretou demasiadas responsabilidades para os profissionais.

A Parte IV, inclui três questões (23-25), cujas respostas pretendem obter informação sobre a opinião que os TOC partilham sobre a profissão.

Por último, a Parte V, parte central do trabalho e também a mais extensa, é constituída por trinta e oito questões (26-63). A partir das respostas obtidas pretende-se analisar o que pensam os TOC do novo SNC, quais os eventuais impactos na profissão decorrentes da sua adoção, bem como o levantamento das suas necessidades de formação e dos meios por eles utilizados para estarem em constante atualização e esclarecerem as suas dúvidas profissionais.

O questionário contempla vários tipos de questões e escalas de medição. Relativamente ao tipo de questões, na sua grande maioria é composto por questões de natureza qualitativa, abertas e fechadas, mas também por questões de natureza quantitativa. As questões de natureza qualitativa admitem respostas sim ou não, respostas de escolha múltipla, respostas abertas, bem como respostas de aferição de níveis de importância e concordância.

No que concerne ao tipo de escalas, foram utilizadas escalas nominais (exemplo: Sim, Não) e escalas ordinais, do tipo Likert (escala ordinal crescente com cinco proposições) que permitiram medir os níveis de importância e concordância (exemplo: Discordo Totalmente; Discordo; Não concordo, nem discordo; Concordo; Concordo Totalmente).

Na tentativa de obter um maior número de respostas por parte dos inquiridos e num espaço de tempo relativamente curto, optámos por não colocar o questionário online. Ao invés, os questionários foram distribuídos pelas várias delegações da OTOC na zona centro do país no dia 14 de março de 2012 por duas vias, presencialmente nas delegações de Aveiro e Coimbra e, nas restantes delegações (Leiria, Santarém, Castelo Branco e Viseu), por correio. Aos inquiridos foi solicitado o preenchimento do questionário e a entrega no final da reunião. No total obtivemos respostas de 241 TOC.

Para avaliarmos a representatividade da amostra foram pedidas informações à OTOC sobre o número de presentes. A partir das informações concedidas, decidimos ter em consideração a média ponderada de presenças dos últimos três anos nas “reuniões livres das quartas-feiras” da OTOC, que decorreram nas delegações abertas da zona centro do País durante o mês de março, ou seja, 580 TOC, o que perfaz uma percentagem de 41,55.

Os dados recolhidos a partir dos inquéritos foram alvo de tratamento estatístico através do *software* SPSS 19.0, para *Windows*. De acordo com Reis, (2010: 108) o tratamento estatístico é

[...] fundamental no campo da investigação, permitindo ao investigador reduzir, organizar, avaliar, interpretar e comunicar a informação numérica, fornecendo métodos e meios que possibilitam provar ou refutar a existência de relações entre duas ou mais variáveis.

As variáveis criadas são na sua grande maioria do tipo nominal, no entanto também existem qualitativas do tipo ordinal e variáveis quantitativas. As variáveis qualitativas do tipo nominal correspondem às variáveis cujos dados são classificados por categorias não ordenadas, já as variáveis qualitativas do tipo ordinal são as variáveis cujos dados são classificados por categorias ordenadas. Por sua vez as variáveis quantitativas são variáveis em que é possível atribuir uma medida e apresentam-se com diferentes intensidades ou valores. Previamente ao tratamento estatístico das variáveis foram feitas algumas modificações à base de dados, nomeadamente, a redução do número de categorias e recodificação de algumas variáveis, com o intuito de simplificar a leitura dos dados e cruzamento de variáveis, assim como tornar mais apelativo visualmente.

Posteriormente, foi realizada uma análise exaustiva de todas as variáveis. Numa primeira fase procedeu-se à análise univariada dos dados, para tal foi determinada a média aritmética⁵ e corrigida⁶ que se constituem como principais medidas de localização central, e algumas medidas de dispersão como o máximo⁷, o mínimo⁸ e o desvio-padrão⁹, bem como a distribuição das frequências absolutas¹⁰ e relativas¹¹ para as variáveis qualitativas (nominal ou ordinal). Para facilitar a leitura dos dados amostrais, as frequências relativas foram apresentadas em percentagem. Numa segunda parte procedeu-se à análise bivariada dos dados, nomeadamente, ao cruzamento de algumas variáveis (*crosstabs*) com a pretensão de avaliar uma possível relação entre elas, uma vez que a tabela de frequências revela-se insuficiente para visualizar, por exemplo, o grau de importância de uma variável por cada categoria da função que desempenha. Para além da análise univariada e bivariada dos dados, procedeu-se à análise inferencial dos dados, através da realização de alguns

⁵ valor central em relação aos dados que constituem a amostra

⁶ média dos valores da amostra sem ter em consideração os *outliers* (valores extremos da amostra), uma vez que estes influenciam os valores da média amostral

⁷ maior valor de um conjunto de dados

⁸ menor valor de um conjunto de dados

⁹ raiz quadrada da variância, desvio em torno da média de um conjunto de dados

¹⁰ representa o número de ocorrências de um valor ou categoria da amostra

¹¹ quociente entre a frequência absoluta do valor da variável e o número total de observações

testes não paramétricos, como o teste do qui-quadrado de independência, para analisar a relação de dependência ou não entre algumas variáveis, o teste da binomial, assim como o teste de aderência do qui-quadrado, ambos com o objetivo de comparar as proporções de inquiridos nas diversas categorias das variáveis (Pestana e Cageiro, 2008: 47). A diferença entre os dois testes reside nas variáveis a que se aplicam, enquanto um é aplicado nas variáveis dicotómicas, o outro é aplicado nas variáveis com três ou mais categorias, respetivamente.

Em suma, a escolha por este tipo de análise está intimamente ligada ao tipo de variáveis em estudo, designadamente variáveis quantitativas, variáveis qualitativas do tipo nominal e ordinal. No que se respeita às variáveis quantitativas foram determinadas algumas medidas estatísticas como a média, desvio-padrão, mínimo e máximo.

Relativamente às variáveis qualitativas do tipo nominal ou ordinal foram determinadas as frequências absolutas e relativas e, posteriormente, efetuaram-se alguns cruzamentos entre este tipo variáveis, bem como o teste de qui-quadrado independência, o teste da binomial e o teste do qui-quadrado de aderência (χ^2).

Perfil dos inquiridos

Para a análise do perfil dos inquiridos da amostra debruçamo-nos sobre algumas das informações contidas na primeira parte do questionário, designadamente: o sexo, as habilitações literárias, a idade, bem como o número de anos de experiência profissional. Estas informações constituem um precioso auxílio na compreensão e análise de alguns comportamentos identificados a partir do tratamento estatístico.

Em relação de género dos respondentes, 150 (62,2%) dos 241 TOC que compõe a nossa amostra são do sexo masculino e 91 (37,8%) do sexo feminino. O que revela que a nossa amostra, em termos de sexo, está mais ou menos equilibrada.

Relativamente ao grau de escolaridade, os respondentes possuem na sua grande maioria Licenciatura (57,8%), seguido do Ensino secundário completo (24,1%), 12,5% (29) possui um grau escolaridade Inferior ao ensino Secundário completo e 5,6% (13) tem

Mestrado. Nenhum dos respondentes assinalou que detinha o grau académico de Doutoramento.

Quanto à idade média dos respondentes, esta é de aproximadamente de 48 anos. Todavia, como o desvio-padrão é igual a doze, a média pode ter um desvio de mais ou menos doze anos. Em média, a idade de um indivíduo desta amostra pode oscilar entre 36 e 60 anos, aproximadamente. Destaca-se que o respondente mais jovem tem vinte e quatro anos, enquanto o mais velho tem oitenta e dois anos. Não tendo em conta os oito inquiridos que não responderam a esta questão, a idade dos respondentes, é distribuída da seguinte forma: sessenta e seis (28,3%) dos respondentes têm entre 35 a 45 anos, cinquenta e nove (25,3%) têm idades compreendidas entre 46 e 56 anos, cinquenta (21,5%) dos respondentes têm entre 57 e 67 anos, quarenta e dois (18%) têm entre 24 e 34 anos e apenas dezasseis (6,9%) têm pelo menos 68 anos.

Dos 208 inquiridos que afirmaram exercer a profissão de TOC (86,7%), somente estes continuaram a responder ao questionário. Os restantes 13,3% (32) finalizaram a sua colaboração no questionário.

Em termos de antiguidade do exercício da profissão de TOC, constatou-se que os respondentes exercem a profissão há, aproximadamente, 18 anos, podendo ter um desvio de mais ou menos 11 anos. O que significa que o número médio de anos de exercício da profissão de TOC, nesta amostra, pode variar entre 7 e 29 anos. O número mínimo de anos de experiência é um e o número máximo de anos de experiência é de cinquenta anos. Com base nas frequências absolutas, constata-se que os respondentes, na maioria dos casos, possuem uma longa experiência profissional.

Relativamente ao número de clientes, verificámos que os respondentes possuem em média, aproximadamente, 12 clientes, porém com um desvio de mais ou menos 19 clientes. O número mínimo de clientes é um e o máximo é cento e cinquenta. Atendendo à tabela de frequências relativas constata-se que a maioria dos respondentes (57,8%) têm até 10 clientes.

No presente capítulo identificámos a metodologia utilizada no trabalho, as técnicas de tratamento estatístico empregadas e caracterizamos a amostra inquirida. Na

Parte IV procedemos à análise e discussão dos resultados obtidos através da aplicação do questionário estruturado à amostra selecionada.

CAPÍTULO IV | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste último capítulo do trabalho começaremos por fazer uma análise descritiva univariada dos resultados alcançados no questionário e, posteriormente, uma análise bivariada (*crosstabs*) e inferencial dos dados.

Na análise descritiva não será incluída a parte relativa à caracterização dos inquiridos, uma vez que a mesma já foi apresentada na Parte III. A exposição da análise descritiva univariada obedecerá à estrutura do questionário.

1. | Análise descritiva univariada

I. Informação sobre o inquirido

Questionados sobre se aumentaram os honorários quando começaram a elaborar a contabilidade de acordo com o SNC, a maioria dos inquiridos 96,6% (199) afirmaram não ter aumentado. Apenas 3,4% (7) dizem o ter feito. Como motivo mais assinalado pelos TOC para não terem aumentado os honorários quando começaram a elaborar a contabilidade de acordo com o SNC temos a opção “Houve acréscimo de trabalho, mas as dificuldades financeiras do País não permitiram que os seus clientes pudessem pagar maiores honorários/salários”, opção que foi assinalada por 147 inquiridos. Dos que apresentaram algum motivo para não aumentarem os honorários, 75% assinalaram esta resposta. Outro motivo mais assinalado está relacionado com a opção “Não houve acréscimo de trabalho”, a qual foi assinalada por 14 inquiridos. Dos que apresentaram algum motivo para não aumentarem os honorários, 7,1% assinalaram esta resposta como um dos motivos. O motivo “Não teve necessidade de despender muito tempo em formação” foi apenas assinalado por 3 inquiridos. Os motivos mais apresentados por alguns respondentes (38) que assinalaram a opção “Outras razões” foram, os seguintes: concorrência desleal na profissão, guerra de preços e dificuldades financeiras dos clientes.

Relativamente à modalidade em que os TOC exercem a sua profissão, a generalidade dos inquiridos, 64,9% (135), declarou que exerce a profissão na modalidade de *Outsourcing*, 25% (52) afirmaram trabalhar na modalidade Integrado e 10,1% (21) não responderam.

Quanto à dimensão, média, das entidades com quem trabalham ou onde trabalham, do total dos 208 inquiridos, 171 responderam que trabalham em microentidades e 114 em pequenas empresas. A minoria diz trabalhar em médias empresas (33) e grandes empresas (6). Do total das 324 respostas assinaladas para a dimensão das empresas em que os inquiridos trabalham, 52,8% afirma trabalhar com microentidades, 35,2% com pequenas empresas, 10,2% com médias empresas e somente 1,9% com grandes entidades. Dos que assinalaram alguma dimensão de empresa onde trabalham, 84,2% e 56,2% assinalaram microentidades e pequenas empresas como uma das dimensões, respetivamente.

Atendendo ao facto de 99,9%¹² do tecido empresarial português ser constituído por micro, pequenas e médias empresas e que apenas 0,1% são grandes empresas (INE, 2012), somos levados a concluir que a dimensão das empresas clientes dos TOC da nossa amostra se enquadra dentro da realidade empresarial portuguesa.

Dos inquiridos que trabalham com microentidades, a maioria, 55,6% (90), trabalha com uma a dez entidades clientes, 23,5% (38) com onze a vinte microentidades e apenas 4,3% (7) trabalha com pelo menos 51 microentidades. O número mínimo de microentidades clientes é um e o máximo 120. Todavia, salienta-se, por exemplo, que só existem dois inquiridos a trabalhar com 80 microentidades e apenas um a trabalhar com 120 microentidades.

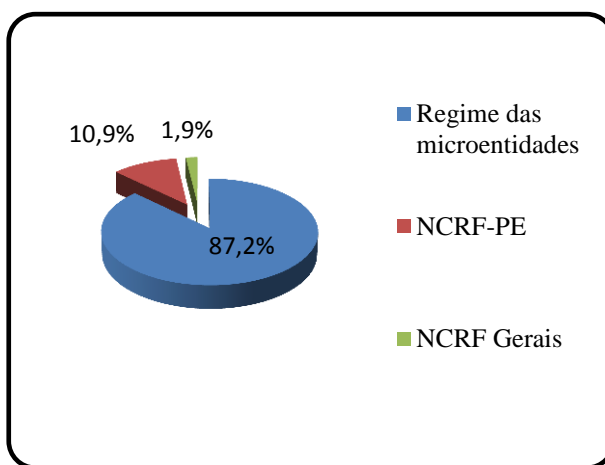
Relativamente aos que trabalham com pequenas empresas, a esmagadora maioria, 86,9% (93), trabalha com 1 a 5 pequenas empresas. 7,5% (8) trabalha com 6 a 10 e somente 3,7% (4) trabalha com pelo menos 16 pequenas empresas. O número mínimo de pequenas empresas com quem trabalham é um e o máximo é 64. Note-se, por exemplo, que existem só dois inquiridos a trabalhar com 20 pequenas empresas e apenas um a trabalhar com 64 pequenas empresas.

Os inquiridos que trabalham em médias empresas, 87,1%(27) trabalham com uma a cinco médias empresas. Os restantes quatro inquiridos (12,9%), trabalham com 6 a 10 médias empresas.

¹² Dados divulgados no dia 29 de junho de 2012 pela publicação do INE apelada “Empresas em Portugal: 2010”

No que diz respeito aos seis inquiridos que trabalham com grandes empresas, quatro trabalham com uma grande empresa, enquanto os outros dois trabalham um com três e outro com quatro grandes empresas.

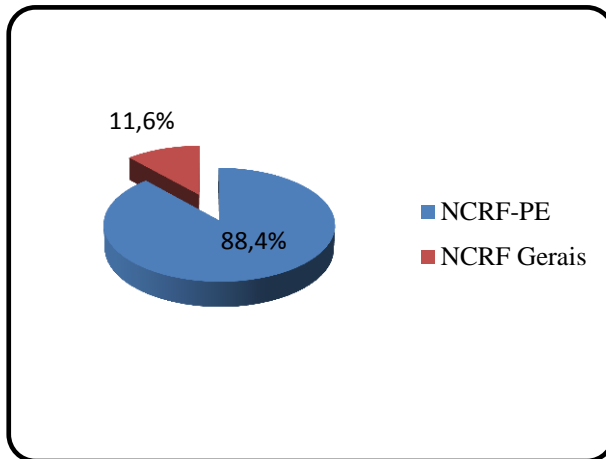
Figura 2 | Normativos mais utilizados pelas Microentidades



A partir da análise do gráfico podemos constatar que 87,2% (136) dos inquiridos que trabalham com microentidades utilizam o regime das microentidades. O regime da normalização contabilística para as microentidades apenas pode ser aplicado pelas entidades que se encaixem no conceito de microentidades (total do balanço: 500 000€; volume de negócios

líquido: 500 000€; número médio de empregados durante o período: 5). Todavia, as entidades podem optar pela aplicação das normas contabilísticas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Podemos observar através do gráfico que 10,9% (17) utilizam a NCRF-PE e 1,9% (3) as NCRF gerais. A escolha por estes normativos supletivos por ser justificada por uma questão de opção ou por impedimento, que ocorre quando, por razões legais ou estatutárias, tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal de contas ou façam parte do perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estipulado nos artigos 6.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

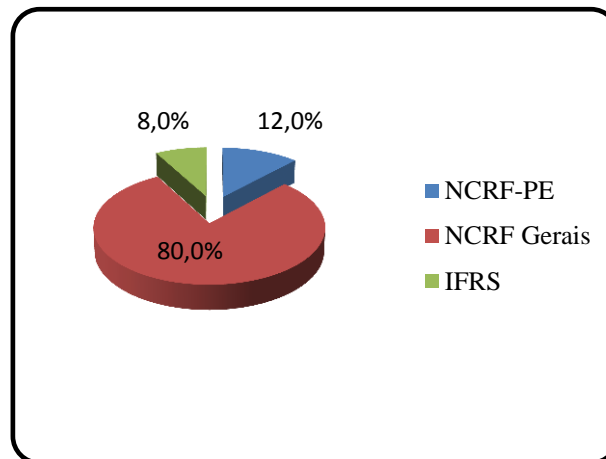
Figura 3 | Normativos mais utilizados pelas Pequenas Empresas



Nas pequenas empresas o normativo contabilístico mais utilizado é a NCRF-PE (88,4% correspondente a 76 inquiridos). Apenas uma minoria, 11,6% das pequenas entidades clientes dos TOC (o equivalente a 10 inquiridos) utilizam as NCRF gerais, por opção ou por razões legais ou estatutárias tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a

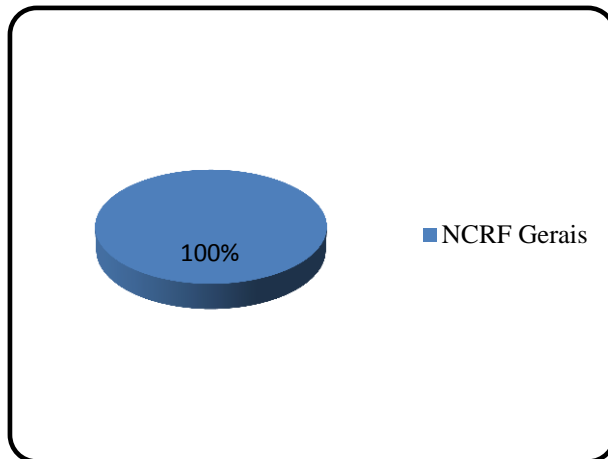
certificação legal de contas (n.º1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho) e, como tal, deixem de estar abrangidas pela aplicação da NCRF-PE.

Figura 4 | Normativos mais utilizados pelas Médias Empresas



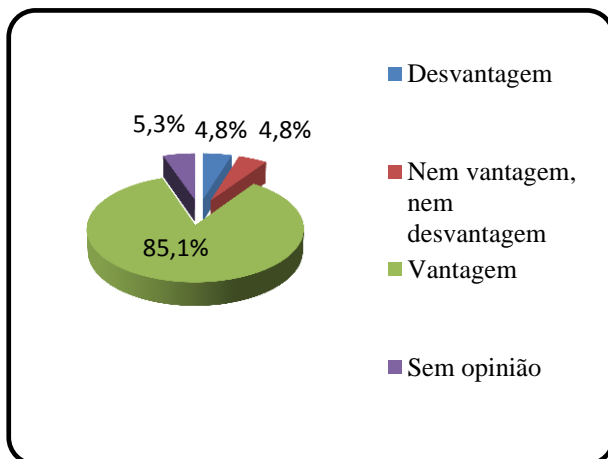
Nas médias entidades, 80% (20) dos inquiridos utilizam as NCRF gerais, 12% (3) utilizam NCRF-PE e apenas 8% (2) utilizam as IFRS.

Figura 5 | Normativos mais utilizados pelas Grandes Empresas



Relativamente às Grandes Empresas, todos os seis inquiridos que trabalham em empresas desta dimensão utilizam as NCRF gerais.

Figura 6 | Impacto dos contínuos avanços tecnológicos, nomeadamente os *softwares* de gestão e de contabilidade, na profissão do TOC

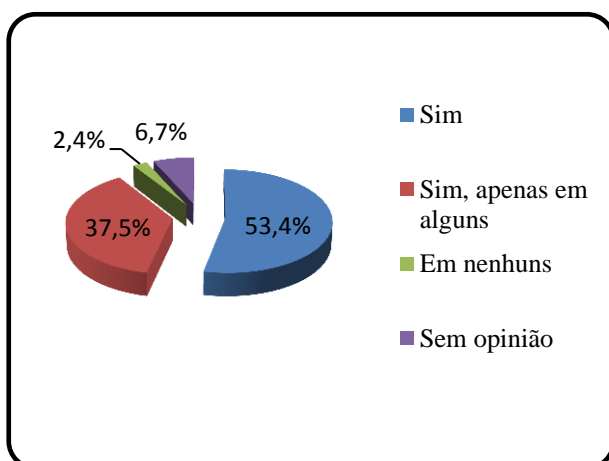


A maioria dos TOC (85,1%), considera que os contínuos avanços tecnológicos constituem uma vantagem para a profissão, sendo que destes, 45,7% (95) acham vantajoso e 39,4% (82) muito vantajoso. Por outro lado, dos 4,8% que consideram uma desvantagem, 3,8% (8) interpretam os avanços tecnológicos como desvantajosos para a profissão e

1,0% (2) consideram muito desvantajoso. O que sugere que a esmagadora maioria dos TOC encaram os avanços tecnológicos não como um obstáculo, mas sim como mecanismos facilitadores no desempenho das suas funções, libertando-lhes espaço para prestar um serviço mais próximo dos seus clientes, bem como para a análise e interpretação da informação contabilística. (Azevedo, 2010: 10; Vicente *et al.*, 2012: 3)

Na parte II do questionário interrogamos os inquiridos de modo a aferir se consideram ou não o seu trabalho reconhecido pelos seus clientes, o tipo de informações contabilísticas que costumam facultar, com que finalidades utilizam os seus clientes essas informações e, por fim, se julgam que a informação prestada pela contabilidade pós-SNC passou a ser mais relevante para o apoio à tomada de decisão.

Figura 7 | Reconhecimento da importância do trabalho do TOC nas entidades em que presta serviços



Quando interrogados se consideram que os seus clientes reconhecem o seu trabalho, a maioria dos TOC (53,4%) afirmam que “sim”, destes 24,5% (51), consideram que todas as entidades reconhecem a importância do serviço prestado e 28,8% (60) consideram que muitas entidades reconhecem a importância do seu trabalho. Todavia,

uma percentagem ainda significativa, 37,5%, (correspondente a 78 inquiridos), considera que só apenas algumas entidades reconhecem a importância do seu trabalho. Uma minoria, 2,4%, acha que nenhuma das entidades onde trabalha reconhece a importância do seu trabalho.

Duarte (2009: 28) destaca que a perceção da relevância do trabalho desenvolvido pelos TOC constitui um passo importante para a classe profissional captar o respeito e, conseqüentemente, ver a sua profissão valorizada.

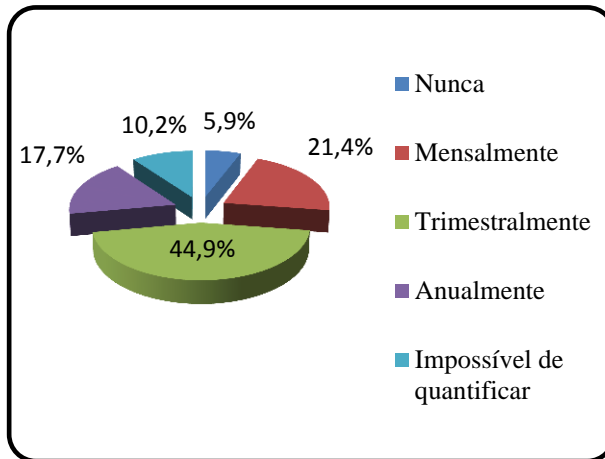
No estudo realizado por Costa (2011: 22) sobre as perceções dos administradores têm dos contabilistas, a autora concluiu que os administradores têm perceções diferentes dos contabilistas consoante o seu nível de formação.

Tabela 1 | Informação contabilística normalmente solicitada por parte do gerente/administrador

	N	% de respostas	% de casos
Nenhuma	26	6,1%	12,6%
Balancete	151	35,3%	72,9%
Balanço	97	22,7%	46,9%
Demonstração de resultados	100	23,4%	48,3%
Anexo	34	7,9%	16,4%
Outras	20	4,7%	9,7%
Total	428	100,0%	206,8%

Como podemos observar através da tabela, o Balancete está no topo da escolha da informação contabilística do gerente/administrador. Esta opção foi assinalada por 151 TOC. Do total de 428 opções assinaladas, 35,3% da informação contabilística solicitada está associada aos balancetes. Seguido da demonstração de resultados, a qual foi assinalada por 100 TOC. Do total de 428 opções, 23,4% da informação contabilística requerida está ligada a demonstrações de resultados. No terceiro lugar encontra-se o Balanço, cuja opção foi assinalada por 97 TOC. A informação contabilística menos assinalada foi o “Anexo”, o correspondente a 34 TOC. Entre as outras informações contabilísticas solicitadas por parte do gerente/administrador, assinaladas por 20 inquiridos, destaca-se a análise económica/contabilística; análises mensais da posição da entidade; análises trimestrais da atividade; análises comparativas com o ano anterior; informações fiscais; informações sobre a estrutura de gastos; margem bruta, rácios; mapas extracontabilísticos de gestão, bem como planos de tesouraria.

Figura 8 | Frequência da solicitação da informação contabilística por parte do gerente/administrador da(s) entidade(s) para quem presta serviços



Segundo esta amostra, a informação contabilística é solicitada, na maior parte das vezes (44,9% equivalente a 84 TOC) com uma periodicidade trimestral. Enquanto para 21,4% (40), esta solicitação é mensal, já para 17,7% (33) a solicitação é feita apenas anualmente. Dezanove dos inquiridos (10,2%) acham impossível de quantificar essa solicitação

e 5,9% (11) referem que nunca lhes é solicitada informação contabilística. Estes resultados vão um pouco ao encontro da opinião expressada por Hall (2010), sendo o autor os gestores utilizam as suas próprias experiências para produzirem conhecimento e não utilizam as informações contabilísticas como suporte à tomada de decisões.

Tabela 2 | Iniciativa de facultar os Balancetes mensais ao(s) gerente(s) ou membros do Conselho de Administração

	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	132	63,5%
Não	44	21,2%
Sem opinião	32	15,4%
Total	208	100,0%

Através da análise da tabela podemos constatar que uma percentagem muito significativa dos respondentes, 63,5% (132), costuma ter a preocupação de facultar os balancetes mensais aos gerentes ou membros do conselho de administração, mesmo quando não são solicitados para o fazer. O que demonstra que os TOC da nossa amostra procuraram sensibilizar os gerentes ou membros do conselho de administração para a importância da

informação contabilística. Neste sentido expressou-se Carrapiço (2009: 35) ao referir que cabe aos Técnicos Oficiais de Contas demonstrar aos seus clientes a importância que a informação contabilística assume para o processo de tomada de decisão atempada, “[...] com base na realidade económica e financeira da empresa e não em decisões empíricas como acontece demasiadas vezes em empresas portuguesas”. Scorte, *et al.* (2009) reforçam a opinião de Carrapiço ao afirmar que o sucesso de uma empresa passa por atribuir mais atenção às informações contabilísticas.

Tabela 3 | Iniciativa de facultar outra informação financeira, que não apenas os balancetes mensais, ao(s) gerente(s) ou membros do Conselho de Administração mesmo quando não solicitados

	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	129	62,0%
Não	47	22,6%
Sem opinião	32	15,4%
Total	208	100,0%

A maioria dos inquiridos (62%, correspondente a 129 inquiridos), afirmam facultar outra informação financeira para além dos balancetes mensais, mesmo quando não solicitada.

Interrogados sobre que outro tipo de informação contabilística habitualmente disponibiliza, por sua própria iniciativa ao gerente/administrador, muitas foram as respostas fornecidas, das quais se ressaltam: análise comparativa rendimentos/gastos; análise económico/financeira; análise trimestral da situação da empresa; extrato contas correntes de clientes; alerta para alguns tipos de gastos quando os mesmos tendem a ser excessivos; balanços previsionais; comparativos de vendas entre anos; previsão de IRC a pagar e rácios económico/financeiros.

De acordo com os resultados obtidos no estudo efetuado por Costa (2011: 22) as informações facultadas pelos contabilistas circunscrevem-se “[...] obrigações fiscais, legislação, lucros/prejuízos, volume de faturação e Demonstrações Financeiras”.

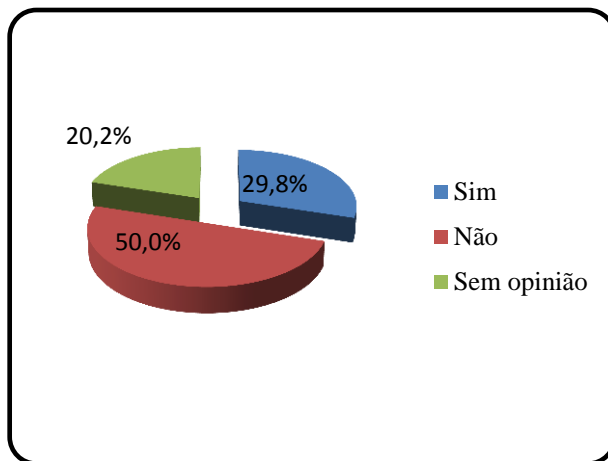
Tabela 4 | Importância da informação contabilística para o gerente/administrador

	N	% de respostas	% de casos
Decisões de financiamento	94	29,2%	49,2%
Decisões de investimento	73	22,7%	38,2%
Decisões de gestão de tesouraria	89	27,6%	46,6%
Decisões de fixação de preços	19	5,9%	9,9%
Decisões de distribuição de resultados	28	8,7%	14,7%
Outras	19	5,9%	9,9%
Total	322	100,0%	168,6%

Na opinião dos TOC desta amostra, os gerentes/administradores interessam-se pela informação contabilística essencialmente para tomar decisões de financiamento. Esta opção foi a mais assinalada pelos TOC (94), o que corresponde a uma percentagem de 29,2%. Seguida da opção decisões de gestão de tesouraria, e das decisões de investimentos, as quais foram assinaladas por 89 e 73 TOC, respetivamente. As opções menos assinaladas estão relacionadas, por um lado, com as decisões de distribuição de resultados, com 8,7% correspondente a 28 respondentes e, por outro, com as decisões de fixação de preços, 5,9% equivalente a 19 inquiridos. Alguns TOC (19 inquiridos) consideram que a informação contabilística é ainda importante para os gestores/administradores, nomeadamente para: análise de resultados; avaliação da empresa; evolução do negócio; previsões de impostos; processamento de salários, entre outros. Os nossos resultados contrariam em parte os encontrados pelo estudo realizado por Nunes e Serrasqueiro (2004). Segundo os resultados alcançados pelos autores, os empresários atribuem maior destaque às informações contabilísticas nas decisões de investimento e operacionais, do que nas decisões de financiamento e distribuição de resultados. Enquanto os nossos resultados apontam para um maior relevo das informações contabilísticas para a tomada de decisões de

financiamento. Nunes e Serrasqueiro (2004) concluíram que nas decisões de investimento, os empresários consideram as informações contabilísticas importantes para: a análise da performance da empresa; a determinação do fluxo de caixa; ponderação dos gastos subjacentes ao investimento, bem como a rendibilidade esperável. Relativamente a decisões de financiamento foi observado que as informações contabilísticas são relevantes para determinar os reflexos do financiamento na estrutura financeira da empresa, para a verificação da capacidade da mesma no suporte dos gastos e encargos derivados desse financiamento e para a necessidade da empresa obter informações que servirão de auxílio aos empresários no equilíbrio da tesouraria. No que concerne à tomada de decisões de distribuição de dividendos, a avaliação da performance financeira é encarada como a mais importante.

Figura 9 | Relevância da informação prestada pela contabilidade pós-SNC para o apoio à tomada de decisões

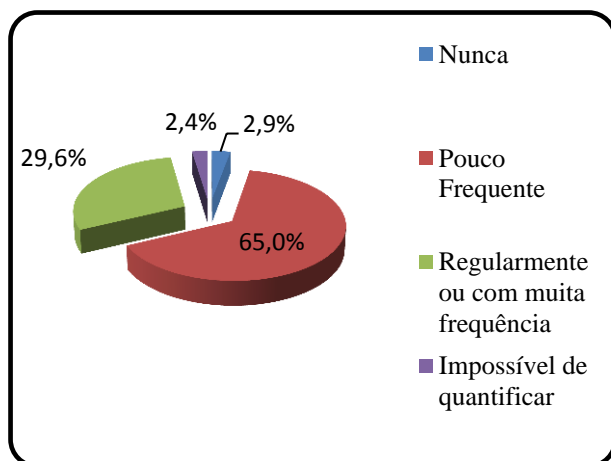


Relativamente à questão se a informação prestada pela contabilidade pós-SNC passou a ser mais relevante para o apoio à tomada de decisões, metade dos inquiridos (50%) não considera que a informação se tenha tornado mais relevante para o apoio à tomada de decisões, enquanto 29,8% (62)

consideram que sim e 20,2% (42) afirmam não ter opinião.

Na terceira e quarta partes do questionário procurámos avaliar, por um lado, a relevância atribuída pelos TOC ao seu código deontológico e, por outro, perceber que imagem possuem os TOC sobre os seus colegas de profissão.

Figura 10 | Frequência de consulta do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas



Questionados sobre com que frequência costumavam consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas, a grande maioria dos TOC, 65,0% (134), assume consultar com pouca frequência. Apenas 29,6% afirmam consultar regularmente (56 TOC, 26,9%) e 2,4% (5 inquiridos) dizem fazê-lo com muita frequência. A este propósito,

Azevedo (2001: 24) alerta que é indispensável que os TOC leiam com cuidado o Código Deontológico, pois considera que é impossível cumprir ou saber que se está em incumprimento, sem ter conhecimento das normas que regulam o exercício da profissão.

Tabela 5 | Princípio(s) que lhe merece(m) maior importância para o exercício da profissão enquanto profissional

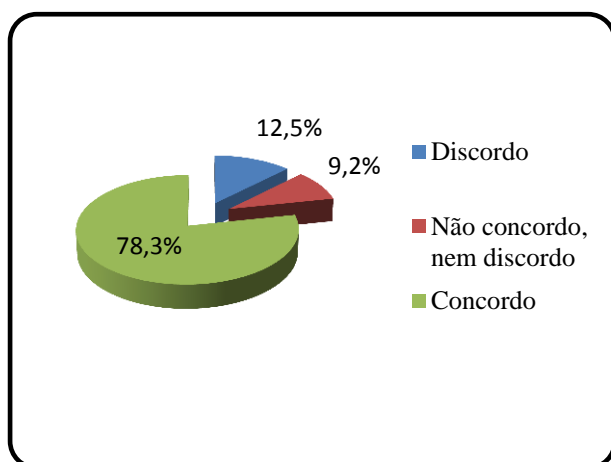
	N	% de respostas	% de casos
Princípio da responsabilidade	182	52,0%	89,2%
Princípio da confidencialidade	93	26,6%	45,6%
Princípio da lealdade	72	20,6%	35,3%
Outros	3	,9%	1,5%
Total	350	100,0%	171,6%

Como podemos observar pela tabela, os inquiridos são da opinião que o princípio mais importante para o exercício da função é o princípio da responsabilidade. Esta opção foi assinalada por 182 TOC. De 350 opções assinaladas no total, 52% das respostas estão relacionadas com a escolha do citado princípio como um dos princípios mais importantes. O segundo princípio mais assinalado foi o princípio da confidencialidade, o qual foi votado

por 93 TOC. Dos que assinalaram alguns dos princípios optativos, 45,6 % escolheram o princípio da confidencialidade como um dos princípios importantes para o exercício da profissão. Em terceiro lugar está o princípio da lealdade, opção que foi assinalada por 72 TOC. Três inquiridos enunciaram outros princípios como importantes para o exercício da profissão: competência e rigor; princípio social; receber a tempo e horas os clientes. Dos princípios enunciados pelos três inquiridos, à exceção do último, os outros, de alguma forma, encaixam-se nos princípios estipulados no Código Deontológico dos Técnicos de Contas.

Num estudo realizado por Gonçalves e Carreira (2012) sobre a atitude dos profissionais face à ética, um dos resultados do estudo revelou que os profissionais compreendem a importância que os princípios definidos no seu Código Deontológico representam para o exercício de uma profissão de interesse público. Os autores são da opinião que a aplicação destes princípios desencadeia demonstrações financeiras que refletem uma imagem verdadeira e apropriada do reconhecimento dos factos patrimoniais das entidades suas clientes, possibilitando, conseqüentemente, aos utentes das demonstrações financeiras uma informação credível para que possam tomar as suas decisões.

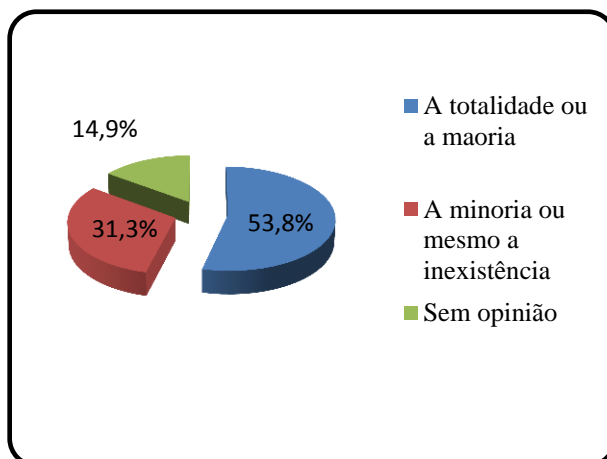
Figura 11 | "A revisão do EOTOC operada pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, resultante da necessidade de adequação da profissão às novas realidades subjacentes à profissão, atribui ao TOC demasiadas responsabilidades"



Acerca do grau de concordância com a afirmação “A revisão do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC) operada pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, resultante da necessidade de adequação da profissão às novas realidades subjacentes à profissão,

atribui ao TOC demasiadas responsabilidades”, a esmagadora maioria, 78,3%, concordam com a afirmação, desses 73 TOC concordam totalmente e 71 TOC concordam em parte. Somente uma pequena percentagem, 12,5% discorda com a afirmação, sendo que 6 TOC discordam totalmente e 17 discordam em parte. Os restantes 9,2% (17) não concordam nem discordam. Estes resultados confirmam a opinião de Guimarães (2010b: 38), quanto ao reforço das responsabilidades técnicas e profissionais dos TOC em consequência da alteração do artigo 6.º do EOTOC, através do Decreto-Lei 310/2009, de 26 de Outubro.

Figura 12 | Preparação dos TOC para as novas exigências normativas



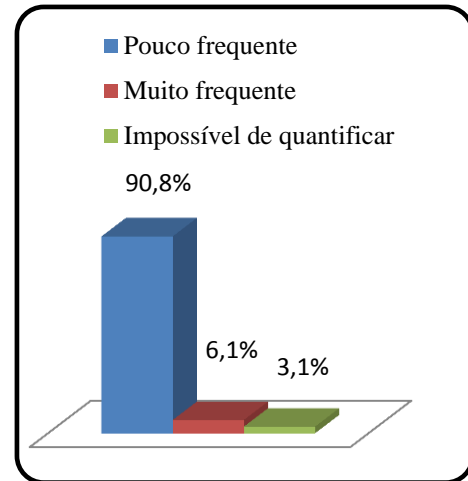
Segundo esta amostra, 53,8% (112) dos respondentes, acreditam que a totalidade ou maioria dos TOC encontra-se adequadamente preparado para as novas exigências normativas. Contudo, 31,3% (65), afirma que apenas a minoria ou mesmo nenhum dos TOC está devidamente preparado. Estes resultados

corroboram com os encontrados pelo estudo de Ribeiro (2010), os quais revelaram que a maioria dos TOC encontrava-se razoavelmente preparados para aplicar e adotar as NCRF.

Contrariando estes resultados, estão os obtidos com o estudo realizado por Matos (2011). A autora concluiu que, devido à alteração do modelo normativo não ter sido efetuada de forma conveniente, os profissionais responsáveis pela elaboração da informação financeira não estão devidamente preparados para as exigências do novo normativo contabilístico.

Tabela 6 | Comportamento menos ético por parte dos colegas de profissão

	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	100	48,1%
Não	78	37,5%
Sem opinião	30	14,4%
Total	208	100,0%

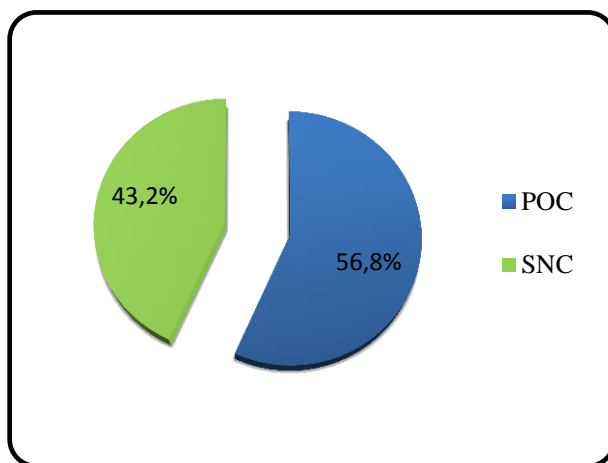
Figura 13 | Frequência de comportamentos menos éticos por parte dos seus colegas de profissão

Interrogados se durante o seu percurso profissional alguma vez se depararam com um comportamento menos ético por parte dos seus colegas de profissão, 48,1% (100) respondeu que sim. Desses 100 inquiridos, 90,8% afirmaram ser pouco frequente esse comportamento, nomeadamente 59,2% (58) afirmaram deparar-se algumas vezes e 31,6% (31) referiam que raramente foram confrontados com esse tipo de comportamento. Apenas 6,1% (6) afirmaram ser muito frequente depararem-se com um comportamento menos ético por parte dos seus colegas de profissão. Todavia, existe uma percentagem significativa de inquiridos, 37,5% (78) que nunca presenciaram nenhum comportamento menos ético por parte dos seus colegas de profissão. Os resultados obtidos sugerem que é importante criar nos profissionais a ideia que apenas quando todos rumam no mesmo sentido e são responsáveis pelos seus atos, é possível atingir a credibilidade e prestígio profissional desejados. Nesta linha de pensamento pronunciou-se Alves (2010: 9) ao afirmar que “A credibilização e dignificação de qualquer profissional passa pela qualidade dos seus membros”. Azevedo (2011a: 25) reforça a opinião manifestada por Alves (2010), ao referir que “O que está em causa muitas vezes, não é o rumo que tem sido dado à profissão, mas sim as pessoas que traçam, definem e executam esse rumo”. Na opinião de

Armstrong *et al.* (2003) o caráter ético do indivíduo exerce influência sobre a sua vontade e capacidade para agir de acordo com a sua intenção ética.

Na quinta e última partes do questionário procuramos interrogar os inquiridos de modo a compreender, o mais profundamente possível, que mudanças significativas trouxe o SNC aos TOC.

Figura 14 | Escolha entre o SNC e o POC



Confrontados com a questão “Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC que quadro normativo escolheria?”, a maioria dos inquiridos, 56,8% (109), assinalou que preferia o POC ao invés do SNC. Constata-se, assim, que os profissionais revelam alguma resistência à mudança. Os restantes, 43,2% (83), afirmam que, mesmo se pudessem optar, preferiam o

atual quadro normativo. Independentemente da escolha dos inquiridos, vários foram as justificações apresentadas. Nos esquemas seguintes expomos as principais razões motivadoras para a escolha do POC ou do SNC, respetivamente.

Figura 15 | Razões, assinaladas pelos inquiridos, para a escolha do POC



Figura 16 | Razões, assinaladas pelos inquiridos, para a escolha do SNC

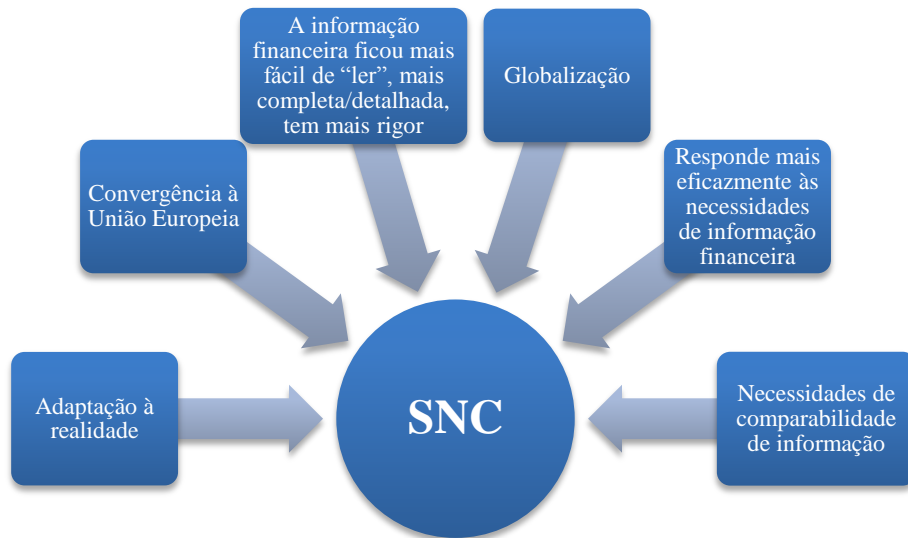
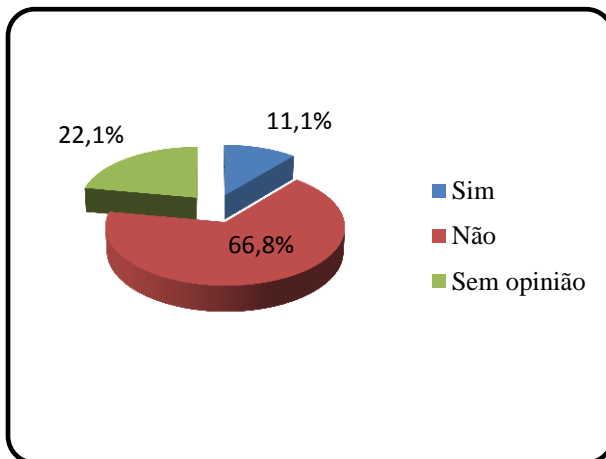


Figura 17 | Reconhecimento da figura do TOC pela entidade em que presta serviços

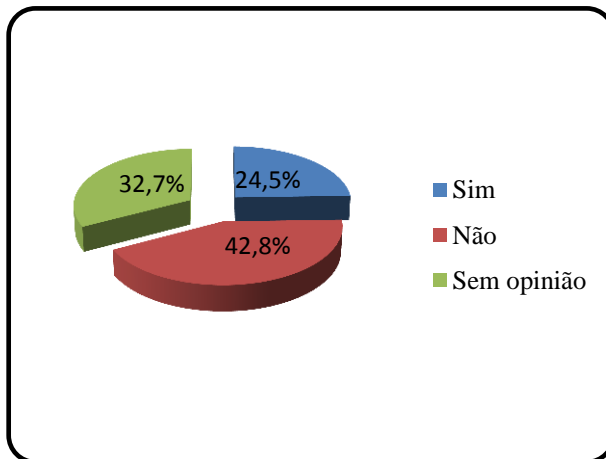


A grande maioria dos TOC desta amostra, (66,8% correspondente a 139 inquiridos), não se sente mais reconhecido pela entidade em que presta serviços, com o atual SNC. Resultados que não confirmam a expectativa formulada por Farinha (2009: 41) relativamente ao SNC constituir uma oportunidade para os profissionais captarem um maior

reconhecimento por parte das suas entidades clientes.

Num estudo realizado por Costa (2011: 43), apelidado “Estudo Exploratório sobre a Perceção que os Administradores têm dos Contabilistas”, a autora concluiu que os administradores vêem os contabilistas como pessoas inteligentes éticas, responsáveis e bons conselheiros.

Figura 18 | Satisfação dos principais utilizadores das demonstrações financeiras com a qualidade do relato financeiro pós-SNC



Na resposta à pergunta se os principais utilizadores das demonstrações financeiras estavam mais satisfeitos com a qualidade do relato financeiro pós-SNC, uma percentagem significativa de inquiridos, 42,8% (89), não considera que os principais utilizadores das demonstrações financeiras estejam mais

satisfeitos. Dask et. al. (2008) salientam que, mesmo que a qualidade do relato financeiro das empresas não melhore, é possível que a informação financeira de torne mais útil para os investidores.

Segundo as conclusões do estudo realizado por Pinheiro e Lopes (2012) intitulado “A qualidade da informação contabilística antes e após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: o Caso Português”, a adoção das normas do IASB não levaram a uma melhoria de qualidade e de utilidade da informação contabilística divulgada.

Figura 19 | Consciência TOC quanto à sua importância para a estrutura empresarial

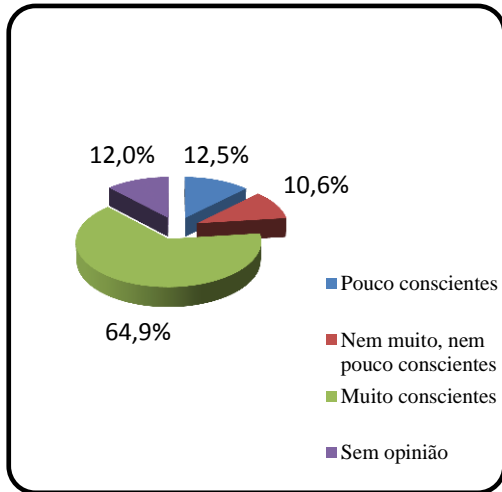
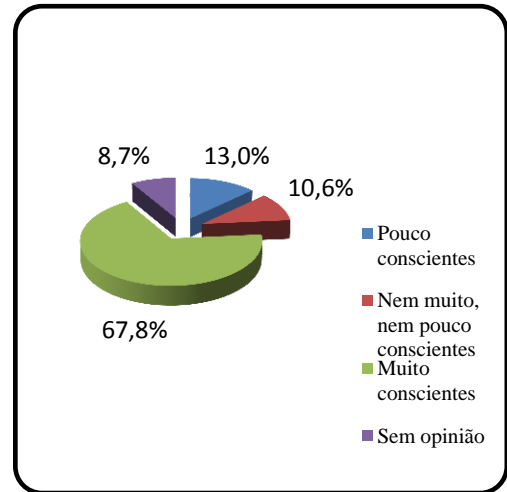


Figura 20 | Consciência TOC quanto à sua importância para o bom funcionamento da economia



Quando questionados sobre se estavam conscientes da sua importância tanto para a estrutura empresarial, como para o bom funcionamento da economia, a maioria dos TOC afirmou que estão muito conscientes, correspondendo a um percentagem de 64,9% e 67,8%, respetivamente.

Tabela 7 | Contributo dos sistemas de informação, em particular dos *softwares* de gestão e de contabilidade, na adoção do SNC

	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Facilitou pouco	29	13,9%
Não facilitou nem muito, nem pouco	27	13,0%
Facilitou muito	145	69,7%
Sem opinião	7	3,4%
Total	208	100,0%

A grande maioria dos inquiridos, 69,7% (145), considera que os sistemas de informação, em especial os *softwares* de gestão e de contabilidade, facilitou muito e,

somente 13,9%(29) consideram que facilitou pouco. Para 13%(27) dos TOC os sistemas de informação não facilitaram nem muito nem pouco.

Tabela 8 | Contributo do SNC para o aumento da partilha de conhecimentos e interajuda entre as várias áreas profissionais, nomeadamente, gestão, direito e outras áreas afins

	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Discordo	35	16,8%
Não concordo, nem discordo	35	16,8%
Concordo	100	48,1%
Sem opinião	38	18,3%
Total	208	100,0%

Das 208 respostas obtidas, 16,8% (35) discordam que a adoção do SNC contribuiu para uma maior partilha de conhecimentos e interajuda entre várias áreas profissionais, também 16,8% (35) mencionaram não concordar nem discordar. Contudo, existe 48,1% (100) dos TOC que afirmaram concordar, destes, 82 TOC concordaram em parte e 18 concordaram totalmente.

Tabela 9 | Área(s) de conhecimento(s) que se revela(m) particularmente importantes na preparação de informação financeira útil para a tomada de decisões pós-SNC

	Gestão									
	Financeira		Economia		Direito		Engenharia		Outras	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nada importante	2	1,0%	3	1,4%	8	3,8%	30	14,4%	4	1,9%
Pouco importante	10	4,8%	16	7,7%	26	12,5%	46	22,1%	2	1,0%
Nem muito, nem pouco importante	16	7,7%	32	15,4%	49	23,6%	50	24,0%	6	2,9%
Importante	108	51,9%	107	51,4%	68	32,7%	20	9,6%	7	3,4%
Muito importante	53	25,5%	19	9,1%	9	4,3%	2	1,0%	3	1,4%
NR	19	9,1%	31	14,9%	48	23,1%	60	28,8%	186	89,4%
Total	208	100%	208	100%	208	100%	208	100%	208	100%

No que concerne às áreas de conhecimento consideradas importantes pelos inquiridos na preparação de informação financeira útil para a tomada de decisões pós-SNC, a Gestão financeira, Economia e Direito são as áreas que reuniram maior unanimidade como áreas “Importantes”. A Engenharia é considerada por 50 (24%) TOC nem muito, nem pouco importante.

Das áreas de conhecimento, mencionadas por alguns inquiridos, 7 (3,4%), como importantes destaca-se: a contabilidade e a fiscalidade.

Tabela 10 | Grau de significância das novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico

	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Pouco ou nada significativas	26	12,5%
Nem muito, nem pouco	10	4,8%
Significativas ou muito significativas	154	74,0%
Sem opinião	18	8,7%
Total	208	100,0%

As respostas à questão sobre o pensavam os TOC sobre as novas exigências profissionais, demonstra que quase a totalidade dos TOC, 74% (154), considera as novas exigências profissionais resultantes do atual normativo significativas (91) ou muito significativas (63). Dos 208 inquiridos, 12,5% (26) considera pouco(22) ou nada (4) significativas e apenas 4,8% (10) consideram nem muito nem pouco significativas.

Tabela 11 | Áreas em que os TOC sentem mais dificuldades

	N	% de respostas	% de casos
Direito	102	37,8%	55,4%
Economia	32	11,9%	17,4%
Gestão	17	6,3%	9,2%
Técnicas Atuariais	49	18,1%	26,6%
Informática	24	8,9%	13,0%
Finanças	44	16,3%	23,9%
Outras	2	,7%	1,1%
Total	270	100,0%	146,7%

Como podemos observar através da tabela, “Direito” é a área em que os TOC, desta amostra, sentem mais dificuldades, opção assinalada 102 vezes. Dos que assinalaram alguma área, 55,4% assinalaram “Direito” como uma das áreas em que sentem mais dificuldades. Outra área que merece preocupação por parte dos TOC está relacionada com “Técnicas atuariais”, cuja opção foi assinalada 49 vezes. Do total de 270 opções, 18,1% das áreas em que sentem mais dificuldades está ligada às técnicas atuariais. Em terceiro lugar do topo das dificuldades dos inquiridos está a área das Finanças, assinalada 44 vezes. Dos que assinalaram alguma área, 23,9 % assinalaram finanças como uma das áreas em que sentem mais dificuldades. O quarto lugar é ocupado pela área de economia, assinalada 32 vezes, seguido da informática, a qual foi assinalada 24 vezes. Em último lugar está a área de gestão, área em que os inquiridos da amostra revelarem ter menor dificuldade. A referida área foi assinalada 17 vezes. Do total de 270 opções, 6,3% das áreas em que sentem mais dificuldades está ligada à gestão. Salienta-se que dos dois inquiridos que afirmaram ter outras áreas em que sentem mais dificuldades, um deles não assinalou qual

ou quais seriam essas áreas e o outro afirmou não ter dificuldade em nenhuma área. Estes resultados podem orientar as entidades formadoras no sentido de reforçar as ações de formação nas áreas apontadas pelos TOC como as que suscitam maiores dificuldades.

Tabela 12 | Meios a que recorrem quando surgem dúvidas profissionais

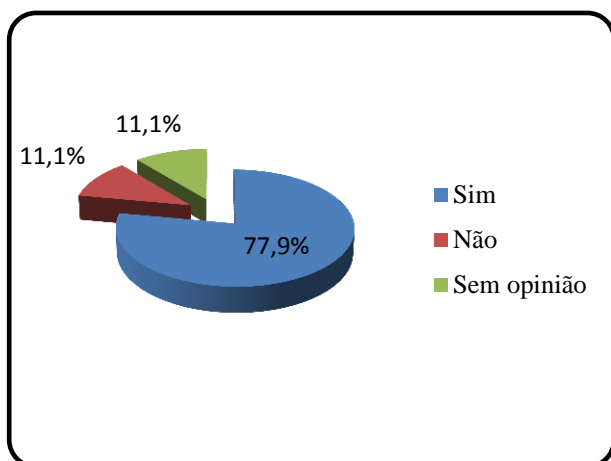
	N	% de respostas	% de casos
<i>Internet</i>	134	23,9%	64,7%
Colegas de profissão	110	19,6%	53,1%
Ações de formação	121	21,6%	58,5%
Revistas da especialidade	62	11,1%	30,0%
Consultório técnico da OTOC	110	19,6%	53,1%
Outros	23	4,1%	11,1%
Total	560	100,0%	270,5%

Interrogados sobre quais os principais meios a que recorrem para o esclarecimento das suas dúvidas profissionais, os inquiridos elegeram a “*Internet*” como principal escolha (opção que foi assinalada 134 vezes). Do total das 560 opções, 23,9% das respostas estão ligadas à *internet* como principal meio a que recorrem. Por outro lado, dos que assinalaram algum meio, 64,7% escolheram a *internet*. Em segundo lugar estão as “Ações de Formação”, cuja opção foi assinalada 121 vezes. Com o mesmo número de vezes assinaladas (110) temos os “Colegas de profissão e o Consultório técnico da OTOC”. Entre os meios menos assinalado (62 vezes) temos as “Revistas de especialidade”. Alguns dos inquiridos (23) identificaram outros meios a que recorrem quando lhes suscitam dúvidas, dos quais se destacam: a Administração fiscal; APECA; Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC); OTOC; Sistema de Informação do Técnico Oficial de Contas (SITOC); Revisor Oficial de Contas (ROC); livros (códigos); linhas de apoio na *internet*; Reuniões livres e formadores.

Relativamente o grau de importância que atribuem a cada um dos meios anteriormente referidos, os resultados revelam que, de uma maneira geral, a maior parte dos inquiridos considera todos os meios a que recorre importantes. No entanto existe uma

percentagem razoável de inquiridos que consideram muito importantes os seguintes meios: “Ações de Formação” (assinalada por 42,8% (89) inquiridos); “Internet” (assinalada por 38,9% (81) inquiridos); “Colegas de profissão” (assinalada por 25% (52) inquiridos), assim como o “Consultório técnico da OTOC” (assinalada por 29,8% (62) inquiridos).

Figura 21 | SNC e a necessidade de recorrer a mais meios para o esclarecimento de dúvidas



Com o SNC, a esmagadora maioria, 77,9% (162), afirma ter necessidade de recorrer a mais meios para o esclarecimento de dúvidas. Resultados que comprovam empiricamente a afirmação de Azevedo (2009a: 5) quanto ao SNC exigir “[...]dos profissionais um concurso de inteligência e saber mais aprofundado do que exigia até agora”.

Tabela 13 | Preocupação dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC

	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	95	45,7%
Não	66	31,7%
Sem opinião	47	22,6%
Total	208	100,0%

Dos 208 inquiridos que compõem a nossa amostra, 45,7% (95) revelaram existir uma preocupação acrescida na forma com interagem com os empresários após a adoção do SNC. Estes dados vão ao encontro das opiniões manifestadas por Azevedo (2010: 10) e Carrapiço (2009). Os autores defendem que os TOC devem estreitar as relações com os

empresários, acompanhar mais de perto a evolução do negócio dos seus clientes, bem como colaborar no processo de tomada de decisão, pois este constituiu o caminho a seguir para a criação de um profissional que cria valor nas empresas.

Aos inquiridos que afirmaram que existe uma preocupação acrescida na forma como se relacionam com os empresários (95), após a adoção do SNC, foi-lhes solicitado que mencionassem o seu grau de concordância com as preocupações mencionadas na tabela seguinte.

Tabela 14 | Grau de concordância com as preocupações

	Dar mais atenção à empresa e aos seus responsáveis	Dedicar mais tempo à empresa e aos seus responsáveis	Maior preocupação com os seus comportamentos empresariais	Maior preocupação com os comportamentos éticos dos responsáveis da entidade	Maior atenção às necessidades específicas da entidade	Outras
Discordo totalmente	1 1,1%	0 0%	0 0%	2 2,1%	0 0%	1 1,1%
Discordo	3 3,2%	7 7,4%	2 2,1%	5 5,3%	1 1,1%	1 1,1%
Não concordo, nem discordo	12 12,6%	9 9,5%	14 14,7%	11 11,6%	11 11,6%	4 4,2%
Concordo	57 60%	60 63,2%	60 63,2%	54 56,8%	61 64,2%	8 8,4%
Concordo totalmente	14 14,7%	11 11,6%	10 10,5%	14 14,7%	8 8,4%	0 0%
NR	8 8,4%	8 8,4%	9 9,5%	9 9,5%	14 14,7%	81 85,3%
Total	95 100%	95 100%	95 100%	95 100%	95 100%	95 100%

De uma maneira geral, as maiores percentagens na resposta “Concordo” revelam que, segundo esta amostra, os TOC concordam que após a adoção do SNC é necessário dedicar dar mais tempo e dar mais atenção à empresa e seus responsáveis. Concordam, igualmente, que existe maior preocupação com comportamentos empresariais, comportamentos éticos dos responsáveis da entidade, bem como estar mais atento às necessidades específicas da entidade.

Tabela 15 | Grau de concordância assinalado relativamente às preocupações referidas na tabela anterior

	N	% de respostas	% de casos
Discordo totalmente	4	0,9%	4,5%
Discordo	19	4,3%	21,3%
Não concordo, nem discordo	61	13,8%	68,5%
Concordo	300	68,0%	337,1%
Concordo totalmente	57	12,9%	64,0%
Total	441	100,0%	495,5%

Se analisarmos a tabela anterior, relativa ao grau de concordância assinalado das preocupações referidas na tabela 14, conclui-se que a resposta “Concordo” foi assinalada 300 vezes, correspondente a 68% do total de opções. A segunda opção mais assinalada corresponde à opção “Não concordo, nem discordo”, assinalada 61 vezes, ou seja, 13,8% do total de opções. A resposta menos assinalada foi “Discordo totalmente” (4 vezes), o equivalente apenas a 0,9% do total. Entre os inquiridos (14) que mencionaram outras preocupações salienta-se a seguinte: “Muitas das vezes é o TOC o único que tem em conta a responsabilidade acrescida do SNC face ao POC”.

Relativamente ao grau de importância com as preocupações anteriormente enunciadas, verificámos que 72,3% consideram importante “Dar mais atenção à empresa e aos seus responsáveis”, 13,6% muito importante e 10,9% acham nem muito, nem pouco importante. Apenas uma minoria 1,9% e 1,3% consideram pouco e nada importante, respetivamente.

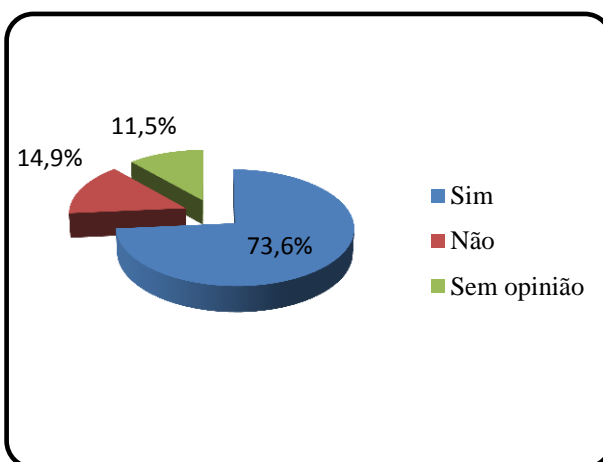
No que concerne à preocupação “Dedicar mais tempo à empresa e aos seus responsáveis”, os resultados revelam que 65,4% acham importante, 16,7% consideram muito importante e 13,3% acham nem muito, nem pouco importante. Apenas 3,3% e 1,3% consideram pouco e nada importante, respetivamente.

Quanto ao grau de importância atribuído à preocupação “Estar mais preocupado com os seus comportamentos empresariais”, os resultados evidenciam percentagens idênticas às obtidas com a preocupação anterior, uma vez que constatámos que 65,2% consideram importante, 17,1% consideram nem muito, nem pouco importante e 13,8% acham muito importante. Somente 2,6% e 1,3% consideram pouco e nada importante respetivamente.

No que respeita à preocupação “Estar mais preocupado com os comportamentos éticos dos responsáveis da entidade”, 15,8% consideram muito importante, 61,8% importante e 16,5% nem muito, nem pouco importante. A minoria, 4,6% e 1,3% consideram pouco e nada importante, respetivamente.

Já a preocupação “Estar mais atento às necessidades específicas da entidade” é considerada por 70,3% como importante, por 14,1% muito importante e por 12,2% nem muito, nem pouco importante. Apenas a minoria, 2,0% e 1,4% consideram nada e pouco importante, respetivamente.

Figura 22 | SNC e a obrigação dos TOC conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os serviços



Interrogados se consideram que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os serviços, a grande maioria dos respondentes, 73,6% (153), afirma que sim. Estes resultados confirmam as opiniões formuladas por Shortrige e Smith (2009), bem como por Carmona e

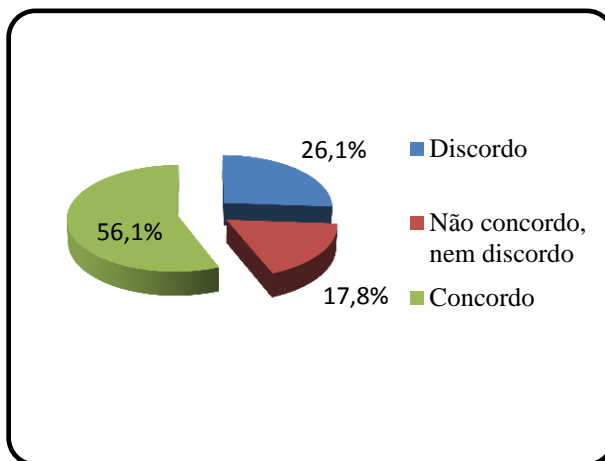
Trombetta (2008), quanto à importância dos TOC terem um conhecimento global do negócio das entidades suas clientes e compreenderem a importância da substância económica do facto patrimonial, de forma a que este seja fielmente representado nas DF's. Porém, segundo as conclusões do estudo realizado por Costa (2011: 23), os administradores não consideram que um maior conhecimento do seu negócio, por parte dos TOC, resulte num melhor desempenho dos mesmos.

Tabela 16 | Outras novas exigências que o SNC trouxe aos TOC

	N	% de respostas	% de casos
Reorientação dos conhecimentos	133	37,3%	67,5%
Reforço das responsabilidades	120	33,6%	60,9%
Mudança cultural	41	11,5%	20,8%
Maior exposição ao mercado internacional	17	4,8%	8,6%
Papel mais interventivo no processo de tomada de decisão	42	11,8%	21,3%
Outras	4	1,1%	2,0%
Total	357	100,0%	181,2%

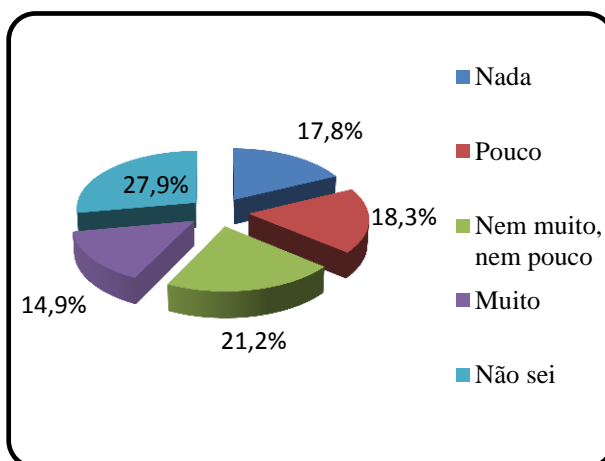
Interrogados sobre que outras exigências trouxe o SNC aos TOC, a opção mais assinalada pelos inquiridos (133 vezes) foi a “Reorientação dos conhecimentos”. Do total de 357 opções, 37,3% das principais exigências do SNC está relacionada com a “reorientação dos conhecimentos”. Dos que assinalaram alguma exigência, 67,5% assinalaram reorientação dos conhecimentos como uma das exigências do SNC. Seguindo-se da exigência “Reforço das responsabilidades”, a qual foi assinalada 120 vezes e da necessidade de o TOC ter um “Papel mais interventivo no processo de tomada de decisão” (assinalada 42 vezes). Por último temos a “Mudança Cultural” (assinalada 41 vezes) e a exigência “Maior exposição ao mercado internacional” (assinalada 17 vezes). Alguns dos inquiridos (4) referiram como outras novas exigências: a “Adaptação a novas realidades”; “Atualização de conhecimentos” e “Mudança comportamental”.

Figura 23 | Grau de concordância com a seguinte afirmação: "Atualmente, quando prepara as Demonstrações Financeiras, atende mais às necessidades dos utentes das Demonstrações Financeiras do que o anterior enquadramento contabilístico (POC)"



Segundo esta amostra, a maioria dos inquiridos, 56,1%(101), concordam que atualmente, quando preparam as Demonstrações Financeiras, atendem mais às necessidades dos utentes das Demonstrações Financeiras do que no anterior enquadramento contabilístico. Contrapondo com 26,1% (47) que discordam com a afirmação e com 17,8% (32) que afirmaram não concordar nem discordar.

Figura 24 | SNC e o seu contributo para uma maior internacionalização da profissão

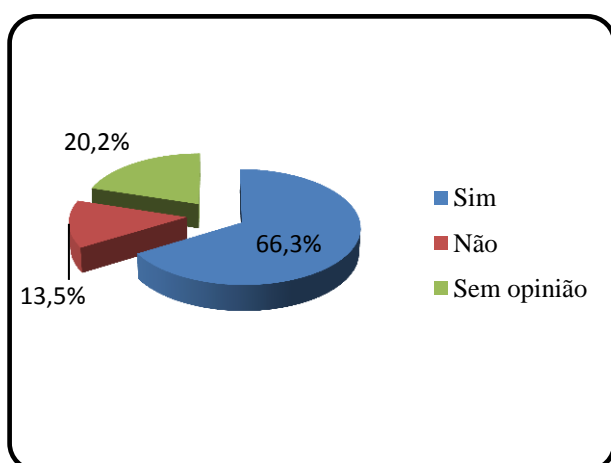


Na resposta à questão “Qual o grau em que o SNC tem contribuído para uma maior internacionalização da profissão?”, as percentagens encontram-se divididas nas respostas “Nem muito, nem pouco” (21,2%), “Muito” (14,9%) e “Não sei” (27,9%). Os resultados alcançados contrariam a opinião de Rodrigues (2010: 36), dado que, segundo a autora, a

utilização por parte dos profissionais de normas contabilísticas mais completas, assentes em princípios de aplicação comuns a vários países conduziria à internacionalização da profissão.

Questionados sobre o que pensavam acerca de o objetivo da comparabilidade das Demonstrações Financeiras tanto a nível internacional, como nacional, ter sido ou não atingido pós-SNC, a maioria dos inquiridos, 59,6%(124) e 53,9%(112), afirma não ter opinião sobre esse assunto, respetivamente. Relativamente às outras opiniões, 21,2% (44) considera que o objetivo a nível internacional não foi atingido e 29,8% (62) acha que o objetivo a nível nacional foi atingido. Estes dados permitem aferir que apenas uma pequena percentagem (19,2% e 16,3%) da nossa amostra partilha das opiniões expressadas por Franco e Roque (2010: 52) e por Paul (2007: 7). Segundo estes autores, após a adoção das normas internacionais de contabilidade as demonstrações financeiras tornam-se mais comparáveis. Os resultados do estudo efetuado por Matos (2011: 82) revelam que os profissionais de contabilidade (TOC e técnicos de contabilidade) acreditam que com a adoção do SNC o objetivo da comparabilidade entre demonstrações financeiras de entidades nacionais e estrangeiras é cumprido.

Figura 25 | SNC e a exigência de maior subjetividade por parte dos TOC



Quanto à questão “O facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?”, mais de metade dos inquiridos, 66,3% (138), dos inquiridos responderam que a adoção do SNC acarreta uma maior subjetividade, todavia 13,5% (28) têm opinião contrária. Note-se que 42

inquiridos (20,2%) afirmam não ter opinião. Os resultados obtidos rejeitam a opinião de Lobo¹³ (2009: 7) quanto ao SNC não implicar maior subjetividade. Por outro lado, os nossos resultados vão ao encontro ao afirmado por Guimarães (2010b: 37-38). Segundo o autor, o facto de o SNC assentar mais do que em princípios do que em regras explícitas desencadeia o aumento da subjetividade por parte dos órgãos de gestão e do TOC.

Dos 138 inquiridos que responderam “sim” à questão anterior, 64,7% consideram que existe algum ou muito impacto dessa subjetividade na fiabilidade da informação atualmente elaborada e divulgada, nomeadamente, 50 TOC consideram algum, enquanto 40 inquiridos consideram que até existe muito impacto. Apenas 10,3%(14) consideram que existe pouco ou nenhum impacto e 8,1%(11) consideram que não existe nem muito nem pouco impacto.

Tabela 17 | Elementos das Demonstrações Financeiras com maior o risco de subjetividade na opinião dos TOC

	N	% de respostas	% de casos
Ativos	77	40,3%	67,0%
Passivos	28	14,7%	24,3%
Capital próprio	34	17,8%	29,6%
Rendimentos	26	13,6%	22,6%
Gastos	26	13,6%	22,6%
Total	191	100,0%	166,1%

Como elementos das DF's, mais assinalados, pelos inquiridos que concordam que a adoção do SNC acarreta maior subjetividade, estão os “Ativos”, cuja opção foi assinalada 77 vezes. Do total de 191 opções, 40,3% dos elementos das DF's que acarretam maior subjetividade no SNC estão ligados aos ativos. Dos que identificaram algum elemento,

¹³ Carlos Lobo era Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XVII Governo Constitucional, desde janeiro de 2008 e, como tal, comprometido politicamente com esta opção política.

67% consideram que os ativos são um dos elementos das DF's que acarreta maior subjetividade no SNC. Em segundo lugar encontra-se o "Capital próprio", o qual foi assinalado 34 vezes. Seguem-se os "Passivos", cuja opção foi assinalada 28 vezes. Do total de 191 opções, 14,7% dos elementos das DF's que acarretam maior subjetividade no SNC estão relacionados com os "Passivos". Dos que assinalaram algum elemento, 24,3% consideram que os passivos são um dos elementos das DF's que acarreta maior subjetividade. E, por último, os "Rendimentos" e "Gastos", elementos que foram assinalados 26 vezes cada um.

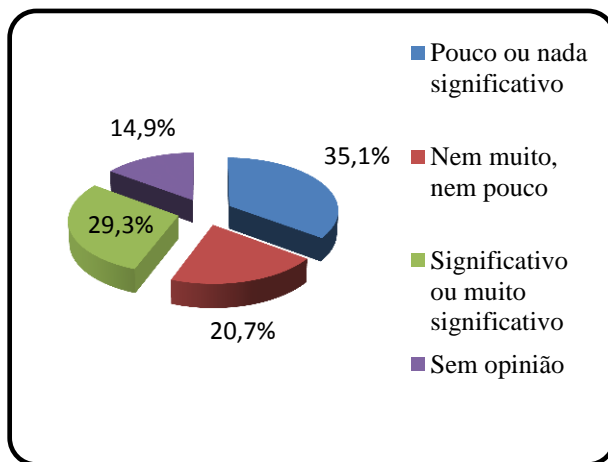
Tabela 18 | Grau de concordância com as afirmações

	“A informação preparada com base no novo normativo é mais relevante do que no anterior normativo”	“A informação preparada com base no novo normativo é mais fiável do que no anterior normativo”	“A informação preparada com base no novo normativo é mais compreensível do que no anterior normativo”	“A informação preparada com base no novo normativo é mais comparável do que no anterior normativo”
Discordo totalmente	12 5,8%	11 5,3%	11 5,3%	10 4,8%
Discordo	38 18,3%	37 17,8%	42 20,2%	31 14,9%
Não concordo, nem discordo	54 26%	68 32,7%	63 30,3%	57 27,4%
Concordo	73 35,1%	58 27,9%	58 27,9%	77 37%
Concordo totalmente	6 2,9%	7 3,4%	7 3,4%	6 2,9%
NR	25 12%	27 13%	27 13%	27 13%
Total	208 100%	208 100%	208 100%	208 100%

Quanto ao grau de concordância dos inquiridos com as afirmações que constam na tabela anterior, os resultados demonstram que as respostas dividem-se de uma forma mais ou menos homogénea entre as opções “Não concordo, nem discordo” e “Concordo”.

Relativamente às afirmações relacionadas com a informação preparada com base no novo normativo ser mais relevante e mais comparável, a maior parte dos TOC concorda. Por seu turno, as afirmações ligadas à informação ser mais fiável e mais compreensível, a maior parte dos TOC não concorda nem discorda. Quanto às restantes afirmações de ser mais fiável e ser mais compreensível, a maior parte dos TOC não concorda nem discorda.

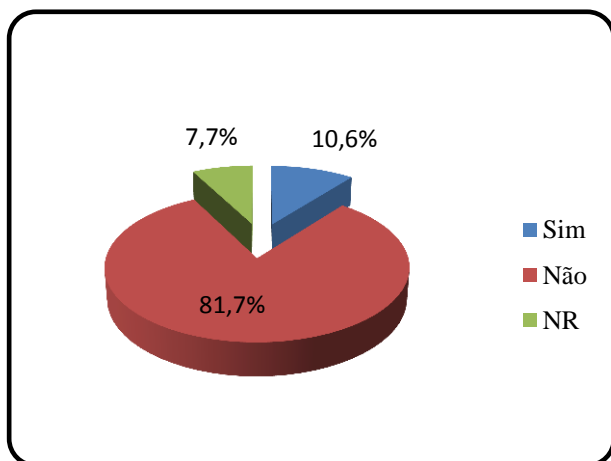
Figura 26 | SNC e o incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras



Questionados sobre se notaram que a aplicação do SNC trouxe algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras, 35,1% (73), responderam que o incremento é pouco (60) ou nada significativo (13) e 20,7% (43) responderam “Nem muito, nem pouco significativo”. Apenas 29,3% (61)

responderam que o incremento na qualidade das Demonstrações Financeiras é significativo (55) ou muito significativo (6). Estes resultados sugerem que, quase a totalidade dos TOC da nossa amostra considera que a adoção do SNC não contribui para o aumento da qualidade das demonstrações financeiras. Dados que contrariam os resultados obtidos no estudo efetuado por Ribeiro (2010: 38), segundo os quais 54% dos TOC da amostra partilham a opinião que as NCRF exercem um impacto positivo na qualidade das DF's.

Figura 27 | Reduzido tempo de aplicação do SNC e os possíveis conflitos dos seus clientes com os utilizadores das suas DF's

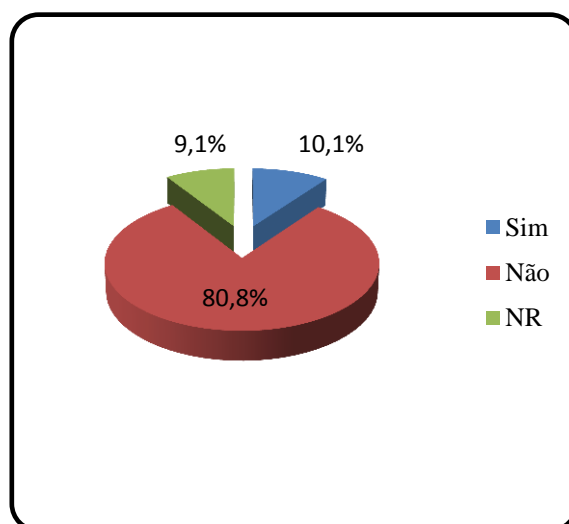


A esmagadora maioria dos TOC desta amostra, 81,7% (170), não sentiu um aumento do número de conflitos dos seus clientes com os utilizadores das DF's. Somente 22 inquiridos afirmaram que sim.

Tabela 19 | Utentes com os quais se agravou a conflitualidade

	N	% de respostas	% de casos
Administração Fiscal	4	14,3%	18,2%
Banca	20	71,4%	90,9%
Com os sócios/acionistas	4	14,3%	18,2%
Total	28	100,0%	127,3%

Como podemos observar na tabela anterior, dos que afirmaram sentir que houve um agravamento do número de conflitos dos seus clientes com os utentes das demonstrações financeiras, a banca foi o utente mais vezes assinalado (20 vezes) correspondendo a 71,4% do total de 28 opções assinaladas. Dos que assinalaram algum conflito, 90,9%, assinalaram a banca. Já a administração fiscal como os sócios/acionistas foram assinalados 4 vezes cada um, o que corresponde a 14,3% do total de opções. É de salientar que nenhum TOC assinalou que tenham sentido um aumento de conflitualidade dos seus clientes com os fornecedores e outros credores.

Figura 28 | SNC e as necessidades de ações de formação

Interrogados se com o SNC sentem maiores necessidades de ações de formação, a grande maioria dos TOC desta amostra, 80,8% (168), afirma ter maiores necessidades de ações de formação com o SNC do que no anterior sistema normativo, POC. Estes resultados vão ao encontro das opiniões proferidas por Alves (2010: 9), Azevedo (2011a: 25), Carmona e Trombetta

(2008), bem como por Lobo (2009: 7). De acordo com os referidos autores, os sistemas baseados em princípios, por serem tecnicamente mais exigentes implicam dos profissionais de contabilidade maiores níveis de conhecimentos, assim como, a sua permanente atualização.

Tabela 20 | Meios utilizados para fazer a atualização e reorientação dos conhecimentos exigidos pelo novo enquadramento

	N	% de respostas	% de casos
Ações de formação	176	34,2%	94,1%
Aquisição de livros/manuais	131	25,5%	70,1%
<i>Internet</i>	100	19,5%	53,5%
Revistas da especialidade	74	14,4%	39,6%
Estudos pós-graduados	7	1,4%	3,7%
Congressos da especialidade	19	3,7%	10,2%
Outros	7	1,4%	3,7%
Total	514	100,0%	274,9%

Dos 168 inquiridos que responderam afirmativamente à questão anterior, as ações de formação (assinalado 176 vezes) foram identificadas como sendo o meio a que mais recorreram para o esclarecimento de dúvidas, segue-se a aquisição de livros/manuais (assinalado 131 vezes), a *internet* (assinalada 100 vezes), as Revistas da especialidade (assinalada 74 vezes), os Congressos da especialidade (19 vezes) e, com um pequeno número de vezes assinaladas (7) os Estudos pós-graduados. Alguns inquiridos (7) mencionaram recorrer a outros meios para fazerem a atualização e reorientação os seus conhecimentos, dos quais se destacam: “OTOC/APECA”, a “Ajuda do ROC” e os “Colegas de profissão”.

Tabela 21 | Grau de importância com cada um dos meios escolhidos

	Ações de formação	Aquisição de livros/manuais	<i>Internet</i>	Realização de pós-graduações	Congressos da especialidade	Outros
Nada importante	2 1,2%	1 0,6%	3 1,8%	6 3,6%	2 1,2%	4 2,4%
Pouco importante	1 0,6%	7 4,2%	5 3%	19 11,3%	20 11,9%	1 0,6%
Nem muito, nem pouco importante	4 2,4%	8 4,8%	9 5,4%	26 15,5%	27 16,1%	5 3%
Importante	81 48,2%	111 66,1%	88 52,4%	48 28,6%	56 33,3%	6 3,6%
Muito importante	76 45,2%	28 16,7%	48 28,6%	13 7,7%	15 8,9%	1 0,6%
NR	4 2,4%	13 7,7%	15 8,9%	56 33,3%	48 28,6%	151 89,9%
Total	168 100%	168 100%	168 100%	168 100%	168 100%	168 100%

De uma maneira geral, como podemos constatar na tabela acima, os TOC desta amostra, consideram como importantes os meios a que recorrem para atualizarem os seus

conhecimentos. Porém, é de realçar que 45,2% (76) acham muito importantes as ações de formação. Alguns inquiridos referiram como outros meios importantes para fazerem a atualização e reorientação dos seus conhecimentos, por exemplo, as “Reuniões livres” e os “Sites especializados”.

Tabela 22 | Principais ações de formação frequentadas

	N	% de respostas	% de casos
Da OTOC	195	79,6%	99,0%
Da APOTEC	26	10,6%	13,2%
De outras Organizações profissionais	13	5,3%	6,6%
Outras	11	4,5%	5,6%
Total	245	100,0%	124,4%

A partir da análise da tabela podemos constatar que as ações de formação realizadas pela OTOC foram as mais assinaladas (195) como frequentadas pelos inquiridos para atualizar e reorientar os seus conhecimentos exigidos pelo novo enquadramento. Do total de 245 opções assinaladas, 79,6 % das ações de formação frequentadas para atualização de conhecimentos está ligada ao OTOC. Dos que assinalaram alguma ação de formação, 99% assinalaram da OTOC como uma das ações de formação frequentadas para atualização e reorientação de conhecimentos. Com um menor número de vezes assinaladas temos as ações de formação da APOTEC (assinalada 26 vezes) e as ações de formação “De outras organizações profissionais” referidas por 11 inquiridos (4,5% do total de 245 opções assinaladas). Os 11 inquiridos mencionaram, por exemplo, a APECA e as Associações Empresariais como “Outras organizações profissionais”. Houve, ainda sete inquiridos que referiram ter frequentado outras ações de formação, das quais destacamos a Associação Empresarial de Águeda (AEA), a PWC e a Ernest & Young.

Questionados sobre se sentiam necessidade de cursos especializados para melhorarem a sua formação, a grande maioria dos inquiridos, 62% (129) refere sentir essa necessidade.

Posteriormente, os inquiridos que responderam que sentiam necessidade de reforçar a formação foram interrogados em que áreas consideravam que o deviam fazer.

Tabela 23 | Áreas para reforço da formação

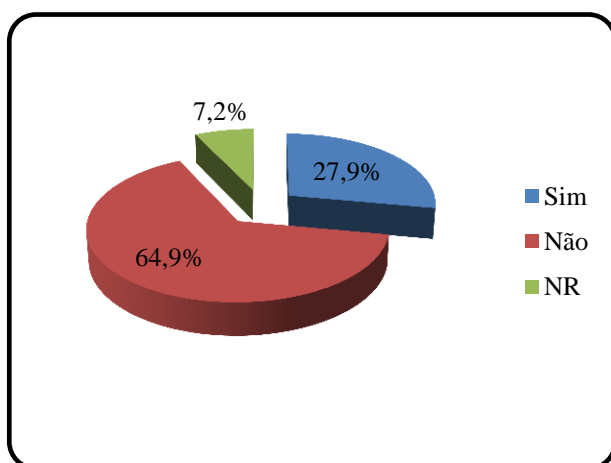
	N	% de respostas	% de casos
Direito	50	20,4%	40,0%
Economia	18	7,3%	14,4%
Gestão	41	16,7%	32,8%
Técnicas Atuariais	32	13,1%	25,6%
Informática	27	11,0%	21,6%
Finanças	73	29,8%	58,4%
Outras	4	1,6%	3,2%
Total	245	100,0%	196,0%

A partir da observação da tabela anterior, podemos verificar que a área das Finanças foi a mais assinalada (73). Do total de 245 opções assinaladas, 29,8 % das áreas escolhidas para reforçar a formação estão relacionadas com a área das finanças. Dos inquiridos que assinalaram alguma área, 58,4% assinalaram finanças como uma das áreas para reforço de formação. Outra área também muito assinalada (50 vezes) foi a do Direito. A terceira área mais assinalada foi a Gestão (41 vezes). Seguindo-se da área de Técnicas atuariais (assinalada 32 vezes), Informática (assinalada 27 vezes) e Economia (18 vezes). Quatro inquiridos apontaram ainda, por exemplo, a área de contabilidade e fiscalidade como áreas em que deviam reforçar a sua formação.

Tabela 24 | Ciclos de estudo para reforço da formação

	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Mestrado	24	11,5%
Pós-Graduação	22	10,6%
Cursos Livres de Contabilidade	95	45,7%
Outros cursos livres	23	11,1%
NR	44	21,2%
Total	208	100,0%

Através da análise da tabela podemos concluir que os cursos livres de contabilidade foram os mais escolhidos para reforçar a formação (45,7%, o correspondente a 95 inquiridos). De seguida temos o mestrado com 11,5% correspondente a 24 inquiridos, outros cursos livres com 11,1% (23 inquiridos) e, por último, Pós-graduação com 10,6% (22 inquiridos). Existe uma percentagem de 21,2% (44) que optaram por não responder a esta questão.

Figura 29 | Conhecimento da formação oferecida pelas instituições de ensino público (Universidades e Institutos Politécnicos) aos eventuais interessados, nomeadamente aos TOC

A maioria dos TOC desta amostra, 64,9% (135) refere desconhecer a formação que as instituições de ensino superior facultam aos eventuais interessados. Resultado que podem servir de alerta para que as Universidades e Institutos Politécnicos procurem encontrar novos meios para divulgarem a oferta de formação que tem

disponível junto dos possíveis interessados.

As instituições de Ensino Nacional que os inquiridos consideram que divulgam melhor formação para os TOC são as seguintes: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria (ESTG); Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC); Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa (ISCTE); Faculdade de Direito da Universidade Católica; Universidade do Minho e a Universidade da Beira Interior (UBI).

2. | Análise bivariada e Inferencial dos dados

A segunda parte do tratamento estatístico incidiu, inicialmente, na análise da eventual relação entre algumas variáveis. Os cruzamentos serão apresentados em tabelas de contingência (*crosstabs*), onde em cada célula constam os valores observados, esperados, percentagem (em linha, em coluna, do total), bem como os resíduos ajustados. Para cada variável escolhida para efetuar os cruzamentos, foi estudada a possível relação com as variáveis sociodemográficas. Por exemplo, foi avaliada a eventual relação entre a frequência de consulta do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas em função do sexo, da idade, do grau de escolaridade e do número de anos de exercício da profissão de TOC. Adicionalmente, foram realizados alguns testes não paramétricos, como o teste do qui-quadrado de independência, para analisar a relação de dependência ou não entre as variáveis, o teste da binomial, aplicado nas variáveis dicotómicas, assim como o teste de aderência do qui-quadrado, aplicado nas variáveis com três ou mais categorias. Os dois últimos testes mencionados foram aplicados com a pretensão de comparar “[...] as proporções de inquiridos nas diferentes categorias das variáveis” (Pestana e Cagreiro, 2008: 47).

2.1. | Análise da eventual relação entre a frequência de consulta do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (CDTOC), em função das variáveis sociodemográficas

Começaremos por analisar a possível relação entre a frequência de consulta do CDTOC em função da idade dos inquiridos (Apêndice III | 1.1.).

A frequência de consulta do CDTOC (variável ordinal) apresenta cinco categorias: nunca, raramente, regularmente, com muita frequência e impossível de quantificar. A idade (variável ordinal) possui, igualmente, cinco categorias: entre os 24 e 34 anos, entre os 35 e 45 anos, entre 46 e 56 anos, entre os 57 e os 67 anos e maiores ou iguais a 68 anos.

A resposta mais assinalada, para qualquer faixa etária, corresponde à categoria “Pouco frequente”. Todavia, é de notar que os inquiridos de [35, 45] (13, correspondendo a 6,5% do total), [46, 56] (22, 10,9% do total) e [57, 67] (18, correspondendo a 9% do total) afirmaram que consultavam o CDTOC regularmente ou com muita frequência.

A partir da análise dos resíduos ajustados é possível verificar que o menor resíduo (-2,2) diz respeito aos inquiridos pertencentes à faixa etária [24, 34] que consultam regularmente ou com muita frequência o CDTOC, o que significa que existem significativamente menos inquiridos, dentro da referida faixa etária que consultam o CDTOC regularmente ou com muita frequência, do que era esperado, caso as variáveis não estivessem associadas. Situação contrária, verificou-se com os inquiridos pertencentes à faixa etária [57, 67] que consultam regularmente ou com muita frequência o CDTOC, uma vez que se esperava 12,7 inquiridos e observaram-se 18, motivo pelo qual o resíduo é positivo (2,0).

Os inquiridos pertencentes à faixa etária [35, 45] que consultam com pouca frequência o CDTOC, foram significativamente mais do que os esperados (2,0), enquanto os inquiridos com idades compreendidas entre 46 e 56 anos, inclusive, foram significativamente menos do que o esperado (-2,1).

No que respeita à eventual relação entre a frequência de consulta do CDTOC em função do sexo dos inquiridos (variável nominal com duas categorias: feminino e masculino) (Apêndice III | 1.2.), constatamos que os inquiridos do sexo feminino (52, o correspondente a 25,2% do total) ou masculino (82, o equivalente a 39,8% do total) responderam, na sua maioria que consultam pouco o seu Código de conduta profissional. Todavia, existem 18 mulheres (8,7% do total) e 43 homens (20,9% do total) que afirmam consultar regularmente ou com muita frequência.

O resíduo ajustado mais elevado (2,0), para $p = 0,05$, é referente aos inquiridos do sexo feminino que consultam o CDTOC com pouca frequência, o que indica que dos 70 inquiridos do sexo feminino se esperava que 45,5 deles consultassem com pouca frequência o CDTOC. Todavia, foram observados 52 inquiridos que consultavam o CDTOC com pouca frequência, valor um pouco superior ao esperado. É possível, igualmente, constatar que houve significativamente menos inquiridos do sexo masculino que consultavam com pouca frequência o CDTOC do que era esperado (-2,0).

Relativamente à possível relação entre a frequência de consulta do CTOC e o grau de escolaridade dos inquiridos (variável ordinal com quatro categorias: inferior ao ensino secundário completo, ensino secundário completo, licenciatura e mestrado) (Anexo III | 1.3.), verificámos que dos 6 inquiridos que responderam “Nunca” terem consultado o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas, 33,3% (2) têm grau de escolaridade inferior ao ensino secundário completo e 66,7% (4) têm licenciatura. Dos 128 que responderam “Pouco frequente”, 19,5% (25) possuem ensino secundário completo e 64,8% (83) têm licenciatura. Por outro lado, dos 60 que responderam “regularmente ou com muita frequência”, 41,7% (25) têm ensino secundário completo e 40% (24) têm licenciatura.

Pela análise dos resíduos ajustados averiguamos que o maior resíduo diz respeito aos inquiridos com ensino secundário completo que consultam regularmente ou com muita frequência o CDTOC (3,3), o que significa que houve significativamente mais inquiridos com o referido grau de escolaridade que costumavam consultar regularmente ou com muita frequência o CDTOC do que era esperado. O referido resíduo ajustado (3,3) indica-nos a

célula que mais explica a associação entre as duas variáveis, uma vez que é nessa célula que encontramos o resíduo ajustado mais elevado.

Ao invés, o valor observado dos inquiridos com licenciatura que consultam regularmente ou com muita frequência o CDTOC (24) foi significativamente inferior ao esperado (34,1), motivo que originou o valor do resíduo ajustado negativo (-3,1).

Para os que consultam com pouca frequência o CDTOC, os inquiridos com ensino secundário completo são menores do que os esperados (-2,8), enquanto os inquiridos com licenciatura são em maior número do que o esperado (3,1).

Por fim, pretendeu-se estudar a relação entre a frequência de consulta do CDTOC e o número de anos de exercício da profissão de TOC (variável nominal com cinco categorias: entre 1 e 10 anos, entre 11 e 20 anos, entre 21 e 30 anos, entre 31 e 40 anos e entre 41 e 50 anos (Apêndice III | 1.4.). Os resultados evidenciam que a maior proporção de respostas centra-se na opção “Pouco frequente”, o correspondente a 131 inquiridos (65,5%).

Os valores observados dos resíduos ajustados não permitem concluir que existe uma associação entre as duas variáveis, dado que nenhum resíduo se situa “[...] fora do intervalo -1,96 e 1,96, para $p=0,05$ ” (Pestana e Cageiro, 2008: 133).

No sentido de averiguarmos se existem ou não diferenças estatisticamente significativas no comportamento de inquiridos, relativamente a cada uma das categorias da variável foi aplicado o teste de aderência do qui-quadrado.

A hipótese nula (H_0) admite que a proporção de respostas para a frequência de consulta do CDTOC é igual nas quatro opções de resposta, enquanto a hipótese alternativa (H_1) admite que existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

Tabela 25 | Frequência de consulta do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Nunca	6	51,5	-45,5
Pouco frequente	134	51,5	82,5
Regularmente ou com muita frequência	61	51,5	9,5
Impossível de quantificar	5	51,5	-46,5
Total	206		

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

Teste	(P20.)
Coefficiente do qui-quadrado (x^2)	216,097 ^a
Graus de liberdade (df)	3
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 51,5.

Conforme se pode observar no quadro anterior, o teste do qui-quadrado ($x^2 = 216,097$, $p = 0,000$) direciona para a rejeição de H_0 , pelo que as frequências esperadas (51,5) distinguem-se significativamente das frequências observadas nas quatro opções de resposta. Daqui resulta que não existe uma distribuição igualitária na proporção de inquiridos que optam por uma das quatro opções de resposta, sendo que a opção “Pouco frequente” é a que apresenta o maior número de inquiridos (134).

2.2. | Análise da eventual relação entre a possibilidade de optar entre o SNC e o POC, em função das variáveis sociodemográficas

A análise da possível relação entre a possibilidade de optar entre o SNC e o POC (variável nominal com duas categorias: SNC e POC) em função da idade dos inquiridos

(Apêndice III | 2.1.), evidencia que categoria mais assinalada pelos inquiridos, relativamente à pergunta “Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?” foi “POC”, independentemente da faixa etária a que pertencem. No entanto não se pode afirmar que exista uma diferença significativa entre a escolha do SNC e POC, seja qual for a faixa etária. Se analisarmos os resíduos ajustados, concluímos os valores encontrados não suportam a informação de que existem significativamente mais ou menos casos do que seria esperado se as variáveis fossem independentes.

Para avaliar a relação de independência entre as duas variáveis procedeu-se ao teste do qui-quadrado de independência. O valor do teste ($p=0,404>0,05$) aponta para a não rejeição de H_0 . Deste modo, podemos aferir que a possibilidade de optar entre o SNC e o POC não depende da faixa etária a que pertencem os respondentes.

Passaremos, de seguida, à análise da eventual relação entre a possibilidade de optar entre o SNC e o POC e o sexo dos inquiridos (Apêndice III | 2.2.). Os resultados mostram-nos que a maioria tanto dos homens (70, correspondendo a 36,5% do total) como das mulheres (39, correspondendo a 20,3% do total) assinalaram a opção “POC”. No entanto não se pode afirmar que existe uma diferença significativa entre a escolha do SNC e POC, seja qual for o género a que pertence o respondente.

Tal como se tinha verificado no cruzamento anterior, também neste cruzamento os valores dos resíduos ajustados possibilita-nos verificar que não existe nenhuma evidência de relação entre as duas variáveis em questão.

Relativamente à eventual relação entre a possibilidade de optar entre o SNC e o POC e o grau de escolaridade dos inquiridos (Apêndice III | 2.3.), mais uma vez podemos observar que a resposta mais assinalada pelos inquiridos, seja qual for o grau de escolaridade que possuam, foi a opção “POC”. Porém, nos indivíduos com licenciatura ou mestrado, é evidente que a diferença de escolherem SNC ou POC é bastante mais inferior (com licenciatura só houve mais 5 inquiridos que escolheram POC e mestrado só houve mais um a escolher POC) do que nos indivíduos com grau de escolaridade inferior (existe o dobro de respondentes que escolhem o POC).

A partir da análise dos resíduos mais uma vez verificamos que os valores dos resíduos encontrados não suportam a informação de que existem significativamente mais ou menos casos do que seria se hipótese nula fosse verdadeira.

Quanto à relação de independência entre as variáveis, o valor de $p=0,313>0,05$, conduz à não rejeição de H_0 . Logo, a resposta à questão “Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?” é independente do grau de escolaridade a que pertencem os respondentes.

Posteriormente, avaliamos a eventual relação entre a possibilidade de optar entre o SNC e o POC e o número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice III | 2.4.). Os resultados obtidos mostram que, qualquer que seja o número de anos de exercício da profissão de TOC, a resposta mais assinalada foi “POC”. Destacam-se os inquiridos que têm entre [11,20] anos de profissão, em que apenas 29 (15,5% do total) escolheram SNC e 40 (21,4% do total) escolheram POC. O mesmo acontece nos indivíduos com [31, 40] anos de profissão, apenas 8 (4,3% do total) e o dobro (16, correspondente a 8,6% do total) escolheu POC.

A partir da análise dos valores dos resíduos ajustados nada podemos concluir, uma vez que não existe nenhum resíduo menor do que -1,96, nem maior que 1,96.

No que concerne à independência ou não entre as variáveis, o valor do teste do qui-quadrado de independência, $p=0,825>0,05$, leva claramente à não rejeição de H_0 . Deste modo, podemos concluir que a escolha dos inquiridos recair sobre SNC ou sobre o POC não depende do número de anos de exercício de profissão de TOC.

Adicionalmente, procedemos ao teste da Binomial, uma vez que se trata de uma variável dicotómica, cujas categorias são SNC e POC. A realização deste teste teve como intuito “[...] comparar as frequências observadas com as que se espera alcançar numa distribuição binomial” (Pestana e Gageiro, 2008: 433).

Tabela 26 | Opção de escolha entre o POC e o SNC – frequências e teste da binomial

Teste da Binomial							
		Categorias	N	Proporção observada.	Proporção a testar	Valor de prova (bilateral)	
P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?	Grupo 1	SNC	83	,43	,50	,071	
	Grupo 2	POC	109	,57			
	Total			192	1,00		

Como hipóteses a testar temos H_0 : A proporção de respostas para a opção SNC é igual à proporção de respostas do POC, contra H_1 : A proporção de respostas para a opção SNC é diferente da proporção de respostas do POC.

Os resultados do teste mostram que o valor de prova associado ao teste Binomial é de 0,071, pelo que não se rejeita H_0 . Conclui-se, assim, que a proporção de respostas para SNC (0,43) não é significativamente diferente da proporção de respostas para POC (0,57).

2.3. | A análise da eventual relação entre o maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços decorrente da adoção do SNC, em função das variáveis sociodemográficas

Debruçar-nos-emos, agora, sobre o estudo da possível relação entre o maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços decorrente da adoção do SNC (variável nominal com três categorias: Sim, Não e Sem opinião) e a idade dos inquiridos (Apêndice III | 3.1.).

A análise dos resultados permite-nos constatar que os inquiridos pertencentes à faixa etária [35, 45] foram os que mais consideram que com o atual SNC não sentiram que a figura de TOC passou a ser mais reconhecida pela entidade a quem prestam serviços (32,6%). Por outro lado, os inquiridos com idades compreendidas entre os 46 e os 56,

inclusive, foram os que mais consideram que com o atual SNC sentiram que a figura de TOC passou a ser mais reconhecida (34,8%).

Salienta-se que existe um maior número de inquiridos pertencentes à faixa etária [24, 34] que não consideram que a figura de TOC passou a ser mais reconhecida pela entidade a que prestam serviços (73,3%) do que os que consideram que a figura de TOC alcançou um maior reconhecimento pela entidade em que presta serviços (13,3%).

A partir do estudo dos valores dos resíduos ajustados é possível verificar que não existe nenhuma evidência de relação entre as duas variáveis em questão.

No que respeita à eventual relação entre o maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços decorrente da adoção do SNC e o sexo dos inquiridos (Apêndice | 3.2.), constatámos que a maioria dos inquiridos do sexo feminino (52 inquiridos, 25% do total) e do sexo masculino (87 inquiridos, 41,8% do total) partilham da opinião que o atual SNC não conduziu a um maior reconhecimento da figura do TOC pela entidade a que prestam serviços.

Mais uma vez os resíduos ajustados não indicam nenhuma relação entre as duas variáveis, uma vez que nenhum resíduo se situa abaixo de -1,96, nem acima de 1,96.

O valor do teste do qui-quadrado de independência ($p=0,325>0,05$) aponta para a não rejeição de H_0 . Logo, podemos aferir que o maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços decorrente da adoção do SNC não depende do sexo dos respondentes.

De seguida, avaliamos a eventual relação entre o maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços decorrente da adoção do SNC e o grau de escolaridade dos inquiridos (Apêndice | 3.3.).

Os resultados alcançados demonstram que o número de inquiridos com grau de escolaridade inferior ensino secundário completo e mestrado que consideram que o SNC não contribuiu para a figura do TOC passasse a ser mais reconhecida pela entidade em que presta serviços, é pouco divergente (10,4% e 7,4%). É, igualmente notório, o elevado número de inquiridos com licenciatura que considera que o SNC não veio desencadear um maior reconhecimento da figura do TOC pela entidade a que prestam serviços (56,3%).

A análise dos valores dos resíduos ajustados permite-nos verificar que os valores encontrados não suportam a informação que existem significativamente mais ou menos casos do que seria esperado, dado não existir nenhum valor menor que -1,96 e/ou superior a 1,96.

Relativamente, à eventual relação entre o maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços decorrente da adoção do SNC e o número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice I 3.4.), os resultados mostram-nos que existe um número considerável de inquiridos com um número de anos de exercício de profissão de TOC entre [1, 10], que considera que o SNC contribuiu para que a figura do TOC fosse mais reconhecida pela entidade em que presta serviços (34,8%). Porém, constata-se, igualmente, que existe um número considerável de inquiridos com [11, 22] anos de exercício de profissão de TOC, que partilham a opinião contrária (37,8%).

A partir da observação dos resíduos ajustados constatamos que o menor resíduo é referente aos inquiridos com número de anos de exercício de profissão de TOC entre 21 e 30 anos, inclusive, que afirmam não ter opinião sobre se a adoção do SNC desencadeou um maior reconhecimento pela entidade em que o TOC presta serviços (-2,0). O valor do resíduo é negativo, uma vez que observaram-se significativamente menos inquiridos do que era esperado.

Para além dos cruzamentos anteriormente descritos, procedemos à realização do teste de aderência do qui-quadrado, com a pretensão de verificar se existe, ou não, diferenças estatisticamente significativas na proporção de inquiridos nas diferentes categorias.

Tabela 27 | Reconhecimento da figura do TOC pela entidade em que presta serviços – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

Com o atual SNC, sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços?

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Sim	23	69,3	-46,3
Não	139	69,3	69,7
Sem opinião	46	69,3	-23,3
Total	208		

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

Teste	(P27.)
Coefficiente do qui-quadrado (χ^2)	108,817 ^a
Graus de liberdade (df)	2
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (,0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 69,3.

Tratando-se de um teste de aderência à distribuição uniforme, foi formulada a seguinte hipótese nula (H_0): A proporção de respostas para a questão “Com o atual SNC, sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços?” é igual nas três opções de resposta, contra a H_1 : Existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

O valor do teste do qui-quadrado ($\chi^2= 108,817$, $p= 0,000$) indica claramente a rejeição de H_0 . Podemos, assim, concluir que o número de inquiridos que não consideram que com SNC a figura do TOC passou a ser mais reconhecida pela entidade em que prestam serviços, é notoriamente divergente e superior, por um lado, ao número de inquiridos que consideram que sim e, por outro, ao número de inquiridos que manifestaram não ter opinião.

2.4. | Análise da eventual relação entre a opinião dos inquiridos relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, em função das variáveis sociodemográficas

No que concerne à eventual relação entre a opinião dos inquiridos relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico (variável ordinal com quatro categorias: pouco ou nada significativas, nem muito, nem pouco significativas, significativas ou muito significativas e sem opinião) e o sexo dos inquiridos, a partir da observação dos resultados verificamos que existe uma tendência para haver uma maior percentagem de inquiridos homens a acharem que as novas exigências profissionais foram significativas ou muito significativas (103 correspondente a 49,5% do total) (Apêndice | 4.2.). A percentagem de mulheres (51) corresponde apenas a 24,5% do total.

A análise dos resíduos ajustados evidencia que o maior resíduo (2,4) corresponde aos inquiridos do sexo masculino que consideram que as novas exigências profissionais decorrentes da adoção do SNC não se revelaram nem muito, nem pouco significativas. O valor positivo do resíduo ajustado conduz a duas conclusões, em primeiro que os valores observados (10) foram significativamente maiores do que os esperados (6,5) e, em segundo que existe uma associação significativa entre as duas variáveis, pelo que a referida célula afasta-se da hipótese de independência. O resíduo ajustado referente aos inquiridos do sexo feminino que consideram que as novas exigências profissionais decorrentes da adoção do SNC não se revelaram nem muito, nem pouco significativas apresenta um valor negativo (-2,4), uma vez que não se observou nenhum inquirido e eram esperados 3,5.

O teste de independência do qui-quadrado foi utilizado para avaliar a relação de independência ou não entre as variáveis. O valor do teste de independência do qui-quadrado ($p=0,022<0,05$), conduz à rejeição de H_0 . Deste modo, podemos concluir que a opinião dos inquiridos relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico depende do respondente ser homem ou mulher.

De seguida, avaliamos a relação entre a opinião dos inquiridos relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, em função da idade dos inquiridos (Apêndice | 4.1.).

Através da análise dos resultados constatamos que o número de inquiridos pertencentes às faixas etárias [46, 56] e [57, 67] que consideram que as novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico foram nem muito, nem pouco significativas, possuem a mesma percentagem (40,0%).

No que respeita aos resíduos ajustados, o menor resíduo (-2,1) é referente aos inquiridos que pertencem à faixa etária [35, 45] que consideram que as novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, não foram nem muito, nem pouco significativas. O valor negativo do resíduo indica que os valores observados (0) foram significativamente menos do que os esperados (3), caso a hipótese nula fosse verdadeira.

Em relação ao estudo da eventual relação entre a opinião dos inquiridos relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, em função do grau de escolaridade dos inquiridos (Apêndice | 4.3.), os resultados encontrados permitem concluir que existe um número bastante elevado de inquiridos com licenciatura que consideram que as novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico foram nem muito, nem pouco significativas (66,7%). É possível, igualmente, constatar que existe um maior número de inquiridos com mestrado que consideram que as novas exigências profissionais resultante do atual normativo contabilístico foram significativas ou muito significativas (72,7%) do que os que consideram que as novas exigências profissionais foram pouco ou nada significativas (18,2%).

Dado não existir nenhum resíduo ajustado menor que -1,96, nem maior que 1,96, para $p=0,05$, podemos aferir que os valores obtidos não suportam a informação que existem significativamente mais ou menos casos do que seriam esperados.

Por fim, avaliamos a eventual relação entre a opinião dos inquiridos relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, em função do número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice | 4.4.).

Os resultados encontrados evidenciam que existe um número considerável de inquiridos com [31, 40] anos de exercício de profissão de TOC que consideram que as novas exigências profissionais, resultantes do atual normativo contabilístico, nem são muito, nem pouco significativas (44,4%) constatamos, igualmente, que existem mais inquiridos com 21 a 36 anos de exercício de profissão de TOC que consideram que as novas exigências profissionais foram significativas ou muito significativas (72,5%) do que os que consideram que as novas exigências profissionais foram pouco ou nada significativas (20,0%).

Se analisarmos os resíduos ajustados verificamos que o valor mais elevado (3,0) é referente aos TOC com 31 a 40 anos de exercício de profissão de TOC que consideram que as novas exigências profissionais foram nem muito, nem pouco significativas. O valor positivo do resíduo ajustado (3,0) dá-nos a indicação que foram observados mais inquiridos com 31 a 40 anos de exercício de profissão de TOC que consideram que as novas exigências profissionais, resultantes do atual normativo contabilístico foram nem muito, nem pouco significativas (4), do que os esperados (1,1).

Adicionalmente, com o intuito de analisarmos se existe, ou não, diferenças estatisticamente significativas na proporção de inquiridos nas diferentes categorias procedemos à realização do teste de aderência do qui-quadrado.

Tabela 28 | Novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram:

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Pouco ou nada significativas	26	52,0	-26,0
Nem muito nem pouco significativas	10	52,0	-42,0
Significativas ou muito significativas	154	52,0	102,0
Sem opinião	18	52,0	-34,0
Total	208		

Teste	(P34.)
Coeficiente do qui-quadrado (x^2)	269,231 ^a
Graus de liberdade (df)	3
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (,0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 52,0

Para a realização do teste de aderência à distribuição uniforme foi testada a seguinte hipótese nula (H_0): A proporção de respostas para a questão relativa às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico é igual nas quatro opções de resposta, contra a H_1 : Existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

O resultado do teste ($x^2= 269,231$, $p=0,000$) conduz à rejeição de H_0 , o que significa que as frequências esperadas (52,0) distinguem-se significativamente das frequências observadas em cada uma das quatro categorias de resposta. Conclui-se, assim, que a opinião dos inquiridos quanto às novas exigências profissionais é bastante distinta, sendo que a resposta “Significativas ou muito significativas” é a que representa o maior número de inquiridos (154).

2.5. | Análise da eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários, em função das variáveis sociodemográficas

Relativamente à possível relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários (variável nominal com três categorias: sim, não, não sei), em função do sexo inquiridos, os resultados mostram que a maioria dos inquiridos do sexo feminino (30, 14,4% do total), bem como do sexo masculino (65, 31,3% do total) concordam que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC (Apêndice III | 5.1.).

Pela análise dos resíduos ajustados conclui-se que os valores dos resíduos ajustados não sustentam a informação que existem significativamente mais ou menos casos do que seriam esperados, caso não existisse associação entre as variáveis.

No que concerne à independência entre as variáveis, o resultado do teste do qui-quadrado de independência ($p=0,688>0,05$), não permite a rejeição de H_0 . Deste modo, podemos inferir que a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários não dependente do sexo do respondente.

Se analisarmos a possível relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários, em função da idade dos inquiridos (Apêndice III | 5.2.), constatamos que a maioria dos inquiridos, qualquer que seja a faixa etária a que pertencem, exceto os que têm entre 24 e 34 anos, concordam que existe uma preocupação acrescida na forma como os TOC interagem com os empresários após a adoção do SNC. É importante salientar que nas faixas etárias [35, 45], [57, 67] e ≥ 68 existe um número considerável de respondentes (14, 11 e 8 respetivamente) que não têm opinião sobre esta questão.

Pela observação dos resíduos ajustados conclui-se que o maior resíduo ajustado é referente aos inquiridos que pertencem á faixa etária [46, 56] que consideram que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários (2,5), o que significa que os valores observados foram significativamente mais do que os esperados. O resíduo ajustado positivo (2,5) indica que a referida célula se afasta da hipótese nula, dando indicação que existe uma associação significativa entre as duas variáveis.

Interessa-nos, agora, avaliar a relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários, em função do grau de escolaridade (Apêndice III | 5.3.).

Os resultados alcançados mostram que a maioria dos inquiridos, qualquer que seja o grau de escolaridade, concordam que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC.

A observação dos resíduos ajustados permite-nos verificar que não existe nenhum resíduo ajustado menor que -1,96, nem maior que 1,96, pelo que os valores encontrados não suportam a informação que houve significativamente mais ou menos casos do que seriam esperados caso não houvesse associação entre as variáveis.

No que concerne à independência entre as variáveis, o valor de p , $p = 0,269 > 0,05$, aponta para a não rejeição de H_0 . Deste modo, podemos concluir que a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários é independente do grau de escolaridade dos inquiridos.

Posteriormente, avaliamos a eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários, em função do número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice III | 5.4.).

A partir da análise dos resultados concluímos que qualquer que seja o número de anos de profissão de TOC, a maioria dos inquiridos concorda que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC. Mais uma vez, pela análise dos resíduos constatamos que os valores dos resíduos ajustados não suportam a informação que houve significativamente mais ou menos casos do que seriam esperados caso não houvesse associação entre as variáveis.

No que respeita à relação de independência entre as variáveis, o valor de $p=0,931>0,05$, aponta claramente para a não rejeição de H_0 . Podemos, assim, inferir que a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários é independente do número de anos de exercício de profissão do respondente.

No sentido de avaliarmos se existe, ou não, diferenças estatisticamente significativas na proporção de inquiridos nas diferentes categorias, efetuámos o teste de aderência do qui-quadrado. Para tal, foi testada a seguinte hipótese nula (H_0): A proporção de respostas para a questão “Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC?” é igual nas três opções de resposta. Por outro lado, como hipótese alternativa (H_1) temos: Existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

Tabela 29 | Preocupação dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC?

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Sim	95	69,3	25,7
Não	66	69,3	-3,3
Sem opinião	47	69,3	-22,3
Total	208		

Teste	(P39.)
Coefficiente do qui-quadrado (χ^2)	16,856 ^a
Graus de liberdade (df)	2
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (,0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 69,3.

Pela observação dos quadros anteriormente expostos concluímos que o valor do teste autoriza a rejeição de H_0 ($\chi^2=16,856$, $p=,000$), o que significa que as frequências esperadas (69,3) distinguem-se significativamente das frequências observadas, em cada uma das três opções de resposta. Concluindo-se, assim, que a opinião dos inquiridos dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter desencadeado nos TOC uma preocupação acrescida na forma como interagem com os empresários, não se distribui de forma igualitária pelas quatro opções de resposta, sendo que a resposta “Sim” é a que representa o maior número de inquiridos (95).

2.6. | Análise da eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter obrigado os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade onde presta serviços, em função das variáveis sociodemográficas

Passaremos, de seguida, à análise da eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter obrigado os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade onde presta serviços (variável nominal com três categorias: sim, não e não sei) e o sexo dos inquiridos (Apêndice III | 6.1.).

Os resultados encontrados mostram que a maioria dos inquiridos, tanto do sexo feminino (56, 26,9% do total) como do sexo masculino (97, 46,6% do total) concordam que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços.

A apreciação dos resíduos ajustados permite-nos concluir que os valores encontrados não sustentam a informação que existe significativamente mais ou menos casos dos que seriam esperados, caso as variáveis não estivessem associadas.

No sentido de averiguarmos a possível relação de independência entre as variáveis realizámos o teste de qui-quadrado de independência. O resultado do teste ($p=0,311>0,05$) conduz à não aceitação de H_0 , podendo concluir-se que a opinião dos inquiridos quanto à adoção do SNC ter obrigado os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade onde presta serviços é independente do respondente ser homem ou mulher.

O estudo da eventual relação entre a opinião dos inquiridos relativamente à adoção do SNC ter obrigado os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade onde prestam serviços e a idade dos inquiridos (Apêndice III | 6.2.) conduz-nos a conclusões idênticas às encontradas no cruzamento anterior, uma vez que, também neste cruzamento, verificámos, por um lado, que a maioria dos inquiridos, qualquer que seja a faixa etária a que pertencem, concordam que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços e, por outro, que não existem resíduos ajustados menor que -1,96, nem maior que 1,96 e, com tal, não existe nenhuma célula com evidências de associação entre as duas variáveis.

Passaremos, agora, à análise da eventual relação entre opinião dos inquiridos relativamente à adoção do SNC ter obrigado os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade onde prestam serviços e o grau de escolaridade dos inquiridos (Apêndice III | 6.3.).

Os resultados alcançados possibilitam verificar que a maioria dos inquiridos, independentemente do grau de escolaridade que possuem, concordam que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços. É de salientar que existe número elevado de inquiridos com licenciatura que considera que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços (57,1%). Os valores dos resíduos ajustados não permitem identificar nenhuma célula com evidências de associação entre as duas variáveis, dado não existir nenhum resíduo menor que -1,96 e/ou maior que 1,96.

No que respeita à eventual relação entre opinião dos inquiridos relativamente à adoção do SNC ter obrigado os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade onde presta serviços e o número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice III | 6.4.), os resultados mostram que a maioria dos inquiridos, qualquer que seja o número de anos de profissão que possuam, concorda que a adoção do SNC requer que dos TOC um conhecimento mais aprofundado da atividade da entidade em que prestam os seus serviços.

O valor do resíduo ajustado positivo (2,0) respeitante aos TOC com 11 a 20 anos de experiência profissional que consideram que o SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade onde prestam serviços, informa-nos, por uma lado, que os valores observados foram significativamente mais elevados do que os esperados e, por outro que existe relação entre as duas variáveis.

Com a pretensão de aferirmos se existe, ou não, diferenças estatisticamente significativas na proporção de inquiridos nas diferentes categorias, efetuámos o teste de aderência do qui-quadrado.

Tabela 30 | A adoção do SNC e o melhor conhecimento da atividade da entidade em que os TOC prestam os seus serviços – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços?

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Sim	153	69,3	83,7
Não	31	69,3	-38,3
Sem opinião	24	69,3	-45,3
Total	208		

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

Teste	(P42.)
Coefficiente do qui-quadrado (χ^2)	151,798 ^a
Graus de liberdade (df)	2
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (.0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 69,3.

A hipótese nula (H_0) admite que a proporção de respostas é igual nas três opções de resposta, enquanto a H_1 testa se existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

Os resultados do teste apontam para a rejeição de H_0 ($\chi^2=151,798$, $p=0,000$), pelo que os 69,3 distinguem-se significativamente as frequências observadas em cada uma das três opções de resposta. Constata-se, desta forma, que a proporção de inquiridos que possuem uma determinada opinião quanto à adoção do SNC obrigar os TOC a conhecerem melhor a entidade em que prestam os seus serviços não é mesma nas três opções de resposta. A opção de resposta que concentra um maior número de inquiridos diz respeito à opção “Sim” (153).

2.7. | Análise da eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto ao facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarretar uma maior subjetividade por parte dos TOC, em função das variáveis sociodemográficas

Interessa-nos, agora, estudar a eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto ao facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarretar uma maior subjetividade por parte dos TOC (variável nominal com três categorias: sim, não e sem opinião) e o sexo dos inquiridos (Apêndice III | 7.1.).

A partir observação dos resultados obtidos verificamos que a maioria dos inquiridos do sexo feminino (46, 22,1% do total) e do sexo masculino (92, 44,2% do total) partilha da opinião que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC.

Os valores dos resíduos ajustados indicam que não existe relação entre as variáveis, dado nenhum resíduo se situa abaixo de -1,96, nem acima de 1,96.

No mesmo sentido aponta o resultado do teste do qui-quadrado de independência, uma vez que o valor $p=0,615>0,05$, conduz à não rejeição de H_0 . Podemos, assim, concluir que a resposta à pergunta “No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?” não depende do sexo dos respondentes.

Se, por outro lado, analisarmos a eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto ao facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarretar uma maior subjetividade por parte dos TOC e a idade dos inquiridos (Apêndice III | 7.2.), chegamos a conclusões idênticas às encontradas no cruzamento anterior. Efetivamente, pela análise dos resultados alcançados constatamos que, tal como aconteceu no cruzamento anterior, a maioria dos inquiridos, independentemente da faixa etária a que pertencem, concordam que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC. Por outro lado, se avaliarmos os valores dos resíduos ajustados, podemos aferir que a célula que possui o maior resíduo

(2,3) é referente aos TOC que pertencentes à faixa etária [35, 45] que consideram que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas não acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC. O valor positivo do resíduo (2,3) indica que as duas variáveis estão relacionadas e que os valores observados foram significativamente maiores do que os esperados.

De seguida, procedemos à avaliação da eventual relação entre a opinião dos inquiridos quanto ao facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarretar uma maior subjetividade por parte dos TOC, em função do grau de escolaridade dos inquiridos (Apêndice III | 7.3.).

Através da análise dos resultados constatamos que as conclusões apontam no mesmo sentido das encontradas nos dois cruzamentos anteriores, uma vez que, também neste, apurámos que a maioria dos inquiridos, independentemente do grau de escolaridade que possuam, concordam que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC. Todavia, existe um número considerável de inquiridos com licenciatura que consideram que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas não acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC (61,5%).

Pela análise dos resíduos ajustados verificamos que os valores encontrados não são suportam a informação que existem significativamente mais ou menos casos dos que seriam esperados, caso as variáveis fossem independentes.

Passaremos, agora, à avaliação da relação entre a opinião dos inquiridos quanto ao facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarretar uma maior subjetividade por parte dos TOC e o número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice III | 7.4.).

Mais uma vez é possível verificar que a maioria dos inquiridos, qualquer que seja o número de anos de exercício da profissão de TOC, concordam que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC. Salienta-se que existe um número considerável de inquiridos com 11 a

20 de experiência profissional que consideram que o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas não acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC (40,7%).

A observação dos resíduos ajustados não permite retirar nenhuma conclusão quanto à relação entre as duas variáveis.

Pretende-se, de seguida, averiguar se existe, ou não, diferenças estatisticamente significativas na proporção de inquiridos nas diferentes categorias, para tal, foi mais uma vez utilizado o teste de aderência à distribuição uniforme (teste do qui-quadrado).

Tabela 31 | SNC por assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta ou não uma maior subjetividade por parte dos TOC – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Sim	138	69,3	68,7
Não	28	69,3	-41,3
Sem opinião	42	69,3	-27,3
Total	208		

Teste	(P48.)
Coeficiente do qui-quadrado (χ^2)	103,423 ^a
Graus de liberdade (df)	2
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (,0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 69,3.

Para a realização do teste constitui-se a seguinte hipótese nula (H_0): A proporção de respostas para a questão “No seu entender o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade?” é igual nas três opções de resposta, contra a hipótese alternativa (H_1): Existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

O resultado do teste conduz à rejeição de H_0 ($\chi^2=151,798$, $p=0,000$), pelo que as frequências esperadas (69,3) distinguem-se significativamente das frequências observadas em cada uma das três opções de resposta. Desta forma, podemos concluir que a proporção de inquiridos que possuem uma determinada opinião relativamente ao facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarretar uma maior subjetividade não é a mesma nas três opções de resposta. Destaca-se que a resposta “Sim” é a que representa o maior número de inquiridos (138).

2.8. | Análise da eventual relação entre se os inquiridos notaram algum incremento na qualidade da informação contabilística com adoção do SNC, em função das variáveis sociodemográficas

Interessa-nos, agora, avaliar a eventual relação entre se os inquiridos notaram algum incremento na qualidade da informação contabilística com adoção do SNC (variável ordinal com quatro categorias: pouco ou nada significativo, nem muito, nem pouco significativo, significativo ou muito significativo e sem opinião) e o sexo dos inquiridos (Apêndice III | 8.1.).

Ao analisarmos os resultados verificamos que a resposta mais assinalada para os inquiridos do sexo feminino (25, 12% do total), bem como para os do sexo masculino (48, 23,1% do total) foi “pouco ou nada significativo” (73 respondentes, correspondente a 29,3% do total). Em seguida, temos a resposta “significativo ou muito significativo”, assinalada por 21 inquiridos do sexo feminino (10,1% do total) e por 40 inquiridos do sexo masculino (9,6% do total).

A observação dos resíduos ajustados possibilita-nos verificar que não existe nenhuma evidência de relação entre as duas variáveis em questão.

Relativamente à relação de independência entre as variáveis, o resultado do teste do qui-quadrado aponta claramente para a não rejeição de H_0 ($p=0,999>0,05$). Assim, conclui-se que as respostas dadas a esta questão não dependem do sexo do inquirido.

No que respeita ao estudo da possível relação entre se os inquiridos notaram algum incremento na qualidade da informação contabilística com adoção do SNC, em função da idade dos inquiridos (Apêndice III | 8.2.), os resultados mostram que a resposta mais assinalada para os inquiridos da faixa etária [35,45] (26, 12,8% do total) e [57, 67] (17, 8,4% do total) foi “pouco ou nada significativo”(70 respondentes correspondente a 34,5% do total). Em seguida a resposta “significativo ou muito significativo” foi a mais assinalada para os inquiridos de [46, 56] (23, 11,3% do total).

Pela análise dos resíduos ajustados conclui-se que a célula respeitante aos TOC com 46 até 56 anos de idade que consideram que o incremento na qualidade da informação contabilística, com a adoção do SNC, foi significativo ou muito significativo, é o que apresenta o maior resíduo ajustado (2,5), o que indica que os valores observados (23) foram significativamente superiores ao esperados (16) e que existe evidência de relação entre as duas variáveis em estudo.

No que concerne à relação de independência entre as variáveis, o resultado do teste do qui-quadrado conduz à não rejeição de H_0 . Podemos, deste modo, aferir que as respostas dadas à questão “Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?” não dependem da idade do respondente.

De seguida, procedemos à análise da eventual relação entre se os inquiridos notaram algum incremento na qualidade da informação contabilística com adoção do SNC e o grau de escolaridade dos inquiridos (Apêndice III | 8.3.).

A leitura dos resultados permite-nos apurar que existe um número elevado de inquiridos com licenciatura que consideram que o incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras, com a aplicação do SNC, foi significativo ou muito significativo (65,5%). Verificamos, igualmente, que o número de inquiridos com

grau de escolaridade inferior ao ensino secundário completo e com o ensino secundário completo que consideram que o incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras, com a aplicação do SNC, não foi nem muito, nem pouco significativo é igual (18,6%).

Pela análise dos resíduos ajustados verificamos que o maior resíduo diz respeito aos TOC que não têm opinião quanto à adoção do SNC ter acarretado algum incremento na qualidade da informação contabilística (2,5). O valor positivo informa que os valores observados (13) foram significativamente maiores do que os esperados (7,5).

Posteriormente, averiguamos a eventual relação entre se os inquiridos notaram algum incremento na qualidade da informação contabilística com adoção do SNC e o número de anos de exercício da profissão de TOC (Apêndice III | 8.4.).

De forma análoga aos cruzamentos analisados anteriormente, as respostas mais assinaladas à pergunta “Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?”, correspondem às opções “pouco ou nada significativas” e “significativo ou muito significativo”, nomeadamente para os inquiridos com 1 a 10 anos de experiência profissional e para os inquiridos com 11 a 20 anos de exercício da profissão de TOC.

Constata-se, a partir da análise dos resíduos ajustados, que a célula correspondente aos TOC que têm entre 31 a 40 anos que consideram que o incremento na qualidade da informação contabilística foi significativo ou muito significativo é a que apresenta o menor resíduo ajustado (-2,0), pelo que os valores observados (3) foram inferiores aos esperados (7,3).

Por fim, procedemos ao teste de aderência do qui-quadrado no sentido de averiguar se existe, ou não, diferenças estatisticamente significativas na proporção de inquiridos nas diferentes categorias.

Tabela 32 | SNC e o incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras – frequências e teste de aderência do qui-quadrado

Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?

Sumário do teste de aderência do qui-quadrado

	N Observado	N Esperado	Valor residual
Pouco ou nada significativo	73	52,0	21,0
Nem muito, nem pouco	43	52,0	-9,0
Significativo ou muito significativo	61	52,0	9,0
Sem opinião	31	52,0	-21,0
Total	208		

Teste	(P48.)
Coefficiente do qui-quadrado (χ^2)	20,077 ^a
Graus de liberdade (df)	3
Valor de prova (p)	,000

a. 0 cells (,0%) have expected frequencies less than 5. The minimum expected cell frequency is 52,0.

A hipótese nula (H_0) admite que a proporção de respostas para a questão “ Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas demonstrações financeiras?” é igual nas quatro opções de resposta, enquanto a hipótese alternativa (H_1) testa se existe pelo menos uma das opções de resposta em que a proporção de resposta é diferente.

O valor do teste do qui-quadrado ($\chi^2= 20,077$, $p= 0,000$) conduz à rejeição de H_0 , o que significa que as frequências esperadas (52) distinguem-se significativamente das frequências observadas nas três opções de resposta. Podemos, deste modo, concluir que a proporção de inquiridos que possuem uma determinada opinião relativamente ao possível incremento na qualidade da informação contabilística, com adoção do SNC, não é mesma nas quatro opções de resposta, sendo que a resposta “Pouco ou nada significativo ” é a que centraliza o maior número de inquiridos (73).

CONCLUSÃO

A realização do estágio curricular constituiu uma experiência muito enriquecedora, uma vez que possibilitou a aplicação e aquisição de conhecimentos, assim como o contacto com a realidade empresarial e um conhecimento mais profundo do trabalho desenvolvido dentro de um gabinete de contabilidade.

A adoção do SNC, a partir de 1 de janeiro de 2010, marca o início de uma viragem na profissão do TOC em Portugal. Na sua essência estão alterações significativas relativamente ao anterior sistema normativo, as quais tornaram a profissão de TOC mais exigente.

A adoção do SNC está intimamente ligada à necessidade de compreensibilidade e comparabilidade do relato financeiro tanto a nível internacional, como nacional.

O SNC introduziu pela primeira vez o regime contraordenacional com abrangência a todas as entidades que sejam obrigadas a aplicar o SNC. O referido regime sancionatório tem como pretensão dissuadir os órgãos de gestão de distorcer a informação contabilística divulgada. Na preparação das demonstrações financeiras o órgão de gestão deve garantir o respeito pelas principais características qualitativas da informação (compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade), bem como a aplicação das normas contabilísticas apropriadas, para que as demonstrações financeiras reflitam uma imagem verdadeira e apropriada (§ 46 EC) e sejam úteis na tomada de decisões dos principais destinatários.

As alterações introduzidas nos mais diversos níveis, com a adoção do SNC, implicaram o surgimento de um profissional mais conhecedor do negócio dos seus clientes e com maior preocupação em atualizar os seus conhecimentos profissionais.

A adoção do SNC teve impacto direto na necessidade de revisão do EOTOC, através do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro. A revisão do estatuto veio alargar as funções do TOC e, conseqüentemente desencadear uma maior responsabilidade técnica e profissional dos TOC.

O presente trabalho procurou, a partir dos resultados obtidos no estudo empírico, retratar a profissão de TOC em Portugal após a adoção do SNC.

Relativamente às características dos TOC da nossa amostra, os resultados permitiram-nos verificar que a nossa amostra é constituída por 150 TOC do sexo masculino e 91 TOC do sexo feminino. A idade média dos respondentes é aproximadamente de 48 anos e, na sua maioria, possuem licenciatura. Relativamente ao número de anos de exercício de profissão, verificámos que, os TOC exercem, em média, a profissão há aproximadamente 18 anos. Os TOC possuem, em média, uma carteira de clientes composta por 12 entidades e, na sua maioria, exercem a profissão através da modalidade de *outsourcing* (64,9%).

Os resultados evidenciaram que os TOC que afirmaram não ter aumentado os honorários quando começaram a elaborar a contabilidade de acordo com o SNC (199), 147 justificaram essa decisão com o motivo: “Houve acréscimo de trabalho, mas as dificuldades financeiras do país não permitiram que os clientes pudessem pagar mais honorários/salários”.

Constatámos, igualmente, que a maioria dos TOC (65,1%) consulta com pouca frequência o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas e atribuem maior importância ao princípio da responsabilidade.

Segundo os TOC da nossa amostra, 48,1% (100) dos TOC já se deparou com um comportamento menos ético por parte dos seus colegas de profissão. Porém existe uma percentagem significativa, 37,5% (78), que afirma nunca ter presenciado esse tipo de comportamento.

A esmagadora maioria (78,3%) considera que a revisão do EOTOC atribui aos TOC demasiadas responsabilidades. Resultados que confirmam a opinião proferida por Guimarães (2010b: 38).

Verificámos que são os TOC do sexo masculino, que mais consideram que as novas exigências profissionais são nem muito, nem pouco significativas. Todavia, a generalidade dos TOC consideram-se adequadamente preparados para essas novas exigências (53,8%). Reorientação dos conhecimentos (133 vezes), reforço das responsabilidades (120 vezes) e papel mais interventivo no processo de tomada de decisão (42 vezes) foram as novas exigências profissionais mais assinaladas pelos inquiridos.

Os resultados evidenciam, igualmente, que a maioria dos TOC considera que adoção do SNC acarreta uma maior subjetividade, porém existe um número considerável de inquiridos com licenciatura (61,5%) e com 11 a 20 anos de exercício da profissão de TOC (40,7%) com opinião contrária. Os ativos foram os elementos das demonstrações financeiras mais assinalados pelos inquiridos como tendo o maior risco de subjetividade (77 vezes).

Gestão Financeira, Economia e Direito foram as áreas que reuniram maior unanimidade como áreas importantes para preparação de informação útil para a tomada de decisão.

Verificou-se, também, que os TOC concordam que com a aplicação do SNC necessitam de dedicar mais atenção à empresa e aos seus responsáveis e estarem mais atentos às necessidades específicas da entidade. Constatou-se que independentemente das características dos inquiridos a maioria considera que o SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a entidade em que prestam serviços. Os dados revelaram, igualmente, que a esmagadora maioria (77,9%) afirma ter necessidade de recorrer a mais meios para o esclarecimento de dúvidas e de ações de formação (80,8%). A *internet* e as ações de formação são os principais meios utilizados pelos TOC quando surgem dúvidas profissionais ou quando pretendem atualizar os seus conhecimentos profissionais. É de destacar que 48,1% concorda que o SNC veio desencadear um aumento da partilha, de conhecimentos e interajuda entre as várias áreas profissionais. O que se revela particularmente importante para a construção de um profissional com conhecimentos mais sólidos e abrangentes.

Observámos que a área das finanças, para além de aparecer no terceiro lugar do topo das dificuldades dos inquiridos é a área mais assinalada para reforço da formação.

Os resultados encontrados apontam para uma profissão de TOC mais exigente tecnicamente, talvez por este motivo a maioria dos TOC, independentemente das suas características, tenha manifestado a vontade, se pudesse optar, continuar a utilizar o POC, ao invés do SNC. Todavia, a diferença de proporção de respostas no que respeita à preferência pelo POC relativamente ao SNC não é estatisticamente significativa.

Destaca-se que os resultados revelaram, ainda, que a maioria dos TOC afirma desconhecer a formação oferecida pelas instituições de ensino superior, dados que podem direcionar as instituições a repensar nos meios que utilizam para sua divulgação.

O presente trabalho pode revelar-se especialmente útil por um lado, para a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, uma vez que proporciona uma visão do estado da profissão, após a introdução do SNC e, por outro para os próprios profissionais, na medida em que lhes fornece informação sobre o que pensam os seus colegas de profissão do SNC e os meios que utilizam para a sua permanente atualização. De salientar que desconhecem-se estudos empíricos sobre os eventuais impactos na profissão do TOC decorrentes da aplicação do SNC, razão que deve ser justificada pela novidade do tema. Por este motivo, consideramos que a presente investigação oferece igualmente um contributo para a literatura, possibilitando aos académicos e investigadores um levantamento das eventuais necessidades de formação apontadas pelos inquiridos e um maior conhecimento sobre a profissão de TOC.

As principais limitações do trabalho prendem-se, por um lado, com a extensão do questionário, que poderá ter levado à desmotivação do seu preenchimento e, por outro, por ter sido apenas aplicado aos TOC que participaram nas reuniões livres.

Uma das propostas de investigação futura seria ajustar o questionário de forma a possibilitar a sua aplicação aos gerentes/administradores das entidades, tendo em vista a confrontação dos resultados.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Maria C. G.; Antunes, Eduardo, C. (2010) “A implementação das normas internacionais de relato financeiro na Europa – uma análise dos casos polaco e português” *Revista del Instituto de Costos*. http://www.revistaiic.org/articulos/num6/articulo2_esp.pdf [18 de março de 2012].

Alves, Sandra (2010). “Novas exigências só podem ser compensadas com formação” *Revista TOC*. 121, 6-12.

APECA: Associação Portuguesa de Entidades de Contabilidade e Administração “Sugestões à Proposta de lei n.º 276/X (4ª) que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas” <http://www.docstoc.com/docs/7644400/APECA-SUGESTOES-ESTATUTO> [13 de abril de 2012].

Armstrong, Mary B.; Ketz, J.E.; Owswn, Dwight (2003) “Ethics education in accounting: moving toward ethical motivation and ethical behavior” *Journal of Accounting Education*. 21(1), 1-16. [http://dx.doi.org/10.1016/S0748-5751\(02\)00017-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0748-5751(02)00017-9) [06 de maio de 2012].

Antão, Avelino (2009) “A confiança é o core business dos TOC” *Revista TOC*. 109, 6-12.

Azevedo, António D. (2001) “Ética e deontologia” *Revista TOC*. 15, 24-25.

Azevedo, António D. (2009a, 7 de julho) “Estamos perante uma verdadeira revolução contabilística em Portugal” *Diário de Aveiro*, 4-6. <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/DiarioAveiro7Julho.pdf> [10 de dezembro de 2012].

Azevedo, António D. (2009b, 24 de novembro) “Sistema de Normalização Contabilística – Uma fonte de esperança” *Jornal de Notícias*, <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/JornalNegocios24Novembro.pdf> [22 de maio de 2012].

Azevedo, António D. (2009c) “Técnicos Oficiais de Contas são uma classe emergente” *Revista TOC*. 116, 8-15.

Azevedo, António. D. (2010) “O TOC tem de ser o parceiro mais próximo do empresário” *Revista TOC*. 120, 6-12.

Azevedo, António. D. (2011a) “Um único rumo” *Revista TOC*. 135, 24-25.

Azevedo, António. D. (2011b) “Valeu a pena. Obrigada!” *Revista TOC*. 140, 46-47.

Barroca, Célia A. (2011) *Subsídios do governo no âmbito do SNC – NCRF 22*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade – Ramo Auditoria. Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/5995> [15 de março de 2012].

Barros, António C. (2009) “O Novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC)” *Jornal de Contabilidade*. 340-341

Borges, António; Rodrigues, Azevedo; Rodrigues, Rogério (2010). 25ª Edição. *Elementos de Contabilidade Geral*. Lisboa: Áreas Editora

Brás, Filomena A. (2010) “O impacto do SNC na análise financeira” *Revista Contabilidade & Empresas*. 2, 10-16.

Carmona, Salvador; Trombetta, Marco (2008) “On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: The logic and implications of the principles-based system” *Journal of Accounting and Public Policy*. 27(6). 455-461. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.003

Carrapiço, Jorge (2009) “Balancete inicial – Procedimentos e regularizações (Parte I)” *Vida Económica*, <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/VidaEconomica6MarcoI.pdf> [12 de fevereiro de 2012]

CNC: Comissão de Normalização de Contabilística “Observatório CNC 2011” http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/Conferencia2011/Painel_1_Dr_Pedro_Aleixo_Dias.pdf [28 de maio de 2012]

Correia, Luísa A. (2009) “SNC vs POC – Uma primeira abordagem” *Revista Revisores & Auditores*. 46, 28-36

Costa, Carlos B. (2010). 9ª Edição. *Auditoria Financeira – Teoria e Prática*. Lisboa: Rei dos Livros

Costa, Carlos B.; Alves, Gabriel C. (2005). 5ª Edição. *Contabilidade Financeira*. Lisboa: Publisher Team

Costa, Célia C. (2011) *Estudo Exploratório sobre a Perceção que os Administradores têm dos Contabilistas*. Relatório de Estágio de Mestrado em Contabilidade. Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/17508> [08 de maio de 2012]

Cruz, Manuel, M. (2011) “A profissão e o ensino” *Revista TOC*. 141, 54-57.

Daske, Holger; Hail, Luzi; Leuz, Christian; Verdi, Rodrigo (2008) “Mandatory IFRS Reporting Around the World: Early Evidence on the Economic Consequences”. *The University of Chicago Graduate School of Business Working Paper* 12. Chicago. <http://ssrn.com/abstract=1024240> [02 de abril de 2012].

Dellaportas, Steven; Davenport, Laura (2008) “Reflections on the public interest in accounting” *Critical Perspectives on Accounting*. 19(7), 1080-1098. doi:10.1016/j.cpa.2007.06.002.

Diaconu, Paul (2007) “Impact of Globalization on International Accounting Harmonization” *Bucharest Academy of Economic Studies*, <http://ssrn.com/abstract=958478> [15 de março de 2012].

Duarte, Paulo (2009) “Reforço da imagem de marca dos TOC – adicionar valor à profissão” *Revista TOC*. 106, 28-29.

Farinha, José P. (2009) “SNC – Oportunidades e desafios na mudança: estaremos preparados?” *Revista TOC*. 115, 39-41.

Franco, Paula; Roque, Pedro (2009) “O novo Sistema de Normalização Contabilística” *Revista TOC – Edição Especial SNC*. 47-53.

Franco, Paula; Silva, Amândio (2010) “A importância do anexo no SNC” *Jornal de Notícias*, <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/JornalNegocios4Janeiro.pdf> [16 de maio de 2012].

Gomes, J. & Pires, J. (2011). 4ª Edição. *SNC Sistema de Normalização Contabilística – Teoria e Prática*. Porto: Vida Económica.

Gonçalves, Cristina; Carreira, Francisco (2012) *O comportamento Ético e o Profissional de Contabilidade*. Lisboa: Áreas Editora.

Guerreiro, Marta S.; Rodrigues, Lúcia, L.; Craig, Russel (2012). “Factors influencing the preparedness of large unlisted companies to implement adapted International Financial Reporting Standards in Portugal” *Journal of International Accounting, Auditing and*

Taxation. 21(2), 169-184. <http://dx.doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2012.07.006> [26 julho de 2012].

Guimarães, Joaquim F.C. (2010a) “Análise de alguns aspetos conceituais do SNC”. *Revista Revisores & Auditores*. 48, 30-40
<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/48/Contabilidade.pdf> [26 fevereiro de 2012].

Guimarães, Joaquim F.C. (2010b) “Com o SNC, um novo TOC”. *Revista TOC*. 121, 34-45.

Guimarães, Joaquim F.C. (2011a) “As perdas por imparidade em dívidas a receber (POC/SNC e CIRC)” in *Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Porto: Vida Económica, 101-116.

Guimarães, Joaquim F.C. (2011b) “O Sistema de Inventário Permanente (POC vs SNC e CIRC)” in *Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal*. Porto: Vida Económica, 243-257.

Hall, Matthew (2010) “Accounting information and managerial work” *Accounting, Organizations and Society*. 35(3), 301-315. doi:10.1016/j.aos.2009.09.003.

Heidhues, Eva; Patel, Chris (2009) “IFRS and exercise of accountants professional judgments: Insights and concerns from a German perspective” in *Illinois International Accounting Symposium*. Taipei, Taiwan 21-23 de junho de 2010, http://www.learningace.com/doc/2502069/c70779a4adcca39f6adc449589082a18/heidhues_patel [17 janeiro de 2012].

Houqe, Muhammad N.; Van Zijl, Tony; Dunstan, Keitha; Karim, A.K.K.W. (2012) “The Effect of IFRS Adoption and Investor Protection on Earnings Quality Around the World”

The International Journal of Accounting. 47(3), 333-355.
doi:10.1016/j.intacc.2012.07.003.

Iatridis. George (2010) “International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information” *International Review of Financial Analysis*. 19(2), 193-204. doi:10.1016/j.irfa.2010.02.004.

INE: Instituto Nacional de Estatística, I.P. “Empresas em Portugal: 2010”, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=143261137&PUBLICACOESmodo=2 [21 de agosto de 2012].

Joshi, P.L.; Bremser, Wayne G.; Al-Ajmi, Jasim (2008) “Perceptions of accounting professionals in the adoption and implementation of a single set of global accounting standards: Evidence from Bahrain” *Advances in Accounting*. 24(1), 41-48. doi:10.1016/j.adiac.2008.05.007.

Kremer, Maria E. P. (2001) “Ética, sigilo e o profissional contábil” *Contabilidade Vista e Revista*, <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=197018321003> [17 de abril de 2012].

Lobo, Carlos (2009). “Passagem a Ordem é o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela CTOC”. *Revista TOC*. 110, 6-12

Marques, Paulo (2012) “A importância do Anexo no SNC” *Revista TOC*. 145, 36-43

Matos, Hélder A. P. *A Adoção do Sistema de Normalização Contabilística e o seu Impacto nas Demonstrações Financeiras*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/383> [17 de abril de 2012].

Nabais, Carlos; Nabais, Francisco. (2010) *Prática contabilística de acordo com o SNC*. Lisboa: Lidel.

Napier, Christopher J. (2006) “Accounts of change: 30 years of historical accounting research” *Accounting, Organizations and Society*. 31 (4-5), 445–507. doi:10.1016/j.aos.2005.12.00.

Nunes, Leoner C. F.; Serrasqueiro, Zélia, M. S. (2004) “A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas” *Revista Contabilidade & Finanças –USP*. <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=257119538005> [19 de março de 2012].

Nunes, Marco V. (2010) *Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – Anotado*. Porto: Vida Económica.

Pestana, Maria H.; Gageiro, João N. (2008). 5ª Edição. *A análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Silabo.

Pinheiro, Mário J. V.; Lopes, Ilídio T. (2012) “A Qualidade da Informação Contabilística Antes e Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O Caso Português” *Revista Contabilidade & Gestão – Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*. 13, 9-48.

Pires, Amélia M. M.; Rodrigues, Fernando J. P. A. (2008) “O impacto da adopção das NIC/NIRF nas micro e PME’s portuguesas” *In XIII Encuentro AECA – Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas: Contabilidade rumo ao futuro!*. Aveiro 25-26 de setembro de 2008, <http://hdl.handle.net/10198/1455> [08 de abril de 2012].

PWC (2009) “A adoção do Sistema de Normalização Contabilística – A caminho da convergência internacional” *Corporate Governance & Reporting*, <http://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf> [25 de maio de 2012].

Reis, Filipa L. (2010) *Como elaborar uma Dissertação de mestrado – Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Ribeiro, Irina R. P. (2010) *Impacto das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro nas Empresas Portuguesas, de acordo com a perceção dos TOC*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão. <http://hdl.handle.net/10400.5/2927> [2 de abril de 2012].

Rodrigues, Ana M. G. (2010) “Prestação de Contas e o Regime Especial de Inabilidade das Deliberações Previstas no art. 69.º do CSC” in *Miscelâneas do Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET)*. Coimbra: Almedina, 95-183.

Rodrigues, Ana M. G. (2012) “Relato contabilístico não deve ser condicionado” *Revista TOC*. 143, 6-13

Rodrigues, João (2010) *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, Lúcia L. (2010) “A adoção pela primeira vez do SNC – A norma contabilística e de relato financeiro 3 (NCRF 3)” *Revista TOC – Edição Especial SNC*. 31-36.

Santos, Albano (2000) “A ética e a profissão” *Revista TOC*. 4, 54-56.

Shortridge, Rebecca T.; Smith, Pamela A. (2009). “Understanding the changes in accounting thought” *Research in Accounting Regulation*. 21(1), 11-18. doi:10.1016/j.racreg.2008.11.010.

Silva, Gonçalves (1933) “Qualidades Fundamentais do Guarda-Livros” *Revista de Contabilidade e Comércio*. 1(2), 97-98.

Scorte, C. M., Cozma, A. & Rus, L. (2009) “The importance of accounting information in crisis times” *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*. 11(1), 194-200, <http://www.oeconomica.uab.ro/upload/lucrari/1120091/18.pdf> [08 de novembro de 2011].

Vicente, Célia C. S.; Machado, Maria J.; Laureano, Raul M. S. (2012) “A importância das funções dos contabilistas na perspetiva dos TOC e dos responsáveis financeiros das empresas” in *XV Encuentro AECA – Nuevos Caminhos para Europa: El papel de las Empresas Y Gobiernos*. Ofir 20-21 de setembro de 2012.

APÊNDICES E ANEXO

Apêndice I | Questionário



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Este estudo surge no âmbito de um relatório de estágio de Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues. O objetivo deste questionário é avaliar as eventuais mudanças ocorridas na profissão do Técnico Oficial de Contas (TOC) resultantes da adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O questionário demora cerca de 30 minutos a ser preenchido e é composto por cinco partes.

Os resultados obtidos têm como única finalidade a investigação, facto pelo qual se assegura a total confidencialidade dos respondentes.

Desde já, agradeço a sua disponibilidade para responder às questões colocadas.

Questionário Anónimo

SNC: Uma viragem na profissão do TOC em Portugal?

I - Informação sobre o inquirido:

1. **Sexo:** Feminino Masculino

2. **Idade:**

3. **Grau de escolaridade:**

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Inferior ao 2.º ciclo do ensino básico completo | <input type="checkbox"/> Licenciatura |
| <input type="checkbox"/> 2.º Ciclo do ensino básico completo (6.º ano) | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> 3.º Ciclo do ensino básico completo (9.º ano) | <input type="checkbox"/> Doutoramento |
| <input type="checkbox"/> Ensino secundário completo (12.º ano) | |

4. Atualmente exerce a profissão de TOC? Não (siga para 4.1.) Sim (siga para 4.2.)

4.1. Se respondeu Não, terminou o seu questionário. OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

4.2. Se respondeu Sim, há quantos anos, aproximadamente, exerce a profissão de TOC?

5. Quantos clientes tem, aproximadamente, atualmente?

6. Aumentou os honorários quando começou a elaborar a contabilidade de acordo com o SNC?

Não (siga para 7) Sim (siga para 8)

7. Se não aumentou, não o fez porque: (assinale as razões que lhe parecem ter sido mais relevantes no seu caso concreto):

Não houve acréscimo de trabalho

Não teve que realizar investimentos significativos em novos programas informáticos

Houve acréscimo de trabalho, mas as dificuldades financeiras do País não permitiram que os seus clientes pudessem pagar maiores honorários/salários

Não teve necessidade de despende elevados valores monetários em materiais bibliográficos para estudo

Não aumentou a sua responsabilidade técnica

Outras razões. Quais? _____

Não teve necessidade de despende muito tempo em formação

8. Qual a modalidade em que exerce a profissão de TOC?

Outsourcing (Os serviços de Contabilidade não se encontram integrados na estrutura da empresa cliente)

Integrado (Os serviços de Contabilidade encontram-se integrados na estrutura da empresa cliente)

9. Qual é, em média, a dimensão das empresas com quem trabalha ou onde trabalha? Assinale com um X no primeiro quadrado. Assinale, no segundo quadrado, o número de empresas de cada uma das dimensões com quem trabalha.

N.º
Microentidades (Não ultrapassem dois dos três limites: Total do balanço: 500 000€; volume de negócios líquido de 500 000€; n.º médio de trabalhadores durante o período: 5)

N.º
Pequenas Empresas (Não ultrapassem dois dos três limites: Total do balanço de 1,5 milhões de euros; volume de negócios líquido de 3 milhões de euros; n.º médio de trabalhadores durante o período: 50)

N.º
Médias Empresas (Não ultrapassem dois dos três limites: Total do balanço de 43 milhões de euros; volume de negócios líquido de 50 milhões de euros; n.º médio de trabalhadores durante o período: 250)

N.º
Grandes Empresas (Ultrapassem dois dos três limites: Total do balanço 43 milhões de euros; volume de negócios líquido 50 milhões de euros; n.º médio de trabalhadores: 250)

10. De acordo com a dimensão da(s) entidade(s) em que presta serviços, indique qual o normativo que mais utiliza.

	Regime das Microentidades	NCRF-PE	NCRF GERAIS	IFRS
Microentidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pequenas Entidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Médias Empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Grandes Empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Os contínuos avanços tecnológicos, nomeadamente nos *softwares* de gestão e de contabilidade, constituem uma vantagem ou desvantagem para a profissão?

Desvantagem muito grande Desvantagem Nem vantagem, nem desvantagem
Vantagem Vantagem muito grande Sem opinião

II - O TOC e as relações com os clientes

12. Considera que nas entidades em que presta serviços, a importância do seu trabalho é reconhecida?

Sim, em todas Sim, em muitas Sim, apenas em alguns
Em nenhuns Sem opinião

13. Que tipo de informação contabilística lhe é solicitado, normalmente, por parte do gerente/administrador? (se prestar serviços para mais que uma entidade, responda tendo em conta o comportamento mais frequente de entre os seus vários clientes)

Nenhuma Balancete Balanço Demonstração dos Resultados
Anexo Outras Quais? _____

14. Com que frequência, na generalidade dos casos, lhe é solicitada a informação contabilística por parte do gerente/administrador da (s) entidade (s) para quem presta serviços? (se prestar serviços para mais que uma entidade, responda tendo em conta o comportamento mais frequente de entre os seus vários clientes)

Nunca Mensalmente Trimestralmente Anualmente
Impossível de quantificar

15. Mesmo não lhe sendo solicitado, costuma tomar a iniciativa de facultar os Balancetes mensais ao (s) gerente (s) ou membros do Conselho de Administração? Sim Não

Sem opinião

16. Costuma tomar a iniciativa de facultar outra informação financeira, que não apenas os balancetes mensais, ao (s) gerente (s) ou membros do Conselho de Administração, mesmos quando não lhe são solicitados?

Sim (siga para 17) Não (siga para 18) Sem opinião (siga para 18)

17. Que outro tipo de informação contabilística habitualmente disponibiliza, por sua iniciativa, ao gerente/administrador?

18. Na sua opinião, o gerente/administrador considera a informação contabilística importante para (responda tendo em conta o comportamento mais frequente de entre os seus vários clientes, assinalando um ou mais itens):

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Decisões de financiamento | <input type="checkbox"/> Decisões de fixação de preços |
| <input type="checkbox"/> Decisões de investimento | <input type="checkbox"/> Decisões de distribuição de resultados |
| <input type="checkbox"/> Decisões de gestão de tesouraria | <input type="checkbox"/> Outras. Indique
quais: _____ |

19. Pensa que informação prestada pela contabilidade pós SNC passou a ser mais relevante para o apoio à tomada de decisões? Sim Não Sem opinião

III - Ética e Deontologia Profissional

20. Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?

- Nunca Raramente Regulamente Com muita frequência
Impossível de quantificar

21. Enquanto profissional, qual(is) o(s) princípio(s) que lhe merece(m) maior importância para o exercício da profissão?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Princípio da responsabilidade | <input type="checkbox"/> Princípio da lealdade |
| <input type="checkbox"/> Princípio da confidencialidade | <input type="checkbox"/> Outros.
Quais? _____ |
-

V - O SNC e a profissão de TOC

26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?

SNC POC Porquê? _____

27. Com o SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços?

Sim Não Sem opinião

28. Considera que os principais utilizadores das demonstrações financeiras estão mais satisfeitos com a qualidade do relato financeiro pós-SNC? Sim Não

Sem opinião

29. Considera que os TOC estão conscientes da sua importância para a estrutura empresarial?

Nada conscientes Pouco conscientes Nem muito, nem pouco

Conscientes Muito conscientes Sem opinião

30. Na sua opinião, os TOC estão conscientes da sua importância para o bom funcionamento geral da economia?

Nada conscientes Pouco conscientes Nem muito, nem pouco

Conscientes Muito conscientes Sem opinião

31. Indique qual foi o contributo dos sistemas de informação, em particular dos *softwares* de gestão e de contabilidade, na adoção do SNC:

Irrelevante Facilitou pouco Não facilitou nem muito, nem pouco

Facilitou Facilitou muito Sem opinião

32. A adoção do SNC contribuiu para uma maior partilha de conhecimentos e interajuda entre várias áreas profissionais, nomeadamente, gestão, economia, direito e outras áreas afins? (indique o grau de concordância)

Discordo totalmente Discordo em parte Não concordo, nem discordo

Concordo em parte Concordo Totalmente Sem opinião

33. Na preparação de informação financeira, útil para a tomada de decisões pós-SNC, qual é(são) a(s) área(s) de conhecimento(s) que se revela(m) particularmente importantes?

	Nada Importante	Pouco Importante	Nem muito, nem pouco importante	Importante	Muito importante
Gestão Financeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Economia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Engenharia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram:

Nada significativas Pouco significativas Nem muito, nem pouco
 Significativas Muito significativas Sem opinião

35. Os sistemas com base em princípios, por serem mais flexíveis, causam impacto nas aptidões profissionais implicando conhecimentos sólidos em outras áreas científicas. Do seu ponto de vista qual(ais) a(s) áreas em que sente mais dificuldades?

Direito Economia Gestão Técnicas Atuariais Informática
 Finanças Outras. Quais? _____

36. Quando lhe surgem dúvidas profissionais a que meio recorre para as esclarecer? (pode assinalar um ou mais *itens*, conforme o seu caso concreto):

Internet Colegas de Profissão Ações de Formação
 Revistas da Especialidade Consultório Técnico da OTOC Outros
 Quais? _____

37. Quais são os graus de importância que atribui a cada um dos meios anteriormente considerados?

	Nada Importante	Pouco Importante	Nem muito, nem pouco importante	Importante	Muito importante
<i>Internet</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Colegas de Profissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ações de Formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revistas da Especialidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Consultório Técnico da OTOC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

38. Considera que com o SNC tem necessidade de recorrer a mais meios para o esclarecimento das suas dúvidas? Sim Não Sem opinião

**39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? Sim (siga para 40) Não (siga para 41)
 Sem opinião (siga para 41)**

40. Se respondeu afirmativamente, diga se concorda ou discorda com cada uma das seguintes preocupações:

	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Dar mais atenção à empresa e aos seus responsáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dedicar mais tempo à empresa e aos seus responsáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar mais preocupado com os seus comportamentos empresariais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar mais preocupado com os comportamentos éticos dos responsáveis da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar mais atento às necessidades específicas da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

41. Cada uma das preocupações referidas na questão 40 pode vir a revelar-se mais ou menos importante para si enquanto profissional. Identifique o grau de importância que lhes atribui:

	Nada importante	Pouco importante	Nem muito, nem pouco importante	Importante	Nada importante
Dar mais atenção à empresa e aos seus responsáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dedicar mais tempo à empresa e aos seus responsáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar mais preocupado com os seus comportamentos empresariais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar mais preocupado com os comportamentos éticos dos responsáveis da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estar mais atento às necessidades específicas da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? Sim Não Sem opinião

43. Que outras novas exigências trouxe o SNC aos TOC?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Reorientação dos conhecimentos | <input type="checkbox"/> Maior exposição ao mercado internacional |
| <input type="checkbox"/> Reforço das responsabilidades | <input type="checkbox"/> Papel mais interventivo no processo de tomada de decisão |
| <input type="checkbox"/> Mudança cultural | <input type="checkbox"/> Outras. Quais? _____ |

44. Indique o grau de concordância com a seguinte afirmação: “Atualmente, quando prepara as Demonstrações Financeiras, atende mais às necessidades dos utentes das Demonstrações Financeiras do que no anterior enquadramento contabilístico (POC)”.

- | | | | | | |
|---------------------|--------------------------|---------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Discordo totalmente | <input type="checkbox"/> | Discordo em parte | <input type="checkbox"/> | Não concordo, nem discordo | <input type="checkbox"/> |
| Concordo em parte | <input type="checkbox"/> | Concordo Totalmente | <input type="checkbox"/> | Sem opinião | <input type="checkbox"/> |

45. Na sua perspetiva, qual o grau em que o SNC tem contribuído para a uma maior internacionalização da profissão?

- Nada Pouco Nem muito, nem pouco Muito Não sei

46. Com o SNC pretendia-se atingir, entre outros objetivos, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras a nível internacional. Pensa que esse objetivo foi atingido pós-SNC?

- Sim Não Sem opinião

47. Com os novos normativos (normas IASB-EU, SNC – modelo geral; SNC – modelo reduzido; SNC – modelo ESNL; regime das microentidades (NCM)) pretendia-se atingir, entre outros objetivos, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras a nível nacional. Pensa que esse objetivo foi atingido pós-SNC? Sim Não Sem opinião

48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?

Sim (siga para 49) Não (siga para 50) Sem opinião (siga para 50)

49. Qual o impacto dessa subjetividade implícita em algumas das normas do SNC, na fiabilidade da informação atualmente elaborada e divulgada?

Nenhum Pouco Nem muito, nem pouco Algum Muito
Sem opinião

50. Em que elementos das DF entende ser maior o risco dessa subjetividade?

Ativos Passivos Capital próprio Rendimentos Gastos
Sem opinião

51. Para cada uma das afirmações que se seguem, assinale o grau de concordância:

	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
“A informação preparada com base no novo normativo é <u>mais relevante</u> do que no anterior normativo (POC)”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
“A informação preparada com base no novo normativo é <u>mais fiável</u> do que no anterior normativo (POC)”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
“A informação preparada com base no novo normativo é <u>mais compreensível</u> do que no anterior normativo (POC)”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
“A informação preparada com base no novo normativo é <u>mais comparável</u> do que no anterior normativo (POC)”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?

Nenhum Pouco significativo Nem muito, nem pouco Significativo Muito significativo Sem opinião

53. Sentiu, apesar do reduzido tempo de aplicação do SNC, um aumento do número dos conflitos dos seus clientes com os utilizadores das suas DF? Sim (siga para 54) Não (siga para 55)

54. Com quais dos seguintes utentes se agravou a conflitualidade?

Administração Fiscal Banca Fornecedores e Outros Credores
Com os sócios/acionistas Outros Quais? _____

55. Sente que com o SNC têm maiores necessidades de ações formação do que anterior sistema normativo, POC? Sim (siga para 56) Não (siga para a 57)

56. Identifique o(s) meio(s) a que recorreu para fazer a atualização e reorientar os seus conhecimentos exigidos pelo novo enquadramento (pode assinalar um ou mais *itens*):

Ações de Formação Aquisição de Livros/manuais Internet
Revistas da Especialidade Estudos Pós-Graduados
Congressos da especialidade Outros. Quais? _____

57. Indique o grau de importância que atribui a cada um dos meios anteriormente considerados.

	Nada Importante	Pouco Importante	Nem muito, nem pouco importante	Importante	Muito Importante
Ações de Formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquisição de Livros/manuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>Internet</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização de pós- graduações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Congressos da especialidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

58. Quais as principais ações de formação que frequentou para esse efeito?

Da OTOC Da APOTEC De outras Organizações Profissionais Quais? _____
 _____ Outras. Quais? _____

59. Sente necessidade de cursos especializados para melhorar a sua formação?

Sim (siga para 60) Não (siga para 61)

60. Em que áreas(s) pensa que devia reforçar a sua formação?

Direito Economia Gestão Técnicas Atuariais Informática Finanças
 Outras. Quais? _____

61. Se optasse por reforçar a sua formação, por qual das seguintes ciclos de estudo optaria?

Mestrado Pós-graduação Cursos Livres de Contabilidade
Outros Cursos Livres Quais? _____

62. Conhece a formação que as instituições de ensino superior (Universidades e Institutos Politécnicos) facultam aos eventuais interessados, nomeadamente, aos TOC?

Sim (siga para 63) Não (Terminou a sua resposta ao questionário. OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.)

63. Qual(is) a(s) instituição(ões) de Ensino nacional(is) considera divulgar(em) a melhor formação para os TOC?

TERMINOU A RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

Apêndice II | Análise descritiva univariada

Parte I- Informação sobre o inquirido

Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Feminino	91	37,8%
Masculino	150	62,2%
Total	241	100,0%

Grau de Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa (%)
Inferior ao 2º ciclo do ensino básico completo	1	0,4%	0,4%
2º Ciclo do ensino básico completo (6º ano)	3	1,2%	1,3%
3º Ciclo do ensino básico completo (9º ano)	25	10,4%	10,8%
Ensino secundário completo (12º ano)	56	23,2%	24,1%
Licenciatura	134	55,6%	57,8%
Mestrado	13	5,4%	5,6%
Total	232	96,3%	100,0%
NR	9	3,7%	
Total	241	100,0%	

Recodificação da variável “Grau de escolaridade”

“Inferior a Ensino Secundário completo”-1;

“Ensino Secundário Completo”-2;

“Licenciatura”-3;

“Mestrado”-4;

Grau de Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa (%)
Inferior a Ensino secundário completo	29	12,0%	12,5%
Ensino Secundário completo	56	23,2%	24,1%
Licenciatura	134	55,6%	57,8%
Mestrado	13	5,4%	5,6%
Total	232	96,3%	100,0%
NR	9	3,7%	
Total	241	100,0	

Idade

Média* (corrigida)	47,62
Média	47,91
Erro-padrão	0,81
Desvio-padrão	12,42
Mínimo	24
Máximo	82

* A média corrigida é igual a 47,62, valor que se aproxima bastante da média amostral (sem estar corrigida) que é igual a 47,91. O erro padrão associado à média amostral é igual a 0,8.

Recodificação da variável “Idade” em classes:

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa (%)
[24, 34]	42	17,4%	18,0%
[35, 45]	66	27,4%	28,3%
[46, 56]	59	24,5%	25,3%
[57, 67]	50	20,7%	21,5%
>=68	16	6,6%	6,9%
Total	233	96,7%	100,0%
NR	8	3,3%	
Total	241	100,0%	

Exercício a profissão de TOC

	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa (%)
Não	32	13,3%	13,3%
Sim	208	86,3%	86,7%
Total	240	99,6%	100,0%
NR	1	0,4%	
Total	241	100	

Número de anos de exercício da profissão de TOC

Há quantos anos exerce a profissão de TOC?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	7	3,4	3,5	3,5
	2	3	1,4	1,5	5,0
	3	6	2,9	3,0	8,0
	4	1	,5	,5	8,5
	5	2	1,0	1,0	9,5
	6	4	1,9	2,0	11,4
	7	3	1,4	1,5	12,9
	8	5	2,4	2,5	15,4
	9	5	2,4	2,5	17,9
	10	20	9,6	10,0	27,9
	11	5	2,4	2,5	30,3
	12	13	6,3	6,5	36,8
	13	5	2,4	2,5	39,3
	14	7	3,4	3,5	42,8
	15	16	7,7	8,0	50,7
	16	4	1,9	2,0	52,7
	17	2	1,0	1,0	53,7
	18	7	3,4	3,5	57,2
	19	1	,5	,5	57,7

	20	17	8,2	8,5	66,2
	21	1	,5	,5	66,7
	22	4	1,9	2,0	68,7
	24	2	1,0	1,0	69,7
	25	17	8,2	8,5	78,1
	27	2	1,0	1,0	79,1
	28	1	,5	,5	79,6
	29	2	1,0	1,0	80,6
	30	11	5,3	5,5	86,1
	31	1	,5	,5	86,6
	32	3	1,4	1,5	88,1
	34	1	,5	,5	88,6
	35	6	2,9	3,0	91,5
	37	2	1,0	1,0	92,5
	38	2	1,0	1,0	93,5
	40	10	4,8	5,0	98,5
	43	1	,5	,5	99,0
	49	1	,5	,5	99,5
	50	1	,5	,5	100,0
	Total	201	96,6	100,0	
Missing	System	7	3,4		
Total		208	100,0		

			Descriptives	
			Statistic	Std. Error
Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	Mean		18,27	,779
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	16,74	
		Upper Bound	19,81	
	5% Trimmed Mean		17,89	
	Median		15,00	
	Variance		117,002	
	Std. Deviation		10,817	
	Minimum		1	
	Maximum		50	
	Range		49	
	Interquartile Range		15	
	Skewness		,596	,175
	Kurtosis		-,246	,348
	Quantos clientes tem?	Mean		14,24
95% Confidence Interval for Mean		Lower Bound	11,49	
		Upper Bound	17,00	
5% Trimmed Mean			11,54	
Median			9,00	
Variance			375,841	
Std. Deviation			19,387	
Minimum			1	
Maximum			150	
Range			149	
Interquartile Range			17	
Skewness			4,148	,175
Kurtosis			24,431	,348

	Média* (corrigida)	Média	Erro- padrão	Desvio- padrão	Mínimo	Máximo
Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	17,89	18,27	0,78	10,89	1	50

Número de clientes, aproximados, que o TOC têm atualmente

		Quantos clientes tem?			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	30	14,4	15,1	15,1
	2	15	7,2	7,5	22,6
	3	11	5,3	5,5	28,1
	4	10	4,8	5,0	33,2
	5	12	5,8	6,0	39,2
	6	10	4,8	5,0	44,2
	7	2	1,0	1,0	45,2
	8	7	3,4	3,5	48,7
	9	2	1,0	1,0	49,7
	10	16	7,7	8,0	57,8
	11	3	1,4	1,5	59,3
	12	8	3,8	4,0	63,3
	15	11	5,3	5,5	68,8
	16	3	1,4	1,5	70,4
	20	17	8,2	8,5	78,9
	21	2	1,0	1,0	79,9
	23	1	,5	,5	80,4
	25	6	2,9	3,0	83,4
	26	2	1,0	1,0	84,4
	30	11	5,3	5,5	89,9
	35	4	1,9	2,0	92,0
	40	5	2,4	2,5	94,5
	43	1	,5	,5	95,0
	50	2	1,0	1,0	96,0

	60	4	1,9	2,0	98,0
	65	1	,5	,5	98,5
	80	1	,5	,5	99,0
	150	2	1,0	1,0	100,0
	Total	199	95,7	100,0	
Missing	System	9	4,3		

	Média* (corrigida)	Média	Erro- padrão	Desvio- padrão	Mínimo	Máximo
Quantos clientes tem?	11,54	14,24	1,39	19,39	1	150

Aumentou os honorários quando começou a elaborar a contabilidade de acordo com o SNC?

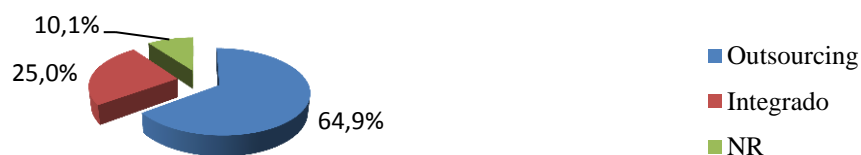
	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa (%)
Não	199	95,7%	96,6%
Sim	7	3,4%	3,4%
Total	206	99,0%	100,0%
NR	2	1,0%	
Total	208	100,0%	

Motivos para não aumentar os honorários quando a contabilidade começou a ser elaborada de acordo com o SNC:

	N	% de respostas	% de casos
Não houve acréscimo de trabalho	14	6,4%	7,1%
Houve acréscimo de trabalho, mas as dificuldades financeiras do País não permitiram que os seus clientes pudessem pagar maiores honorários/salários	147	66,8%	75,0%

Não aumentou a sua responsabilidade técnica	6	2,7%	3,1%
Não teve necessidade de despende muito tempo em formação	3	1,4%	1,5%
Não teve que realizar investimentos significativos em novos programas informáticos	7	3,2%	3,6%
Não teve necessidade de despende elevados valores monetários em materiais bibliográficos para estudo	5	2,3%	2,6%
Outras razões	38	17,3%	19,4%
Total	220	100,0%	112,2%

Qual a modalidade em que exerce a profissão de TOC?



Dimensão, média, das empresas com quem o TOC trabalha ou onde trabalha

	N	% de respostas	% de casos
Microentidades	171	52,8%	84,2%
Pequenas Empresas	114	35,2%	56,2%
Médias Empresas	33	10,2%	16,3%
Grandes empresas	6	1,9%	3,0%
Total	324	100%	159,6%

Microentidades	Frequências absolutas (N)	Frequência relativas (%)	Frequência relativas (%)
[1, 10]	90	52,6%	55,6%
[11, 20]	38	22,2%	23,5%
[21,30]	18	10,5%	11,1%
[31, 40]	7	4,1%	4,3%
[41, 50]	2	1,2%	1,2%
>=51	7	4,1%	4,3%
Total	162	94,7%	100,0%
NR	9	5,3%	
	Total	171	100,0%

Pequenas Empresas	Frequências absolutas (N)	Frequência relativas (%)	Frequência relativas (%)
[1, 5]	93	81,6%	86,9%
[6, 10]	8	7,0%	7,5%
[11, 15]	2	1,8%	1,9%
>=16	4	3,5%	3,7%
Total	107	93,9%	100,0%
NR	7	6,1%	
	Total	114	100,0%

Médias empresas	Frequências absolutas (N)	Frequência relativas (%)	Frequência relativas (%)
[1, 5]	27	81,8%	87,1%
[6, 10]	4	12,1%	12,9%
Total	31	93,9%	100,0%
NR	2	6,1%	
Total	33	100,0%	

Grandes empresas	Frequências absolutas (N)	Frequência relativas (%)
1	4	66,7%
3	1	16,7%
4	1	16,7%
Total	6	100,0%

Os contínuos avanços tecnológicos constituem uma vantagem ou desvantagem para a profissão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Desvantagem muito grande	2	1,0	1,0	1,0
	Desvantagem	8	3,8	3,8	4,8
	Nem vantagem, nem desvantagem	10	4,8	4,8	9,6
	Vantagem	95	45,7	45,7	55,3
	Vantagem muito grande	82	39,4	39,4	94,7
	Sem opinião	11	5,3	5,3	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Recodificação da variável

“Desvantagem” -1;

“Nem vantagem, nem desvantagem”-2;

“Vantagem”-3;

“Sem opinião”-4;

Os contínuos avanços tecnológicos constituem uma vantagem ou desvantagem para a profissão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Desvantagem	10	4,8	4,8	4,8
	Nem vantagem, nem desvantagem	10	4,8	4,8	9,6
	Vantagem	177	85,1	85,1	94,7
	Sem opinião	11	5,3	5,3	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Parte II – O TOC e a relação com os seus clientes

Considera que nas entidades em que presta serviços, a importância do seu trabalho é reconhecida?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim, em todas	51	24,5	24,5	24,5
	Sim, em muitas	60	28,8	28,8	53,4
	Sim, apenas em alguns	78	37,5	37,5	90,9
	Em nenhuns	5	2,4	2,4	93,3
	Sem opinião	14	6,7	6,7	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Recodificação da variável

“Sim”-1;

“Sim, apenas em alguns”-2;

“Em nenhuns”-3;

“Sem opinião”-4;

Considera que nas entidades em que presta serviços, a importância do seu trabalho é reconhecida?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	111	53,4	53,4	53,4
	Sim, apenas em alguns	78	37,5	37,5	90,9
	Em nenhuns	5	2,4	2,4	93,3
	Sem opinião	14	6,7	6,7	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Parte III – Ética e Deontologia Profissional

Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	6	2,9	2,9	2,9
	Raramente	134	64,4	65,0	68,0
	Regularmente	56	26,9	27,2	95,1
	Com muita frequência	5	2,4	2,4	97,6
	Impossível de quantificar	5	2,4	2,4	100,0
	Total	206	99,0	100,0	
Missing	System	2	1,0		
Total		208	100,0		

Recodificação da variável

“Nunca”-1;

“Pouco frequente” -2;

“Regularmente ou com muita frequência”-3;

“Impossível de quantificar”-4.

Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca	6	2,9	2,9	2,9
	Pouco frequente	134	64,4	65,0	68,0
	Regularmente ou com muita frequência	61	29,3	29,6	97,6
	impossível de quantificar	5	2,4	2,4	100,0
	Total	206	99,0	100,0	
Missing	System	2	1,0		
Total		208	100,0		

Concorda ou discorda com a seguinte afirmação: "A revisão do EOTOC operada pelo DL n° 310/09, de 26 de Outubro, resultante da necessidade de adequação da profissão às novas realidades subjacentes à profissão, atribui ao TOC demasiadas responsabilidades"

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo totalmente	6	2,9	3,3	3,3
	Discordo em parte	17	8,2	9,2	12,5
	Não concordo, nem discordo	17	8,2	9,2	21,7
	Concordo em parte	71	34,1	38,6	60,3
	Concordo totalmente	73	35,1	39,7	100,0
	Total	184	88,5	100,0	
Missing	System	24	11,5		
Total		208	100,0		

Recodificação da variável

“Discordo”-1;

“Não concordo, nem discordo”-2;

“Concordo”-3;

Concorda ou discorda com a seguinte afirmação: "A revisão do EOTOC operada pelo DL n° 310/09, de 26 de Outubro, resultante da necessidade de adequação da profissão às novas realidades subjacentes à profissão, atribui ao TOC demasiadas responsabilidades"

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo	23	11,1	12,5	12,5
	Não concordo, nem discordo	17	8,2	9,2	21,7
	Concordo	144	69,2	78,3	100,0
	Total	184	88,5	100,0	
Missing	System	24	11,5		
Total		208	100,0		

Parte IV – O TOC e a relação com os colegas

P23. Os TOC encontram-se adequadamente preparados para as novas exigências normativas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A totalidade	3	1,4	1,4	1,4
	A maioria	109	52,4	52,4	53,8
	Apenas minoria	64	30,8	30,8	84,6
	Nenhum	1	,5	,5	85,1
	Sem opinião	31	14,9	14,9	100,0
Total		208	100,0	100,0	

Recodificação da variável

“A totalidade ou a maioria” -1;

“A minoria ou mesmo a inexistência”-2;

“Sem opinião”-3.

P23. Os TOC encontram-se adequadamente preparados para as novas exigências normativas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A totalidade ou a maioria	112	53,8	53,8	53,8
	A minoria ou mesmo a inexistência	65	31,3	31,3	85,1
	Sem opinião	31	14,9	14,9	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

P25. Com que frequência se deparou com um comportamento menos ético por aprte dos seus colegas de profissão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Raramente	31	31,0	31,6	31,6
	Algumas vezes	58	58,0	59,2	90,8
	Regularmente	3	3,0	3,1	93,9
	Com muita frequência	3	3,0	3,1	96,9
	Impossível de quantificar	3	3,0	3,1	100,0
	Total	98	98,0	100,0	
Missing	System	2	2,0		
Total		100	100,0		

Recodificação da variável

“Pouco frequente”-1;

“Muito frequente”-2;

“Impossível de quantificar”-3

P25. Com que frequência se deparou com um comportamento menos ético por parte dos seus colegas de profissão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pouco frequente	89	89,0	90,8	90,8
	Muito frequente	6	6,0	6,1	96,9
	Impossível de quantificar	3	3,0	3,1	100,0
	Total	98	98,0	100,0	
Missing	System	2	2,0		
Total		100	100,0		

Parte V- O SNC e a profissão de TOC

P32. A adoção do SNC contribuiu para uma maior partilha de conhecimentos e interajuda entre várias áreas profissionais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo totalmente	15	7,2	7,2	7,2
	Discordo em parte	20	9,6	9,6	16,8
	Não concordo, nem discordo	35	16,8	16,8	33,7
	Concordo em parte	82	39,4	39,4	73,1
	Concordo totalmente	18	8,7	8,7	81,7
	Sem opinião	38	18,3	18,3	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Recodificação da variável

“Discordo” -1;

“Não concordo, nem discordo” -2;

“Concordo” -3;

“Sem opinião” -4.

P32. A adoção do SNC contribuiu para uma maior partilha de conhecimentos e interajuda entre várias áreas profissionais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo	35	16,8	16,8	16,8
	Não concordo, nem discordo	35	16,8	16,8	33,7
	Concordo	100	48,1	48,1	81,7
	Sem opinião	38	18,3	18,3	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Grau de importância atribuído a cada um dos meios utilizados para o esclarecimento de dúvidas

	<i>Internet</i>	Colegas de profissão	Ações de formação	Revistas da Especialidade	Consultório Técnico da OTOC	Outros
Nada importante	1 0,5%	2 1%	0 0%	2 1%	0 0%	4 1,9%
Pouco importante	7 3,4%	9 4,3%	3 1,4%	9 4,3%	6 2,9%	3 1,4%
Nem muito, nem pouco importante	11 5,3%	21 10,1%	8 3,8%	25 12%	11 5,3%	12 5,8%
Importante	90 43,3%	104 50%	79 38%	104 50%	98 47,1%	22 10,6%
Muito importante	81 38,9%	52 25%	89 42,8%	26 12,5%	62 29,8%	12 5,8%
NR	18 8,7%	20 9,6%	29 13,9%	42 20,2%	31 14,9%	155 74,5%
Total	208 100%	208 100%	208 100%	208 100%	208 100%	208 100%

P44. Indique o grau de concordância com a seguinte afirmação: "Atualmente, quando prepara as Demonstrações Financeiras, atende mais às necessidades dos utentes das Demonstrações Financeiras do que no anterior enquadramento contabilístico (POC)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo totalmente	24	11,5	13,3	13,3
	Discordo em parte	23	11,1	12,8	26,1
	Não concordo, nem discordo	32	15,4	17,8	43,9
	Concordo em parte	54	26,0	30,0	73,9
	Concordo totalmente	47	22,6	26,1	100,0
	Total	180	86,5	100,0	
Missing	System	28	13,5		
Total		208	100,0		

Recodificação da variável

“Discordo” -1;

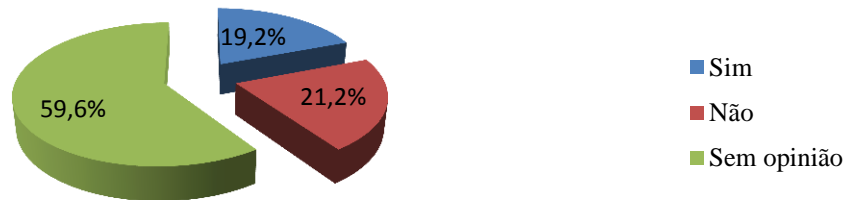
“Não concordo, nem discordo” -2;

“Concordo” -3.

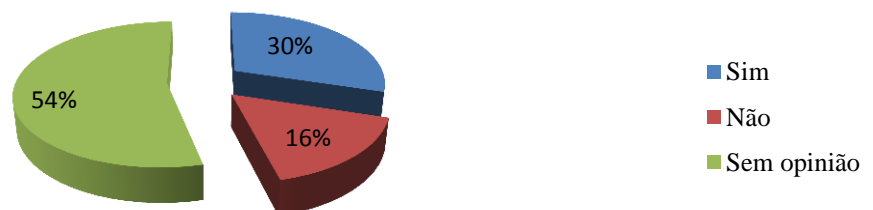
P44. Indique o grau de concordância com a seguinte afirmação: "Atualmente, quando prepara as Demonstrações Financeiras, atende mais às necessidades dos utentes das Demonstrações Financeiras do que no anterior enquadramento contabilístico (POC)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo	47	22,6	26,1	26,1
	Não concordo, nem discordo	32	15,4	17,8	43,9
	Concordo	101	48,6	56,1	100,0
	Total	180	86,5	100,0	
Missing	System	28	13,5		
Total		208	100,0		

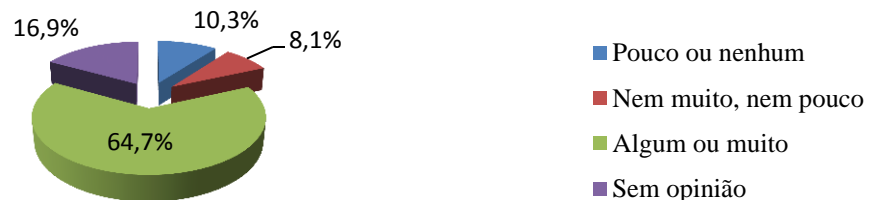
Pensa que o objetivo da comparabilidade das Demonstrações Financeiras a nível internacional, foi atingido pós-SNC?



Considera que o objetivo da comparabilidade das Demonstrações Financeiras a nível nacional foi atingido pós-SNC?



Qual o impacto dessa subjetividade implícita em algumas das normas do SNC, na fiabilidade da informação atualmente elaborada e divulgada?



P51. Grau de concordância com as afirmações

	N	% de respostas	% de casos
Discordo totalmente	44	6,1%	24,0%
Discordo	148	20,4%	80,9%
Não concordo, nem discordo	242	33,3%	132,2%
Concordo	266	36,6%	145,4%
Concordo totalmente	26	3,6%	14,2%
Total	726	100,0%	396,7%

P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nenhum	13	6,3	6,3	6,3
Pouco significativo	60	28,8	28,8	35,1
Nem muito, nem pouco	43	20,7	20,7	55,8
Significativo	55	26,4	26,4	82,2
Muito significativo	6	2,9	2,9	85,1
Sem opinião	31	14,9	14,9	100,0
Total	208	100,0	100,0	

Recodificação da variável

“Pouco ou nada significativo” -1;

“Nem muito, nem pouco” -2;

“Significativo ou muito significativo” -3;

“Sem opinião”.

P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pouco ou nada significativo	73	35,1	35,1	35,1
	Nem muito, nem pouco	43	20,7	20,7	55,8
	Significativo ou muito significativo	61	29,3	29,3	85,1
	Sem opinião	31	14,9	14,9	100,0
	Total	208	100,0	100,0	

Apêndice III | Análise bivariada e inferencial dos dados

1.1. | Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Idade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Idade Crosstabulation

			Idade					Total
			[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68	
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?	Nunca	Count	2	2	0	1	1	6
		Expected Count	,9	1,8	1,6	1,3	,5	6,0
		% within (P20.)	33,3%	33,3%	,0%	16,7%	16,7%	100,0%
		% within IDADE	6,7%	3,3%	,0%	2,4%	6,3%	3,0%
		% of Total	1,0%	1,0%	,0%	,5%	,5%	3,0%
		Adjusted Residual	1,3	,2	-1,5	-,3	,8	
	Pouco frequente	N	24	45	28	22	11	130
		N esperado	19,4	38,8	34,3	27,2	10,3	130,0
		% within (P20.)	18,5%	34,6%	21,5%	16,9%	8,5%	100,0%
		% within IDADE	80,0%	75,0%	52,8%	52,4%	68,8%	64,7%
		% of Total	11,9%	22,4%	13,9%	10,9%	5,5%	64,7%
		Adjusted Residual	1,9	2,0	-2,1	-1,9	,4	
	Regularmente ou com muita frequência	N	4	13	22	18	4	61
		N esperado	9,1	18,2	16,1	12,7	4,9	61,0
		% within (P20.)	6,6%	21,3%	36,1%	29,5%	6,6%	100,0%
		% within IDADE	13,3%	21,7%	41,5%	42,9%	25,0%	30,3%
		% of Total	2,0%	6,5%	10,9%	9,0%	2,0%	30,3%

		Adjusted Residual	-2,2	-1,7	2,1	2,0	-,5	
Impossível de quantificar	N	0	0	3	1	0		4
	N esperado	,6	1,2	1,1	,8	,3		4,0
	% within (P20.)	,0%	,0%	75,0%	25,0%	,0%		100,0%
	% within IDADE	,0%	,0%	5,7%	2,4%	,0%		2,0%
	% of Total	,0%	,0%	1,5%	,5%	,0%		2,0%
	Adjusted Residual	-,8	-1,3	2,2	,2	-,6		
Total	N	30	60	53	42	16		201
	N esperado	30,0	60,0	53,0	42,0	16,0		201,0
	% within (P20.)	14,9%	29,9%	26,4%	20,9%	8,0%		100,0%
	% within IDADE	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%
	% of Total	14,9%	29,9%	26,4%	20,9%	8,0%		100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,018 ^a	4	,404
Likelihood Ratio	4,024	4	,403
Linear-by-Linear Association	,249	1	,618
N of Valid Cases	188		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,98.

1.2. | Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Sexo	206	99,0%	2	1,0%	208	100,0%

Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?	Nunca	Count	0	6	6
		Expected Count	2,0	4,0	6,0
		% within (P20.)	,0%	100,0%	100,0%
		% within SEXO	,0%	4,4%	2,9%
		% of Total	,0%	2,9%	2,9%
		Adjusted Residual	-1,8	1,8	
	Pouco frequente	Count	52	82	134
		Expected Count	45,5	88,5	134,0
		% within (P20.)	38,8%	61,2%	100,0%
		% within SEXO	74,3%	60,3%	65,0%
		% of Total	25,2%	39,8%	65,0%
		Adjusted Residual	2,0	-2,0	
	Regularmente ou com muita frequência	Count	18	43	61
		Expected Count	20,7	40,3	61,0
		% within (P20.)	29,5%	70,5%	100,0%
		% within SEXO	25,7%	31,6%	29,6%
		% of Total	8,7%	20,9%	29,6%
		Adjusted Residual	-,9	,9	

Impossível de quantificar	Count	0	5	5
	Expected Count	1,7	3,3	5,0
	% within (P20.)	,0%	100,0%	100,0%
	% within SEXO	,0%	3,7%	2,4%
	% of Total	,0%	2,4%	2,4%
	Adjusted Residual	-1,6	1,6	
Total	Count	70	136	206
	Expected Count	70,0	136,0	206,0
	% within (P20.)	34,0%	66,0%	100,0%
	% within SEXO	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	34,0%	66,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,221 ^a	1	,639		
Continuity Correction ^b	,100	1	,752		
Likelihood Ratio	,221	1	,638		
Fisher's Exact Test				,649	,377
Linear-by-Linear Association	,219	1	,639		
N of Valid Cases	192				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 28,53.

b. Computed only for a 2x2 table

1.3. | Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Grau de Escolaridade	199	95,7%	9	4,3%	208	100,0%

Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

			Grau de Escolaridade				Total
			Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado	
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?	Nunca	Count	2	0	4	0	6
		Expected Count	,7	1,6	3,4	,3	6,0
		% within (P20.)	33,3%	,0%	66,7%	,0%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	8,7%	,0%	3,5%	,0%	3,0%
		% of Total	1,0%	,0%	2,0%	,0%	3,0%
		Adjusted Residual	1,7	-1,5	,5	-,6	
	Pouco frequente	Count	12	25	83	8	128
		Expected Count	14,8	33,4	72,7	7,1	128,0
		% within (P20.)	9,4%	19,5%	64,8%	6,3%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	52,2%	48,1%	73,5%	72,7%	64,3%
		% of Total	6,0%	12,6%	41,7%	4,0%	64,3%
		Adjusted Residual	-1,3	-2,8	3,1	,6	
Regularmente	Count	8	25	24	3	60	

ou com muita frequência	Expected Count	6,9	15,7	34,1	3,3	60,0
	% within (P20.)	13,3%	41,7%	40,0%	5,0%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	34,8%	48,1%	21,2%	27,3%	30,2%
	% of Total	4,0%	12,6%	12,1%	1,5%	30,2%
	Adjusted Residual	,5	3,3	-3,1	-,2	
	Impossível de quantificar	Count	1	2	2	0
Impossível de quantificar	Expected Count	,6	1,3	2,8	,3	5,0
	% within (P20.)	20,0%	40,0%	40,0%	,0%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	4,3%	3,8%	1,8%	,0%	2,5%
	% of Total	,5%	1,0%	1,0%	,0%	2,5%
	Adjusted Residual	,6	,7	-,8	-,5	
	Total	Count	23	52	113	11
Total	Expected Count	23,0	52,0	113,0	11,0	199,0
	% within (P20.)	11,6%	26,1%	56,8%	5,5%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	11,6%	26,1%	56,8%	5,5%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,564 ^a	3	,313
Likelihood Ratio	3,604	3	,308
Linear-by-Linear Association	2,620	1	,106

N of Valid Cases 186

a. 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,67.

**1.4.1 Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos
Oficiais de Contas? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?
Crosstabulation**

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	200	96,2%	8	3,8%	208	100,0%

**Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas? * Há
quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation**

			Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total
			[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]	
Com que frequência costuma consultar o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas?	Nunca	Count	2	3	1	0	0	6
		Expected Count	1,7	2,3	1,2	,8	,1	6,0
		% within (P20.)	33,3%	50,0%	16,7%	,0%	,0%	100,0%
	Pouco frequente	% within Há quantos anos exerce a profissão? de TOC?	3,6%	3,9%	2,5%	,0%	,0%	3,0%
		% of Total	1,0%	1,5%	,5%	,0%	,0%	3,0%
		Adjusted Residual	,3	,6	-,2	-,9	-,3	
		Count	41	45	26	16	3	131
Expected Count	36,0	50,4	26,2	16,4	2,0	131,0		
% within (P20.)	31,3%	34,4%	19,8%	12,2%	2,3%	100,0%		

	% within	Há	74,5%	58,4%	65,0%	64,0%	100,0%	65,5%
	quantos	anos						
	exerce a profissão	de TOC?						
	% of Total		20,5%	22,5%	13,0%	8,0%	1,5%	65,5%
	Adjusted Residual		1,7	-1,7	-,1	-,2	1,3	
Regularmente	Count		12	27	11	9	0	59
ou com muita	Expected Count		16,2	22,7	11,8	7,4	,9	59,0
frequência	% within (P20.)		20,3%	45,8%	18,6%	15,3%	,0%	100,0%
	% within	Há	21,8%	35,1%	27,5%	36,0%	,0%	29,5%
	quantos	anos						
	exerce a profissão	de TOC?						
	% of Total		6,0%	13,5%	5,5%	4,5%	,0%	29,5%
	Adjusted Residual		-1,5	1,4	-,3	,8	-1,1	
Impossível de	Count		0	2	2	0	0	4
quantificar	Expected Count		1,1	1,5	,8	,5	,1	4,0
	% within (P20.)		,0%	50,0%	50,0%	,0%	,0%	100,0%
	% within	Há	,0%	2,6%	5,0%	,0%	,0%	2,0%
	quantos	anos						
	exerce a profissão	de TOC?						
	% of Total		,0%	1,0%	1,0%	,0%	,0%	2,0%
	Adjusted Residual		-1,2	,5	1,5	-,8	-,2	
Total	Count		55	77	40	25	3	200
	Expected Count		55,0	77,0	40,0	25,0	3,0	200,0
	% within (P20.)		27,5%	38,5%	20,0%	12,5%	1,5%	100,0%
	% within	Há	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	quantos	anos						
	exerce a profissão	de TOC?						
	% of Total		27,5%	38,5%	20,0%	12,5%	1,5%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,513 ^a	4	,824
Likelihood Ratio	1,535	4	,820
Linear-by-Linear Association	,362	1	,547

N of Valid Cases 187

a. 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,87.

2.1. | P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Idade	188	90,4%	20	9,6%	208	100,0%

P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Idade Crosstabulation

		Idade					Total	
		[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68		
Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?	SNC	Count	15	21	24	14	8	82
		Expected Count	11,8	24,4	21,8	17,0	7,0	82,0
		% within P26.	18,3%	25,6%	29,3%	17,1%	9,8%	100,0%
	POC	Count	12	35	26	25	8	106
		Expected Count	15,2	31,6	28,2	22,0	9,0	106,0
		% of Total	8,0%	11,2%	12,8%	7,4%	4,3%	43,6%
Adjusted Residual		1,4	-1,1	,7	-1,1	,5		

	% within P26.	11,3%	33,0%	24,5%	23,6%	7,5%	100,0%
	% within Idade	44,4%	62,5%	52,0%	64,1%	50,0%	56,4%
	% of Total	6,4%	18,6%	13,8%	13,3%	4,3%	56,4%
	Adjusted Residual	-1,4	1,1	-,7	1,1	-,5	
Total	Count	27	56	50	39	16	188
	Expected Count	27,0	56,0	50,0	39,0	16,0	188,0
	% within P26.	14,4%	29,8%	26,6%	20,7%	8,5%	100,0%
	% within Idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	14,4%	29,8%	26,6%	20,7%	8,5%	100,0%

2.2. | P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Sexo	192	92,3%	16	7,7%	208	100,0%

P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?	SNC	Count	27	56	83
		Expected Count	28,5	54,5	83,0
		% within P26.	32,5%	67,5%	100,0%
		% within Sexo	40,9%	44,4%	43,2%
		% of Total	14,1%	29,2%	43,2%
		Adjusted Residual	-,5	,5	
POC	Count	39	70	109	
	Expected Count	37,5	71,5	109,0	

	% within P26.	35,8%	64,2%	100,0%
	% within Sexo	59,1%	55,6%	56,8%
	% of Total	20,3%	36,5%	56,8%
	Adjusted Residual	,5	-,5	
Total	Count	66	126	192
	Expected Count	66,0	126,0	192,0
	% within P26.	34,4%	65,6%	100,0%
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	34,4%	65,6%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,246 ^a	2	,325
Likelihood Ratio	2,376	2	,305
Linear-by-Linear Association	,097	1	,755

N of Valid Cases 208

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,96.

2.3. | P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC , que quadro normativo escolheria? *	186	89,4%	22	10,6%	208	100,0%
Grau de Escolaridade						

P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade				Total	
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?	SNC	Count	7	17	50	5	79
		Expected Count	8,9	21,2	44,2	4,7	79,0
		% within P26.	8,9%	21,5%	63,3%	6,3%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	33,3%	34,0%	48,1%	45,5%	42,5%
		% of Total	3,8%	9,1%	26,9%	2,7%	42,5%
		Adjusted Residual	-,9	-1,4	1,7	,2	
	POC	Count	14	33	54	6	107
		Expected Count	12,1	28,8	59,8	6,3	107,0
		% within P26.	13,1%	30,8%	50,5%	5,6%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	66,7%	66,0%	51,9%	54,5%	57,5%
		% of Total	7,5%	17,7%	29,0%	3,2%	57,5%
		Adjusted Residual	,9	1,4	-1,7	-,2	
	Total	Count	21	50	104	11	186
		Expected Count	21,0	50,0	104,0	11,0	186,0
		% within P26.	11,3%	26,9%	55,9%	5,9%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	11,3%	26,9%	55,9%	5,9%	100,0%
		Adjusted Residual					

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,023 ^a	6	,674
Likelihood Ratio	5,346	6	,500
Linear-by-Linear Association	1,204	1	,272

N of Valid Cases 201

a. 3 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,26.

2.4.1 P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	187	89,9%	21	10,1%	208	100,0%

P26. Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

		Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total	
		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]		
Se tivesse podido optar entre o SNC e o POC, que quadro normativo escolheria?	SNC	Count	24	29	19	8	1	81
		Expected Count	22,5	29,9	17,3	10,4	,9	81,0
		% within P26.	29,6%	35,8%	23,5%	9,9%	1,2%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	46,2%	42,0%	47,5%	33,3%	50,0%	43,3%
		% of Total	12,8%	15,5%	10,2%	4,3%	,5%	43,3%

	Adjusted Residual	,5	-,3	,6	-1,1	,2	
POC	Count	28	40	21	16	1	106
	Expected Count	29,5	39,1	22,7	13,6	1,1	106,0
	% within P26.	26,4%	37,7%	19,8%	15,1%	,9%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	53,8%	58,0%	52,5%	66,7%	50,0%	56,7%
	% of Total	15,0%	21,4%	11,2%	8,6%	,5%	56,7%
	Adjusted Residual	-,5	,3	-,6	1,1	-,2	
Total	Count	52	69	40	24	2	187
	Expected Count	52,0	69,0	40,0	24,0	2,0	187,0
	% within P26.	27,8%	36,9%	21,4%	12,8%	1,1%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	27,8%	36,9%	21,4%	12,8%	1,1%	100,0%

3.1.1 P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em quem presta serviços? * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Idade	203	97,6%	5	2,4%	208	100,0%

P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Idade Crosstabulation

		Idade					Total	
		[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68		
Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços?	Sim	Count	4	4	8	5	2	23
		Expected Count	3,4	6,9	6,1	4,8	1,8	23,0
		% within P27.	17,4%	17,4%	34,8%	21,7%	8,7%	100,0%
		% within Idade	13,3%	6,6%	14,8%	11,9%	12,5%	11,3%
		% of Total	2,0%	2,0%	3,9%	2,5%	1,0%	11,3%
		Adjusted Residual	,4	-1,4	,9	,1	,2	
	Não	Count	22	44	34	27	8	135
		Expected Count	20,0	40,6	35,9	27,9	10,6	135,0
		% within P27.	16,3%	32,6%	25,2%	20,0%	5,9%	100,0%
		% within Idade	73,3%	72,1%	63,0%	64,3%	50,0%	66,5%
		% of Total	10,8%	21,7%	16,7%	13,3%	3,9%	66,5%
		Adjusted Residual	,9	1,1	-,6	-,3	-1,5	
	Sem opinião	Count	4	13	12	10	6	45
		Expected Count	6,7	13,5	12,0	9,3	3,5	45,0
		% within P27.	8,9%	28,9%	26,7%	22,2%	13,3%	100,0%
		% within Idade	13,3%	21,3%	22,2%	23,8%	37,5%	22,2%
		% of Total	2,0%	6,4%	5,9%	4,9%	3,0%	22,2%
		Adjusted Residual	-1,3	-,2	,0	,3	1,5	
Total	Count	30	61	54	42	16	203	
	Expected Count	30,0	61,0	54,0	42,0	16,0	203,0	
	% within P27.	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%	
	% within Idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%	
	Adjusted Residual							

3.2.1 P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Sexo	208	100,0%	0	,0%	208	100,0%

P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços?	Sim	Count	5	18	23
		Expected Count	8,0	15,0	23,0
		% within P27.	21,7%	78,3%	100,0%
		% within Sexo	6,9%	13,2%	11,1%
		% of Total	2,4%	8,7%	11,1%
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
	Não	Count	52	87	139
		Expected Count	48,1	90,9	139,0
		% within P27.	37,4%	62,6%	100,0%
		% within Sexo	72,2%	64,0%	66,8%
		% of Total	25,0%	41,8%	66,8%
		Adjusted Residual	1,2	-1,2	
	Sem opinião	Count	15	31	46
		Expected Count	15,9	30,1	46,0
		% within P27.	32,6%	67,4%	100,0%
		% within Sexo	20,8%	22,8%	22,1%
		% of Total	7,2%	14,9%	22,1%
		Adjusted Residual	-,3	,3	

Total	Count	72	136	208
	Expected Count	72,0	136,0	208,0
	% within P27.	34,6%	65,4%	100,0%
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	34,6%	65,4%	100,0%

3.3.1 P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Grau de Escolaridade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade					Total
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços?	Sim	Count	3	6	14	0	23
		Expected Count	2,7	6,0	13,0	1,3	23,0
		% within P27.	13,0%	26,1%	60,9%	,0%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	12,5%	11,5%	12,3%	,0%	11,4%
		% of Total	1,5%	3,0%	7,0%	,0%	11,4%
		Adjusted Residual	,2	,0	,4	-1,2	

Não	Count	14	35	76	10	135
	Expected Count	16,1	34,9	76,6	7,4	135,0
	% within P27.	10,4%	25,9%	56,3%	7,4%	100,0%
	% within Grau de	58,3%	67,3%	66,7%	90,9%	67,2%
	Escolaridade					
	% of Total	7,0%	17,4%	37,8%	5,0%	67,2%
	Adjusted Residual	-1,0	,0	-,2	1,7	
Sem opinião	Count	7	11	24	1	43
	Expected Count	5,1	11,1	24,4	2,4	43,0
	% within P27.	16,3%	25,6%	55,8%	2,3%	100,0%
	% within Grau de	29,2%	21,2%	21,1%	9,1%	21,4%
	Escolaridade					
	% of Total	3,5%	5,5%	11,9%	,5%	21,4%
	Adjusted Residual	1,0	,0	-,1	-1,0	
Total	Count	24	52	114	11	201
	Expected Count	24,0	52,0	114,0	11,0	201,0
	% within P27.	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%
	% within Grau de	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Escolaridade					
	% of Total	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

3.4. | P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em que presta serviços? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P27. Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida pela entidade em quem presta serviços? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

		Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total	
		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]		
Com o atual SNC sente que a figura do TOC é mais reconhecida	Sim	Count	8	5	6	4	0	23
		Expected Count	6,4	8,8	4,6	2,9	,3	23,0
		% within P27.	34,8%	21,7%	26,1%	17,4%	,0%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	14,3%	6,5%	15,0%	16,0%	,0%	11,4%
		% of Total	4,0%	2,5%	3,0%	2,0%	,0%	11,4%
		Adjusted Residual	,8	-1,7	,8	,8	-,6	
	Não	Count	40	51	30	13	1	135
		Expected Count	37,6	51,7	26,9	16,8	2,0	135,0
		% within P27.	29,6%	37,8%	22,2%	9,6%	,7%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	71,4%	66,2%	75,0%	52,0%	33,3%	67,2%
		% of Total	19,9%	25,4%	14,9%	6,5%	,5%	67,2%
		Adjusted Residual	,8	-,2	1,2	-1,7	-1,3	
Sem opinião	Count	8	21	4	8	2	43	
	Expected Count	12,0	16,5	8,6	5,3	,6	43,0	

	% within P27	18,6%	48,8%	9,3%	18,6%	4,7%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	14,3%	27,3%	10,0%	32,0%	66,7%	21,4%
	% of Total	4,0%	10,4%	2,0%	4,0%	1,0%	21,4%
	Adjusted Residual	-1,5	1,6	-2,0	1,4	1,9	
Total	Count	56	77	40	25	3	201
	Expected Count	56,0	77,0	40,0	25,0	3,0	201,0
	% within P27.	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%

4.1. | P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Idade	203	97,6%	5	2,4%	208	100,0%

P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Idade Crosstabulation

			Idade					Total
			[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68	
Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram:	Pouco ou nada significativas	Count	3	8	5	8	2	26
		Expected	3,8	7,8	6,9	5,4	2,0	26,0
		Count						
		% within	11,5%	30,8%	19,2%	30,8%	7,7%	100,0%
		P34.						
		% within	10,0%	13,1%	9,3%	19,0%	12,5%	12,8%
		Idade						
		% of Total	1,5%	3,9%	2,5%	3,9%	1,0%	12,8%
		Adjusted	-,5	,1	-,9	1,4	,0	
		Residual						
	Nem muito nem pouco significativas	Count	2	0	4	4	0	10
		Expected	1,5	3,0	2,7	2,1	,8	10,0
		Count						
		% within	20,0%	,0%	40,0%	40,0%	,0%	100,0%
		P34.						
		% within	6,7%	,0%	7,4%	9,5%	,0%	4,9%
		Idade						
	% of Total	1,0%	,0%	2,0%	2,0%	,0%	4,9%	
	Adjusted	,5	-2,1	1,0	1,5	-,9		
	Residual							
Significativas ou muito significativas	Count	21	49	39	28	12	149	
	Expected	22,0	44,8	39,6	30,8	11,7	149,0	
	Count							
		% within	14,1%	32,9%	26,2%	18,8%	8,1%	100,0%
		P34.						
		% within	70,0%	80,3%	72,2%	66,7%	75,0%	73,4%
		Idade						
	% of Total	10,3%	24,1%	19,2%	13,8%	5,9%	73,4%	
	Adjusted	-,5	1,5	-,2	-1,1	,2		
	Residual							

Sem opinião	Count	4	4	6	2	2	18
	Expected	2,7	5,4	4,8	3,7	1,4	18,0
	Count						
	% within	22,2%	22,2%	33,3%	11,1%	11,1%	100,0%
	P34.						
	% within	13,3%	6,6%	11,1%	4,8%	12,5%	8,9%
	Idade						
	% of Total	2,0%	2,0%	3,0%	1,0%	1,0%	8,9%
	Adjusted	,9	-,8	,7	-1,1	,5	
	Residual						
Total	Count	30	61	54	42	16	203
	Expected	30,0	61,0	54,0	42,0	16,0	203,0
	Count						
	% within	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%
	P34.						
	% within	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Idade						
% of Total	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%	

4.2.1 P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Sexo	208	100,0%	0	,0%	208	100,0%

P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram:	Pouco ou nada significativas	Count	11	15	26
		Expected Count	9,0	17,0	26,0
		% within P34.	42,3%	57,7%	100,0%
		% within Sexo	15,3%	11,0%	12,5%
		% of Total	5,3%	7,2%	12,5%
		Adjusted Residual	,9	-,9	
	Nem muito nem pouco significativas	Count	0	10	10
		Expected Count	3,5	6,5	10,0
		% within P34.	,0%	100,0%	100,0%
		% within Sexo	,0%	7,4%	4,8%
		% of Total	,0%	4,8%	4,8%
		Adjusted Residual	-2,4	2,4	
	Significativas ou muito significativas	Count	51	103	154
		Expected Count	53,3	100,7	154,0
		% within P34.	33,1%	66,9%	100,0%
		% within Sexo	70,8%	75,7%	74,0%
		% of Total	24,5%	49,5%	74,0%
		Adjusted Residual	-,8	,8	
	Sem opinião	Count	10	8	18
		Expected Count	6,2	11,8	18,0
% within P34.		55,6%	44,4%	100,0%	
% within Sexo		13,9%	5,9%	8,7%	
% of Total		4,8%	3,8%	8,7%	
Adjusted Residual		2,0	-2,0		
Total	Count	72	136	208	
	Expected Count	72,0	136,0	208,0	
	% within P34.	34,6%	65,4%	100,0%	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	34,6%	65,4%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,614 ^a	3	,022
Likelihood Ratio	12,596	3	,006
Linear-by-Linear Association	3,759	1	,053

N of Valid Cases 208

a. 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,46.

4.3. | P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Grau de escolaridade
Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Grau de Escolaridade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade				Total	
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram:	Pouco ou nada significativas	Count	5	8	10	2	25
		Expected Count	3,0	6,5	14,2	1,4	25,0
		% within P34.	20,0%	32,0%	40,0%	8,0%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	20,8%	15,4%	8,8%	18,2%	12,4%
		% of Total	2,5%	4,0%	5,0%	1,0%	12,4%
		Adjusted Residual	1,3	,7	-1,8	,6	
	Nem muito nem pouco significativas	Count	2	1	6	0	9
		Expected Count	1,1	2,3	5,1	,5	9,0
		% within P34.	22,2%	11,1%	66,7%	,0%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	8,3%	1,9%	5,3%	,0%	4,5%
		% of Total	1,0%	,5%	3,0%	,0%	4,5%
		Adjusted Residual	1,0	-1,0	,6	-,7	
	Significativas ou muito significativas	Count	15	40	88	8	151
		Expected Count	18,0	39,1	85,6	8,3	151,0
		% within P34.	9,9%	26,5%	58,3%	5,3%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	62,5%	76,9%	77,2%	72,7%	75,1%
		% of Total	7,5%	19,9%	43,8%	4,0%	75,1%
		Adjusted Residual	-1,5	,3	,8	-,2	

Sem opinião	Count	2	3	10	1	16
	Expected Count	1,9	4,1	9,1	,9	16,0
	% within P34.	12,5%	18,8%	62,5%	6,3%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	8,3%	5,8%	8,8%	9,1%	8,0%
	% of Total	1,0%	1,5%	5,0%	,5%	8,0%
	Adjusted	,1	-,7	,5	,1	
	Residual					
Total	Count	24	52	114	11	201
	Expected Count	24,0	52,0	114,0	11,0	201,0
	% within P34.	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

4.4. | Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P34. Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram: * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

		Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total	
		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]		
Relativamente às novas exigências profissionais resultantes do atual normativo contabilístico, considera que foram:	Pouco ou nada	Count	6	10	8	2	0	26
	significativas	Expected Count	7,2	10,0	5,2	3,2	,4	26,0
		% within P34.	23,1%	38,5%	30,8%	7,7%	,0%	100,0%
		% within Há	10,7%	13,0%	20,0%	8,0%	,0%	12,9%
		quantos anos exerce						
		a profissão de						
		TOC?						
		% of Total	3,0%	5,0%	4,0%	1,0%	,0%	12,9%
		Adjusted Residual	-,6	,0	1,5	-,8	-,7	
	Nem muito nem pouco	Count	2	1	2	4	0	9
Expected Count		2,5	3,4	1,8	1,1	,1	9,0	
% within P34.		22,2%	11,1%	22,2%	44,4%	,0%	100,0%	
% within Há		3,6%	1,3%	5,0%	16,0%	,0%	4,5%	
quantos anos exerce a profissão de TOC?								
Significativas ou muito	Count	41	62	29	15	3	150	
	Expected Count	41,8	57,5	29,9	18,7	2,2	150,0	
	% within P34.	27,3%	41,3%	19,3%	10,0%	2,0%	100,0%	
	% within Há	73,2%	80,5%	72,5%	60,0%	100,0%	74,6%	
	quantos anos exerce a profissão de TOC?							
significativas	% of Total	20,4%	30,8%	14,4%	7,5%	1,5%	74,6%	
	Adjusted Residual	-,3	1,5	-,3	-1,8	1,0		
	Sem opinião	Count	7	4	1	4	0	16
		Expected Count	4,5	6,1	3,2	2,0	,2	16,0
		% within P34.	43,8%	25,0%	6,3%	25,0%	,0%	100,0%

	% within	Há	12,5%	5,2%	2,5%	16,0%	,0%	8,0%
	quantos anos exerce a profissão de TOC?							
	% of Total		3,5%	2,0%	,5%	2,0%	,0%	8,0%
	Adjusted Residual		1,5	-1,1	-1,4	1,6	-,5	
Total	Count		56	77	40	25	3	201
	Expected Count		56,0	77,0	40,0	25,0	3,0	201,0
	% within P34.		27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%
	% within	Há	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	quantos anos exerce a profissão de TOC?							
	% of Total		27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%

5.1. | P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOCs na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Sexo	208	100,0%	0	,0%	208	100,0%

P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOCs na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC?	Sim	Count	30	65	95
		Expected Count	32,9	62,1	95,0
		% within P39.	31,6%	68,4%	100,0%
		% within Sexo	41,7%	47,8%	45,7%
		% of Total	14,4%	31,3%	45,7%
		Adjusted Residual	-,8	,8	
	Não	Count	25	41	66
		Expected Count	22,8	43,2	66,0
		% within P39.	37,9%	62,1%	100,0%
		% within Sexo	34,7%	30,1%	31,7%
		% of Total	12,0%	19,7%	31,7%
		Adjusted Residual	,7	-,7	
	Sem opinião	Count	17	30	47
		Expected Count	16,3	30,7	47,0
		% within P39.	36,2%	63,8%	100,0%
		% within Sexo	23,6%	22,1%	22,6%
		% of Total	8,2%	14,4%	22,6%
		Adjusted Residual	,3	-,3	
Total	Count	72	136	208	
	Expected Count	72,0	136,0	208,0	
	% within P39.	34,6%	65,4%	100,0%	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	34,6%	65,4%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,748 ^a	2	,688
Likelihood Ratio	,749	2	,688
Linear-by-Linear Association	,069	1	,793
N of Valid Cases	208		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,27.

5.2. | P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Idade	203	97,6%	5	2,4%	208	100,0%

P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Idade Crosstabulation

		Idade					Total		
		[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68			
Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC?	Sim	Count	10	26	33	21	5	95	
		Expected	14,0	28,5	25,3	19,7	7,5	95,0	
		Count							
		% within P39.	10,5%	27,4%	34,7%	22,1%	5,3%	100,0%	
		% within Idade	33,3%	42,6%	61,1%	50,0%	31,3%	46,8%	
		% of Total	4,9%	12,8%	16,3%	10,3%	2,5%	46,8%	
		Adjusted Residual	-1,6	-,8	2,5	,5	-1,3		
	Não	Count	14	21	16	10	3	64	
		Expected	9,5	19,2	17,0	13,2	5,0	64,0	
		Count							
		% within P39.	21,9%	32,8%	25,0%	15,6%	4,7%	100,0%	
		% within Idade	46,7%	34,4%	29,6%	23,8%	18,8%	31,5%	
		% of Total	6,9%	10,3%	7,9%	4,9%	1,5%	31,5%	
		Adjusted Residual	1,9	,6	-,4	-1,2	-1,1		
	Sem opinião	Count	6	14	5	11	8	44	
		Expected	6,5	13,2	11,7	9,1	3,5	44,0	
		Count							
		% within P39.	13,6%	31,8%	11,4%	25,0%	18,2%	100,0%	
		% within Idade	20,0%	23,0%	9,3%	26,2%	50,0%	21,7%	
		% of Total	3,0%	6,9%	2,5%	5,4%	3,9%	21,7%	
		Adjusted Residual	-,2	,3	-2,6	,8	2,9		
	Total	Count	30	61	54	42	16	203	
		Expected	30,0	61,0	54,0	42,0	16,0	203,0	
Count									
% within P39.		14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%		
% within Idade		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
% of Total		14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%		

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,942 ^a	8	,015
Likelihood Ratio	18,334	8	,019
Linear-by-Linear Association	2,589	1	,108
N of Valid Cases	203		

a. 1 cells (6,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,47.

5.3. | P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Grau de Escolaridade
Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Grau de Escolaridade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade				Total	
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
os com interagem como forma na dos TOC preocupação acrescida após a adoção do SNC?	Sim	Count	14	27	49	3	93
		Expected Count	11,1	24,1	52,7	5,1	93,0
		% within P39.	15,1%	29,0%	52,7%	3,2%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	58,3%	51,9%	43,0%	27,3%	46,3%
		% of Total	7,0%	13,4%	24,4%	1,5%	46,3%
		Adjusted	1,3	,9	-1,1	-1,3	
		Residual					
		Não	Count	6	11	40	6
	Expected Count	7,5	16,3	35,7	3,4	63,0	
	% within P39.	9,5%	17,5%	63,5%	9,5%	100,0%	
	% within Grau de Escolaridade	25,0%	21,2%	35,1%	54,5%	31,3%	
	% of Total	3,0%	5,5%	19,9%	3,0%	31,3%	
	Adjusted	-,7	-1,8	1,3	1,7		
	Residual						
	Sem opinião	Count	4	14	25	2	45
		Expected Count	5,4	11,6	25,5	2,5	45,0
		% within P39.	8,9%	31,1%	55,6%	4,4%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	16,7%	26,9%	21,9%	18,2%	22,4%
		% of Total	2,0%	7,0%	12,4%	1,0%	22,4%
		Adjusted	-,7	,9	-,2	-,3	
		Residual					
		Total	Count	24	52	114	11
	Expected Count	24,0	52,0	114,0	11,0	201,0	
	% within P39.	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%	

% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	7,594 ^a	6	,269
Likelihood Ratio	7,573	6	,271
Linear-by-Linear Association	,000	1	,993
N of Valid Cases	201		

a. 2 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,46.

5.4.1 P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P39. Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?

Crosstabulation

Há quantos anos exerce a profissão de TOC?

		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]	Total	
Nota que existe uma preocupação acrescida dos TOC na forma como interagem com os empresários após a adoção do SNC?	Sim	Count	25	35	21	11	1	93
		Expected Count	25,9	35,6	18,5	11,6	1,4	93,0
		% within P39.	26,9%	37,6%	22,6%	11,8%	1,1%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	44,6%	45,5%	52,5%	44,0%	33,3%	46,3%
		% of Total	12,4%	17,4%	10,4%	5,5%	,5%	46,3%
		Adjusted Residual	-,3	-,2	,9	-,2	-,5	
		Não	Count	20	24	10	6	1
	Expected Count	17,0	23,4	12,1	7,6	,9	61,0	
	% within P39.	32,8%	39,3%	16,4%	9,8%	1,6%	100,0%	
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	35,7%	31,2%	25,0%	24,0%	33,3%	30,3%	
	% of Total	10,0%	11,9%	5,0%	3,0%	,5%	30,3%	
	Adjusted Residual	1,0	,2	-,8	-,7	,1		
	Sem opinião	Count	11	18	9	8	1	47
		Expected Count	13,1	18,0	9,4	5,8	,7	47,0
		% within P39.	23,4%	38,3%	19,1%	17,0%	2,1%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	19,6%	23,4%	22,5%	32,0%	33,3%	23,4%
		% of Total	5,5%	9,0%	4,5%	4,0%	,5%	23,4%
		Adjusted Residual	-,8	,0	-,1	1,1	,4	
Total	Count	56	77	40	25	3	201	
	Expected Count	56,0	77,0	40,0	25,0	3,0	201,0	
	% within P39.	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%	

% within	Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total		27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,050 ^a	8	,931
Likelihood Ratio	2,992	8	,935
Linear-by-Linear Association	1,233	1	,267
N of Valid Cases	201		

a. 3 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,70.

6.1. | P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Sexo	208	100,0%	0	,0%	208	100,0%

P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços?	Sim	Count	56	97	153
		Expected Count	53,0	100,0	153,0
		% within P42.	36,6%	63,4%	100,0%
		% within Sexo	77,8%	71,3%	73,6%
		% of Total	26,9%	46,6%	73,6%
		Adjusted Residual	1,0	-1,0	
	Não	Count	7	24	31
		Expected Count	10,7	20,3	31,0
		% within P42.	22,6%	77,4%	100,0%
		% within Sexo	9,7%	17,6%	14,9%
		% of Total	3,4%	11,5%	14,9%
		Adjusted Residual	-1,5	1,5	
	Sem opinião	Count	9	15	24
		Expected Count	8,3	15,7	24,0
		% within P42.	37,5%	62,5%	100,0%
		% within Sexo	12,5%	11,0%	11,5%
		% of Total	4,3%	7,2%	11,5%
		Adjusted Residual	,3	-,3	
Total	Count	72	136	208	
	Expected Count	72,0	136,0	208,0	
	% within P42.	34,6%	65,4%	100,0%	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	34,6%	65,4%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,339 ^a	2	,311
Likelihood Ratio	2,480	2	,289
Linear-by-Linear Association	,089	1	,766

N of Valid Cases

208

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,31.

6.2. | P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

Cases

	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Idade	203	97,6%	5	2,4%	208	100,0%

P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Idade Crosstabulation

		Idade					Total	
		[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68		
Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços?	Sim	Count	22	42	44	32	10	150
		Expected Count	22,2	45,1	39,9	31,0	11,8	150,0
		% within P42.	14,7%	28,0%	29,3%	21,3%	6,7%	100,0%
		% within Idade	73,3%	68,9%	81,5%	76,2%	62,5%	73,9%
		% of Total	10,8%	20,7%	21,7%	15,8%	4,9%	73,9%
		Adjusted	-,1	-1,1	1,5	,4	-1,1	
		Residual						
Não	Count	4	10	5	7	4	30	
	Expected Count	4,4	9,0	8,0	6,2	2,4	30,0	
	% within P42.	13,3%	33,3%	16,7%	23,3%	13,3%	100,0%	
	% within Idade	13,3%	16,4%	9,3%	16,7%	25,0%	14,8%	
	% of Total	2,0%	4,9%	2,5%	3,4%	2,0%	14,8%	
	Adjusted	-,2	,4	-1,3	,4	1,2		
	Residual							

Sem	Count	4	9	5	3	2	23
opinião	Expected Count	3,4	6,9	6,1	4,8	1,8	23,0
	% within P42.	17,4%	39,1%	21,7%	13,0%	8,7%	100,0%
	% within Idade	13,3%	14,8%	9,3%	7,1%	12,5%	11,3%
	% of Total	2,0%	4,4%	2,5%	1,5%	1,0%	11,3%
	Adjusted	,4	1,0	-,6	-1,0	,2	
	Residual						
Total	Count	30	61	54	42	16	203
	Expected Count	30,0	61,0	54,0	42,0	16,0	203,0
	% within P42.	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%
	% within Idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%

6.3. | P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Grau de Escolaridade
Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Grau de Escolaridade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade				Total	
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços?	Sim	Count	18	37	84	8	147
		Expected Count	17,6	38,0	83,4	8,0	147,0
		% within P42.	12,2%	25,2%	57,1%	5,4%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	75,0%	71,2%	73,7%	72,7%	73,1%
		% of Total	9,0%	18,4%	41,8%	4,0%	73,1%
		Adjusted	,2	-,4	,2	,0	
		Residual					
	Não	Count	5	7	16	2	30
		Expected Count	3,6	7,8	17,0	1,6	30,0
		% within P42.	16,7%	23,3%	53,3%	6,7%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	20,8%	13,5%	14,0%	18,2%	14,9%
		% of Total	2,5%	3,5%	8,0%	1,0%	14,9%
		Adjusted	,9	-,3	-,4	,3	
		Residual					
	Sem opinião	Count	1	8	14	1	24
		Expected Count	2,9	6,2	13,6	1,3	24,0
		% within P42.	4,2%	33,3%	58,3%	4,2%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	4,2%	15,4%	12,3%	9,1%	11,9%
		% of Total	,5%	4,0%	7,0%	,5%	11,9%
		Adjusted	-1,3	,9	,2	-,3	
		Residual					
Total	Count	24	52	114	11	201	
	Expected Count	24,0	52,0	114,0	11,0	201,0	
	% within P42.	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%	

% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

6.4.1 P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOCs a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P42. Nota que a adoção do SNC obriga os TOCs a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

		Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total	
		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]		
Nota que a adoção do SNC obriga os TOC a conhecerem melhor a atividade da entidade em que prestam os seus serviços?	Sim	Count	41	63	29	15	1	149
		Expected Count	41,5	57,1	29,7	18,5	2,2	149,0
		% within P42.	27,5%	42,3%	19,5%	10,1%	,7%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	73,2%	81,8%	72,5%	60,0%	33,3%	74,1%
		% of Total	20,4%	31,3%	14,4%	7,5%	,5%	74,1%
		Adjusted Residual	-,2	2,0	-,3	-1,7	-1,6	
	Não	Count	7	9	7	5	1	29

	Expected Count	8,1	11,1	5,8	3,6	,4	29,0
	% within P42.	24,1%	31,0%	24,1%	17,2%	3,4%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	12,5%	11,7%	17,5%	20,0%	33,3%	14,4%
	% of Total	3,5%	4,5%	3,5%	2,5%	,5%	14,4%
	Adjusted Residual	-,5	-,9	,6	,8	,9	
Sem opinião	Count	8	5	4	5	1	23
	Expected Count	6,4	8,8	4,6	2,9	,3	23,0
	% within P42.	34,8%	21,7%	17,4%	21,7%	4,3%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	14,3%	6,5%	10,0%	20,0%	33,3%	11,4%
	% of Total	4,0%	2,5%	2,0%	2,5%	,5%	11,4%
	Adjusted Residual	,8	-1,7	-,3	1,4	1,2	
Total	Count	56	77	40	25	3	201
	Expected Count	56,0	77,0	40,0	25,0	3,0	201,0
	% within P42.	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%

7.1. | P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Sexo	208	100,0%	0	,0%	208	100,0%

P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?	Sim	Count	46	92	138
		Expected Count	47,8	90,2	138,0
		% within P48.	33,3%	66,7%	100,0%
		% within Sexo	63,9%	67,6%	66,3%
		% of Total	22,1%	44,2%	66,3%
		Adjusted Residual	-,5	,5	
	Não	Count	12	16	28
		Expected Count	9,7	18,3	28,0
		% within P48.	42,9%	57,1%	100,0%
		% within Sexo	16,7%	11,8%	13,5%
		% of Total	5,8%	7,7%	13,5%
		Adjusted Residual	1,0	-1,0	
	Sem opinião	Count	14	28	42
		Expected Count	14,5	27,5	42,0
		% within P48.	33,3%	66,7%	100,0%
		% within Sexo	19,4%	20,6%	20,2%

	% of Total	6,7%	13,5%	20,2%
	Adjusted Residual	-,2	,2	
Total	Count	72	136	208
	Expected Count	72,0	136,0	208,0
	% within P48.	34,6%	65,4%	100,0%
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	34,6%	65,4%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,971 ^a	2	,615
Likelihood Ratio	,946	2	,623
Linear-by-Linear Association	,035	1	,852
N of Valid Cases	208		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,69.

7.2.1 P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Idade

Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Idade	203	97,6%	5	2,4%	208	100,0%

P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Idade Crosstabulation

		Idade					Total	
		[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68		
No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?	Sim	Count	20	48	33	27	8	136
		Expected Count	20,1	40,9	36,2	28,1	10,7	136,0
		% within P48.	14,7%	35,3%	24,3%	19,9%	5,9%	100,0%
		% within Idade	66,7%	78,7%	61,1%	64,3%	50,0%	67,0%
		% of Total	9,9%	23,6%	16,3%	13,3%	3,9%	67,0%
		Adjusted Residual	,0	2,3	-1,1	-,4	-1,5	
	Não	Count	4	5	11	6	1	27
		Expected Count	4,0	8,1	7,2	5,6	2,1	27,0
		% within P48.	14,8%	18,5%	40,7%	22,2%	3,7%	100,0%
		% within Idade	13,3%	8,2%	20,4%	14,3%	6,3%	13,3%
		% of Total	2,0%	2,5%	5,4%	3,0%	,5%	13,3%
		Adjusted Residual	,0	-1,4	1,8	,2	-,9	
	Sem opinião	Count	6	8	10	9	7	40
		Expected Count	5,9	12,0	10,6	8,3	3,2	40,0
		% within P48.	15,0%	20,0%	25,0%	22,5%	17,5%	100,0%
		% within Idade	20,0%	13,1%	18,5%	21,4%	43,8%	19,7%
		% of Total	3,0%	3,9%	4,9%	4,4%	3,4%	19,7%
		Adjusted Residual	,0	-1,5	-,3	,3	2,5	
Total	Count	30	61	54	42	16	203	
	Expected Count	30,0	61,0	54,0	42,0	16,0	203,0	
	% within P48.	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%	
	% within Idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,255 ^a	8	,140
Likelihood Ratio	11,275	8	,187
Linear-by-Linear Association	3,443	1	,064

N of Valid Cases 203

a. 3 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,13.

7.3. | P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Grau de Escolaridade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade				Total	
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?	Sim	Count	15	31	80	8	134
		Expected Count	16,0	34,7	76,0	7,3	134,0
		% within P48.	11,2%	23,1%	59,7%	6,0%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	62,5%	59,6%	70,2%	72,7%	66,7%
		% of Total	7,5%	15,4%	39,8%	4,0%	66,7%
		Adjusted	-,5	-1,3	1,2	,4	
		Residual					
	Não	Count	2	6	16	2	26
		Expected Count	3,1	6,7	14,7	1,4	26,0
		% within P48.	7,7%	23,1%	61,5%	7,7%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	8,3%	11,5%	14,0%	18,2%	12,9%
		% of Total	1,0%	3,0%	8,0%	1,0%	12,9%
		Adjusted	-,7	-,3	,5	,5	
		Residual					
	Sem opinião	Count	7	15	18	1	41
		Expected Count	4,9	10,6	23,3	2,2	41,0
		% within P48.	17,1%	36,6%	43,9%	2,4%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	29,2%	28,8%	15,8%	9,1%	20,4%
		% of Total	3,5%	7,5%	9,0%	,5%	20,4%
		Adjusted	1,1	1,8	-1,9	-1,0	
		Residual					
	Total	Count	24	52	114	11	201
		Expected Count	24,0	52,0	114,0	11,0	201,0
		% within P48.	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% of Total	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

7.4.l P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P48. No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

		Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total	
		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]		
No seu entender, o facto de o SNC assentar mais em princípios do que em regras explícitas acarreta uma maior subjetividade por parte dos TOC?	Sim	Count	37	54	24	16	2	133
		Expected Count	37,1	51,0	26,5	16,5	2,0	133,0
		% within P48.	27,8%	40,6%	18,0%	12,0%	1,5%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	66,1%	70,1%	60,0%	64,0%	66,7%	66,2%
		% of Total	18,4%	26,9%	11,9%	8,0%	1,0%	66,2%
		Adjusted Residual	,0	,9	-,9	-,2	,0	
	Não	Count	6	11	8	2	0	27
		Expected Count	7,5	10,3	5,4	3,4	,4	27,0
		% within P48.	22,2%	40,7%	29,6%	7,4%	,0%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	10,7%	14,3%	20,0%	8,0%	,0%	13,4%
		% of Total	3,0%	5,5%	4,0%	1,0%	,0%	13,4%
		Adjusted Residual	-,7	,3	1,4	-,9	-,7	
	Sem opinião	Count	13	12	8	7	1	41
		Expected Count	11,4	15,7	8,2	5,1	,6	41,0
		% within P48.	31,7%	29,3%	19,5%	17,1%	2,4%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	23,2%	15,6%	20,0%	28,0%	33,3%	20,4%
		% of Total	6,5%	6,0%	4,0%	3,5%	,5%	20,4%
		Adjusted Residual	,6	-1,3	-,1	1,0	,6	
Total	Count	56	77	40	25	3	201	
	Expected Count	56,0	77,0	40,0	25,0	3,0	201,0	
	% within P48.	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%	

% within	Há	100,0	100,0	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
quantos anos exerce		%	%				
a profissão de TOC?							
% of Total		27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%

8.1.1 P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Sexo Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? *	208	100,0%	0	,0%	208	100,0%
Sexo						

P52. SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Com a aplicação do Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?	Pouco ou nada significativo	Count	25	48	73
		Expected Count	25,3	47,7	73,0
		% within P52.	34,2%	65,8%	100,0%
		% within Sexo	34,7%	35,3%	35,1%
		% of Total	12,0%	23,1%	35,1%
		Adjusted Residual	-,1	,1	
Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?	Nem muito, nem pouco	Count	15	28	43
		Expected Count	14,9	28,1	43,0
		% within P52.	34,9%	65,1%	100,0%
		% within Sexo	20,8%	20,6%	20,7%
		% of Total	7,2%	13,5%	20,7%
		Adjusted Residual			

	Adjusted Residual	,0	,0	
Significativo ou muito significativo	Count	21	40	61
	Expected Count	21,1	39,9	61,0
	% within P52.	34,4%	65,6%	100,0%
	% within Sexo	29,2%	29,4%	29,3%
	% of Total	10,1%	19,2%	29,3%
	Adjusted Residual	,0	,0	
Sem opinião	Count	11	20	31
	Expected Count	10,7	20,3	31,0
	% within P52.	35,5%	64,5%	100,0%
	% within Sexo	15,3%	14,7%	14,9%
	% of Total	5,3%	9,6%	14,9%
	Adjusted Residual	,1	-,1	
Total	Count	72	136	208
	Expected Count	72,0	136,0	208,0
	% within P52.	34,6%	65,4%	100,0%
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	34,6%	65,4%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,017 ^a	3	,999
Likelihood Ratio	,017	3	,999
Linear-by-Linear Association	,012	1	,912

N of Valid Cases 208

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,73.

8.2. | P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Idade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Idade	203	97,6%	5	2,4%	208	100,0%

P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Idade Crosstabulation

		Idade					Total	
		[24, 34]	[35, 45]	[46, 56]	[57, 67]	>=68		
Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?	Pouco ou nada significativo	Count	11	26	13	17	3	70
		Expected Count	10,3	21,0	18,6	14,5	5,5	70,0
		% within P52	15,7%	37,1%	18,6%	24,3%	4,3%	100,0%
		% within Idade	36,7%	42,6%	24,1%	40,5%	18,8%	34,5%
		% of Total	5,4%	12,8%	6,4%	8,4%	1,5%	34,5%
		Adjusted Residual	,3	1,6	-1,9	,9	-1,4	
	Nem muito, nem pouco significativo	Count	5	15	9	9	5	43
		Expected Count	6,4	12,9	11,4	8,9	3,4	43,0
		% within P52.	11,6%	34,9%	20,9%	20,9%	11,6%	100,0%
		% within Idade	16,7%	24,6%	16,7%	21,4%	31,3%	21,2%
	% of Total	2,5%	7,4%	4,4%	4,4%	2,5%	21,2%	
	Adjusted Residual	-,7	,8	-,9	,0	1,0		
Significativo ou muito significativo	Count	11	14	23	9	3	60	
	Expected Count	8,9	18,0	16,0	12,4	4,7	60,0	
	% within P52.	18,3%	23,3%	38,3%	15,0%	5,0%	100,0%	
	% within Idade	36,7%	23,0%	42,6%	21,4%	18,8%	29,6%	
	% of Total	5,4%	6,9%	11,3%	4,4%	1,5%	29,6%	

	Adjusted Residual	,9	-1,4	2,5	-1,3	-1,0	
Sem opinião	Count	3	6	9	7	5	30
	Expected Count	4,4	9,0	8,0	6,2	2,4	30,0
	% within P52.	10,0%	20,0%	30,0%	23,3%	16,7%	100,0%
	% within Idade	10,0%	9,8%	16,7%	16,7%	31,3%	14,8%
	% of Total	1,5%	3,0%	4,4%	3,4%	2,5%	14,8%
	Adjusted Residual	-,8	-1,3	,5	,4	1,9	
Total	Count	30	61	54	42	16	203
	Expected Count	30,0	61,0	54,0	42,0	16,0	203,0
	% within P52.	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%
	% within Idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	14,8%	30,0%	26,6%	20,7%	7,9%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	17,136 ^a	12	,145
Likelihood Ratio	16,736	12	,160
Linear-by-Linear Association	4,088	1	,043
N of Valid Cases	203		

a. 4 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,36.

8.3.1 P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Grau de Escolaridade	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Grau de Escolaridade Crosstabulation

		Grau de Escolaridade				Total	
		Inferior a Ensino secundário completo	Ensino Secundário completo	Licenciatura	Mestrado		
Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?	Pouco ou nada significativo	Count	8	19	41	3	71
		Expected Count	8,5	18,4	40,3	3,9	71,0
		% within P52.	11,3%	26,8%	57,7%	4,2%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	33,3%	36,5%	36,0%	27,3%	35,3%
		% of Total	4,0%	9,5%	20,4%	1,5%	35,3%
		Adjusted Residual	-,2	,2	,2	-,6	
	Nem muito, nem pouco	Count	8	8	23	4	43
		Expected Count	5,1	11,1	24,4	2,4	43,0
		% within P52.	18,6%	18,6%	53,5%	9,3%	100,0%
		% within Grau de Escolaridade	33,3%	15,4%	20,2%	36,4%	21,4%

	% of Total	4,0%	4,0%	11,4%	2,0%	21,4%
	Adjusted	1,5	-1,2	-,5	1,2	
	Residual					
Significativo	Count	5	12	38	3	58
ou muito significativo	Expected Count	6,9	15,0	32,9	3,2	58,0
	% within P52.	8,6%	20,7%	65,5%	5,2%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	20,8%	23,1%	33,3%	27,3%	28,9%
	% of Total	2,5%	6,0%	18,9%	1,5%	28,9%
	Adjusted	-,9	-1,1	1,6	-,1	
	Residual					
Sem opinião	Count	3	13	12	1	29
	Expected Count	3,5	7,5	16,4	1,6	29,0
	% within P52.	10,3%	44,8%	41,4%	3,4%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	12,5%	25,0%	10,5%	9,1%	14,4%
	% of Total	1,5%	6,5%	6,0%	,5%	14,4%
	Adjusted	-,3	2,5	-1,8	-,5	
	Residual					
Total	Count	24	52	114	11	201
	Expected Count	24,0	52,0	114,0	11,0	201,0
	% within P52.	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%
	% within Grau de Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	11,9%	25,9%	56,7%	5,5%	100,0%

8.4. | P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?

Sumário da análise descritiva do cruzamento

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	201	96,6%	7	3,4%	208	100,0%

P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras? * Há quantos anos exerce a profissão de TOC? Crosstabulation

		Há quantos anos exerce a profissão de TOC?					Total	
		[1, 10]	[11,20]	[21, 30]	[31, 40]	[41, 50]		
P52. Com a aplicação do SNC notou algum incremento na qualidade da informação divulgada nas Demonstrações Financeiras?	Pouco ou nada significativo	Count	18	32	14	7	0	71
		Expected Count	19,8	27,2	14,1	8,8	1,1	71,0
		% within P52.	25,4%	45,1%	19,7%	9,9%	,0%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	32,1%	41,6%	35,0%	28,0%	,0%	35,3%
		% of Total	9,0%	15,9%	7,0%	3,5%	,0%	35,3%
		Adjusted Residual	-,6	1,5	,0	-,8	-1,3	
		Nem muito, nem pouco	Count	12	13	9	5	1
		Expected Count	11,1	15,3	8,0	5,0	,6	40,0
		% within P52.	30,0%	32,5%	22,5%	12,5%	2,5%	100,0%
		% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	21,4%	16,9%	22,5%	20,0%	33,3%	19,9%

	% of Total	6,0%	6,5%	4,5%	2,5%	,5%	19,9%
	Adjusted Residual	,3	-,8	,5	,0	,6	
Significativo ou muito significativo	Count	17	24	15	3	0	59
	Expected Count	16,4	22,6	11,7	7,3	,9	59,0
	% within P52.	28,8%	40,7%	25,4%	5,1%	,0%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	30,4%	31,2%	37,5%	12,0%	,0%	29,4%
	% of Total	8,5%	11,9%	7,5%	1,5%	,0%	29,4%
	Adjusted Residual	,2	,4	1,3	-2,0	-1,1	
Sem opinião	Count	9	8	2	10	2	31
	Expected Count	8,6	11,9	6,2	3,9	,5	31,0
	% within P52.	29,0%	25,8%	6,5%	32,3%	6,5%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	16,1%	10,4%	5,0%	40,0%	66,7%	15,4%
	% of Total	4,5%	4,0%	1,0%	5,0%	1,0%	15,4%
	Adjusted Residual	,2	-1,6	-2,0	3,6	2,5	
Total	Count	56	77	40	25	3	201
	Expected Count	56,0	77,0	40,0	25,0	3,0	201,0
	% within P52.	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%
	% within Há quantos anos exerce a profissão de TOC?	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	27,9%	38,3%	19,9%	12,4%	1,5%	100,0%

Anexo I | Reconciliação Bancária

XPTO, LDA

CONCILIAÇÃO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA

BANCO - **SANTANDER TOTTA**

PERÍODO - **DEZEMBRO**

SALDO DO EXTRATO BANCÁRIO

0,00 €

SALDO DA CONTABILIDADE

0,00 €

CHEQUES EM CIRCULAÇÃO

Data	Número	Valor	Data	Número	Valor
TOTAL					0,00

OUTROS DOCUMENTOS NÃO CONTABILIZADOS PELA EMPRESA

DÉBITOS			CRÉDITOS		
Data	Referência	Valor	Data	Referência	Valor
TOTAL	0,00		TOTAL	0,00	

OUTROS DOCUMENTOS NÃO CONTABILIZADOS PELO BANCO

DÉBITOS			CRÉDITOS		
Data	Referência	Valor	Data	Referência	Valor
TOTAL	0,00		TOTAL	0,00	
			TOTAL	0,00	
SALDO REGISTRADO NA EMPRESA					0,00